

JOICE LUIZA ALVES CÂNDIDO

SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E
NEGLIGÊNCIA CONTRA A CRIANÇA PARA EDUCADORES
DO ENSINO INFANTIL DE ESCOLAS PÚBLICA E PRIVADA

RECIFE
2015

JOICE LUIZA ALVES CÂNDIDO

SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E
NEGLIGÊNCIA CONTRA A CRIANÇA PARA EDUCADORES
DO ENSINO INFANTIL DE ESCOLAS PÚBLICA E PRIVADA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós Graduação em Saúde da Criança e do
Adolescente do Centro de Ciências da
Saúde da Universidade Federal de
Pernambuco, para obtenção do título de
Mestre em Saúde da Criança e do
Adolescente.

Orientadora: Prof. Daniela Tavares Gontijo

Área de concentração: Educação e saúde

Linha de pesquisa: Educação em saúde

RECIFE
2015

Catálogo na Fonte
Bibliotecária: Gláucia Cândida - CRB4-1662

C217s Cândido, Joice Luiza Alves.
 Significados da violência psicológica e negligência contra a criança para educadores do ensino infantil de escolas pública e privada. / Joice Luiza Alves Cândido. – Recife: O autor, 2015.
 124 f. : il. ; 30 cm.

 Orientadora: Daniela Tavares Gontijo.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CCS. Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, 2015.
 Inclui referências, apêndices e anexos.

 1. Maus-Tratos Infantis. 2. Educação Infantil. 3. Saúde Escolar. 4. Pesquisa Qualitativa. I. Gontijo, Daniela Tavares. (Orientadora). II. Título.

618.92 CDD (23.ed.) UFPE (CCS2015-152)

JOICE LUIZA ALVES CÂNDIDO

**SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E NEGLIGÊNCIA CONTRA A
CRIANÇA PARA EDUCADORES DO ENSINO INFANTIL DE ESCOLAS PÚBLICA
E PRIVADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Saúde da Criança e do Adolescente.

Aprovada em: 26/03/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Luciane Soares de Lima (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a. Iracema da Silva Frazão (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a. Maria Wanderleya de Lavor Coriolano-Marinus (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

REITOR

Prof. Dr. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

VICE-REITOR

Prof. Dr. Silvio Romero Barros Marques

PRÓ-REITOR PARA ASSUNTOS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Francisco de Souza Ramos

DIRETOR CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Prof. Dr. Nicodemos Teles de Pontes Filho

VICE-DIRETORA

Profa. Dra. Vânia Pinheiro Ramos

COORDENADORA DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CCS

Profa. Dra. Jurema Freire Lisboa de Castro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COLEGIADO

CORPO DOCENTE PERMANENTE

Profa. Dra. Luciane Soares de Lima (Coordenadora)

Profa. Dra. Claudia Marina Tavares de Araújo (Vice-Coodenadora)

Prof. Dr. Alcides da Silva Diniz

Profa. Dra. Ana Bernarda Ludermir

Profa. Dra. Andréa Lemos Bezerra de Oliveira

Prof. Dr. Décio Medeiros Peixoto

Prof. Dr. Emanuel Savio Cavalcanti Sarinho

Profa. Dra. Estela Maria Leite Meirelles Monteiro

Profa. Dra. Gisélia Alves Pontes da Silva

Profa. Dra. Maria Eugênia Farias Almeida Motta

Profa. Dra. Maria Gorete Lucena de Vasconcelos

Profa. Dra. Marília de Carvalho Lima

Prof. Dr. Paulo Sávio Angeiras de Góes

Prof. Dr. Pedro Israel Cabral de Lira

Profa. Dra. Sílvia Regina Jamelli

Profa. Dra. Sílvia Wanick Sarinho

Profa. Dra. Sophie Helena Eickmann

(Luis Henrique Sarmento Tenório- Representante discente - Doutorado)

(Juliene Gomes Brasileiro - Representante discente -Mestrado)

CORPO DOCENTE COLABORADOR

Profa. Dra. Bianca Arruda Manchester de Queiroga

Profa. Dra. Cleide Maria Pontes

Profa. Dra. Daniela Tavares Gontijo

Profa. Dra. Margarida Maria de Castro Antunes

Profa. Dra. Rosalie Barreto Belian

Profa. Dra. Sônia Bechara Coutinho

SECRETARIA

Paulo Sergio Oliveira do Nascimento (Secretário)

Juliane Gomes Brasileiro

Janaína Lima da Paz

Dedico este trabalho às crianças.
É para elas todo meu trabalho e estudo.

AGRADECIMENTOS

À Deus que guia meus caminhos.

Aos meus pais Luiz e Fátima e minha irmã Bruna pelo incentivo e paciência nos momentos de estresse.

Aos meus amigos, em especial a Cayo, pelas palavras de apoio, por entender os momentos de ausência, escutar minhas queixas e não me deixar desistir nos momentos em que cheguei a duvidar.

Ao meu amigo Ivo por me auxiliar na revisão de português do artigo e construção do abstract.

Aos meus familiares pela torcida e estímulo.

À minha orientadora Dra. Daniela Gontijo que me acolheu com carinho, me mostrou um novo mundo e teve a maior paciência em me guiar, escutar minhas aflições e até consolar meu choro. Não teria chegado até aqui sem sua ajuda.

Às companheiras do mestrado, dividimos experiências, angústias e risadas durante esse processo e levarei amizades.

Ao corpo docente da Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente pela contribuição para meu conhecimento científico.

Aos funcionários da Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente pelo acolhimento e disponibilidade.

À equipe do departamento de Terapia Ocupacional da UFPE que me recebeu enquanto precisei utilizar o *software* Atlas.ti no departamento, sem isso seria impossível a realização da análise.

Às educadoras que cederam seu tempo e seu conhecimento e foram cruciais para a concretização deste trabalho. Seus relatos me trouxeram reflexões, esperança e, em alguns momentos, lágrimas por vários motivos.

Às escolas que permitiram minha presença mesmo que significasse algumas mudanças na rotina enquanto realizava as entrevistas.

À presidência e conselheiros do COREN por ter concedido a licença para a realização do mestrado e às amigas fiscais pelo apoio e carinho.

À equipe da unidade neonatal do Hospital das Clínicas pelos conselhos, ouvidos atentos e palavras de incentivo.

À todos que de alguma forma contribuíram para a concretização desta conquista.

RESUMO

A violência constitui, mundialmente, um grave problema de saúde pública e as crianças entre 0 e 4 anos são as mais vulneráveis. Apesar da grande incidência da violência psicológica e da negligência, essas formas de violência são pouco discutidas nos diversos contextos em que a criança está inserida. A escola figura como lugar privilegiado para detecção de situações de violência, além de ser um espaço para a prevenção. Este trabalho objetiva compreender os significados da violência psicológica e negligência contra a criança para os educadores do ensino infantil de escolas públicas e privadas. Realizou-se uma pesquisa qualitativa em uma instituição de ensino pública e três privadas. Foram entrevistadas 14 professoras utilizando-se um roteiro de entrevista semiestruturado. Os dados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo com apoio do *software* Atlas.ti. Os resultados foram agrupados em quatro categorias temáticas: a primeira categoria, Concepções sobre a violência, versou sobre o conceito e a tipologia da violência de maneira geral; a segunda, Concepções sobre a negligência, discorreu sobre conceito, local onde ocorre, agressores, sinais, causas e consequências desta violência; a terceira categoria, Concepções sobre a violência psicológica, abordou os mesmos aspectos, mas enfatizando a violência psicológica; a última categoria, Enfrentamento da violência, abordou o papel dos professores e da escola no enfrentamento e prevenção da violência, as dificuldades encontradas e as diferenças nas percepções sobre violência nos contextos das escolas públicas e privadas. As educadoras tiveram dificuldade em discorrer sobre a negligência e um possível cenário de subnotificações foi identificado nas falas. Faz-se importante que o educador tenha uma capacitação atitudinal em relação a estratégias de enfrentamento de cunho intersetorial para que ele possa ser capaz de identificar e intervir nessas situações.

Descritores: Maus tratos infantis; negligência; educação infantil; saúde escolar; pesquisa qualitativa

ABSTRACT

Violence is, worldwide, a serious public health problem and children between 0 and 4 years of age are the most vulnerable to it. Despite the high incidence of psychological violence and neglect, these forms of violence are seldom discussed in the various contexts in which the child is inserted. The school stands as a privileged place to detect situations of violence, besides being a space for prevention. This study aims to understand the meanings of psychological violence and neglect against children for kindergarten educators from public and private schools. We conducted a qualitative research study in a public and three private educational institutions. We interviewed 14 teachers using a semi-structured interview guide. Data were analyzed through the content analysis technique with the support of the *Atlas.ti* software. The results were grouped into four thematic categories: the first category, Conceptions of violence, was about the concept and the typology of violence in general; the second one, Conceptions of negligence, discussed about concept, where occurs, offenders, signs, causes and consequences of violence; the third category, Conceptions of psychological violence, was about the same issues, but emphasizing the psychological violence; and the last one, Combating violence, focused on the role of teachers and school in combating and preventing violence and on the difficulties and differences in perceptions of violence in the contexts of public and private schools. The educators had difficulty in discussing the negligence and a possible underreported scenario was identified in their statements. It is important that the teachers have attitudinal training concerning intersectoral combat strategies so that they can be able to identify and intervene in these situations.

Keywords: Child Abuse; negligence; child rearing; school health; qualitative research

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo ecológico de compreensão da violência.....	33
Quadro 1 - Caracterização dos participantes da escola pública.....	56
Quadro 2 - Caracterização dos participantes das escolas privadas.....	57
Figura 2 - Tipos de violência contra a criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privadas.....	58
Figura 3 - Conceito de negligência contra a criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privadas.....	61
Figura 4 - Causas da negligência contra criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privadas.....	66
Figura 5 - Consequências da negligência contra a criança para educadores de ensino infantil de escola pública e privadas.....	69
Figura 6 - Conceito de violência psicológica contra criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privadas.....	71
Figura 7 - Agressores da violência psicológica contra a criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privadas.....	74
Figura 8 - Sinais de violência psicológica contra crianças para educadores de ensino infantil de escola pública e privadas.....	76
Figura 9 - Causas da violência psicológica contra criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privadas.....	78
Figura 10 - Consequências da violência psicológica contra crianças pra educadores de ensino infantil de escolas pública e privadas.....	82
Figura 11 - Papel da escola no enfrentamento da violência contra a criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privada.....	85
Figura 12 - Papel do professor no enfrentamento da violência contra a criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privada.....	85

Figura 13 - Papel da escola na prevenção da violência contra a criança para educadores de ensino infantil de escola pública e privada.....	90
Figura 14 - Papel do professor na prevenção da violência contra a criança para educadores de ensino infantil de escola pública e privada.....	90
Figura 15 - Dificuldades relatadas pelos educadores do ensino infantil no enfrentamento da violência contra criança.....	94
Figura 16 - Diferenças na percepção da violência no contexto das escolas públicas e privadas para educadoras de ensino infantil.....	97

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	15
2. OBJETIVOS.....	19
2.1. Objetivo geral.....	20
2.2. Objetivos específicos.....	20
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
3.1. Violência contra a criança.....	22
3.2. Escola e a violência contra a criança.....	36
3.3. Enfrentamento da violência contra a criança.....	45
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	48
4.1. Caracterização do estudo.....	49
4.2. Cenário de investigação.....	49
4.3. Participantes do estudo.....	50
4.4. Critérios de elegibilidade.....	51
4.4.1. Critérios de inclusão.....	51
4.4.2. Critérios de exclusão.....	51
4.5. Coleta de dados.....	51
4.6. Análise e interpretação das informações.....	52
4.7. Aspectos éticos.....	53
4.7.1. Riscos e benefícios para o sujeito e a comunidade.....	53
4.8. Problemas metodológicos.....	54
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	55
5.1. Caracterização dos participantes.....	56
5.2. Concepções sobre a violência.....	57
5.3. Concepções sobre a negligência.....	60
5.4. Concepções sobre a violência psicológica.....	71
5.5. Enfrentamento da violência.....	84
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	107

APÊNDICES.....	116
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista.....	117
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	119
ANEXO.....	121
ANEXO – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	122



1. APRESENTAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Trabalhar com crianças sempre foi uma aspiração antes mesmo de decidir minha formação acadêmica. Ao tentar a seleção para o mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente na Universidade Federal de Pernambuco, optei pela linha de pesquisa em Educação e Saúde por reconhecer que a enfermagem desempenha um papel primordial nessa área devido a ampla possibilidade de atuação e contato constante com os clientes, seja na comunidade ou nos serviços de internamento. Ao ser aprovada no mestrado aceitei o desafio de trabalhar com duas temáticas inéditas para mim: A violência contra a criança e a articulação do setor saúde com o ambiente escolar.

A violência constitui, mundialmente, um grave problema de saúde pública e as crianças, adolescentes e jovens estão entre os grupos populacionais mais vitimizados (MALTA *et al*, 2010). De maneira geral, pela possibilidade de deixarem marcas físicas no corpo, a violência física e sexual apresenta maior visibilidade, gerando maiores esforços dos profissionais de saúde e da comunidade em preveni-las e trata-las. Estudo realizado no Canadá que avaliou os achados do Canadian Incidence Study of Reported Child Abuse and Neglect (CIS) identificou que em 20 artigos publicados, a violência física foi o tipo de violência mais estudado, estando presente em 17 artigos e exclusivamente em quatro artigos. Enquanto isso, violência psicológica e negligência foram analisadas apenas em conjunto com as outras formas de violência (TONMYR; OUIOMET; UGNAT, 2012).

Considerando estes aspectos optei por direcionar a minha atenção para a violência psicológica e negligência contra crianças. Enquanto esta diz respeito às falhas dos pais ou responsáveis pela criança, em proporcionar as necessidades básicas para um adequado desenvolvimento físico, emocional, social ou cognitivo da criança; a violência psicológica inclui atos que têm um efeito adverso sobre a saúde e o desenvolvimento emocional da criança, colocando em risco ou com potencialidade de causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da criança (BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; KRUG *et al*, 2002). Estas formas de violência são menos identificadas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Diante do público infantil, a escola configura-se como um locus privilegiado para a identificação, análise e compreensão dos diferentes fatores acerca da violência e que interferem significativamente na saúde da criança (HENRIQUES; FIALHO; CHAMUSCA, 2007).

O desenvolvimento de pesquisas em educação em saúde de caráter intersetorial e interdisciplinar, no cenário das instituições de educação, podem contribuir significativamente

para a promoção da saúde das crianças. Especificamente em relação à prevenção da violência, a formação de redes de apoio interdisciplinares caracteriza-se como uma importante estratégia. O Ministério da Saúde preconiza que a abordagem da violência deve ser realizada de forma multidisciplinar e interdisciplinar agregando intervenções de saúde, educação, social, jurídica, psicológica entre outras (BRASIL, 2010b).

Essa necessidade se torna maior ao se voltar o olhar para o ensino infantil, onde ainda são escassos os trabalhos que associam a atuação do educador e outros profissionais na prevenção e enfrentamento da violência contra a criança nessa faixa etária, apesar de crianças entre zero e quatro anos serem mais vitimizadas que crianças maiores, devido sua maior fragilidade e dependência.

Outro aspecto considerado durante a construção deste trabalho foi à percepção que por estar enraizada em práticas socioeconômicas e culturais, a violência aparece de formas distintas a depender do contexto onde ocorre. Apesar de a exclusão socioeconômica ser apontada como uma das causas da violência, isso não exclui a sua existência em classes sociais mais abastadas. Além disso, a percepção dos profissionais que lidam com as crianças nos diferentes contextos, é influenciada por diversas questões e os tipos de violência identificados podem ser diferentes para os professores que trabalham em instituições de natureza pública ou privada. Destaca-se que a maioria dos estudos sobre violência contra crianças são realizados em instituições públicas, sendo poucas as iniciativas que direcionam a sua atenção para escolas da rede privada ou de uma classe econômica mais elevada.

O trabalho de Faleiros, Matias e Bazon (2009) exemplifica os pontos expostos, pois ao analisar a prevalência de maus-tratos infantis em Ribeirão Preto, São Paulo, comparando dados coletados no setor educacional com os dados do Conselho Tutelar do referido município; os autores identificaram que enquanto a prevalência de casos de violência em creche e pré-escolas identificada pelo setor educacional foi de 8%, a prevalência registrada pelo Conselho Tutelar na mesma faixa etária foi de 0,2%, já entre crianças de sete a dez a prevalência foi de 3,9% indicando que a faixa etária infantil é mais vulnerável. Em 18% dos casos nos segmento de 0 a 6 anos, assinalou-se a ocorrência de mais de uma forma de maus-tratos, sendo a associação mais frequente a de abandono físico e emocional. Ainda segundo esses autores, as escolas públicas teriam significativamente mais casos de abandono físico, havendo tendência à associação com maus-tratos físico e trabalho infantil. Já nas particulares haveria significativamente mais falta de controle parental, o que configura uma forma de negligência.

Diante disto, construiu-se como questionamento norteador deste estudo quais os significados da violência psicológica e negligência para os educadores do ensino infantil de escolas pública e privada?

Para responder este questionamento essa dissertação foi estruturada em cinco partes. Inicialmente são apresentados os objetivos do estudo e em seguida um capítulo de revisão de literatura onde serão abordadas questões sobre a violência contra a criança com maior destaque para a negligência e violência psicológica; a escola enquanto local para prevenção da violência, principalmente a violência contra os alunos do ensino infantil e a importância da formação de redes interdisciplinares no enfrentamento da violência. O próximo capítulo aborda o caminho metodológico delineado para alcançar o objetivo proposto. O quarto capítulo aborda os resultados e a discussão dos dados. Por fim serão apresentadas as considerações finais e recomendações.

Os dados obtidos neste estudo podem contribuir como subsídios para a estruturação de ações de saúde aos educadores voltados para o reconhecimento e enfrentamento da violência contra a criança do ensino infantil.



2. OBJETIVOS

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Compreender os significados da violência psicológica e da negligência contra a criança para os educadores do ensino infantil de escolas pública e privada.

2.2. Objetivos específicos

- Identificar os conceitos de violência psicológica e negligência contra a criança para os educadores do ensino infantil de escolas públicas e privadas.
- Analisar as causas e consequências da violência psicológica e negligência contra a criança para educadores do ensino infantil de escolas públicas e privadas.
- Caracterizar as dificuldades relatadas pelos educadores diante dos casos de violência psicológica e negligência contra a criança.
- Analisar como o educador reconhece seu papel no enfrentamento das situações de violência psicológica e negligência contra a criança.



3. REFERENCIAL TEÓRICO

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Violência contra a criança

Atualmente a violência é considerada um grave problema mundial. Em 2002 a Organização Mundial de Saúde (OMS) organizou o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, que será utilizado como referência para compreensão da violência neste trabalho. De acordo com este relatório, a violência é definida como:

Uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al*, 2002, p.5).

De acordo com esta definição, para se caracterizar uma ação como violenta, independente do resultado, o ato deve ser intencional (KRUG *et al*, 2002). A violência acomete a todos incluindo as crianças. Em relação a esta parcela da população, a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 2º, considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos (BRASIL, 2010a). Por sua vez, o Ministério da Saúde tendo em vista as etapas do crescimento e desenvolvimento infantil e puberal, conceitua criança a pessoa com faixa etária compreendida entre zero e nove anos (BRASIL, 2010b).

Em relação à violência cometida contra esta população, a OMS relata:

O abuso ou maus-tratos em relação à criança constitui todas as formas de tratamento doentio físico e/ou emocional, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (KRUG *et al*, 2002, p.59).

De acordo com o Ministério da Saúde a violência contra a criança configura em dano físico, emocional, sexual ou moral, gerado por atos ou omissões de pais, parentes, responsáveis, instituições e sociedade em geral (BRASIL, 2010b). Caracteriza-se pela existência de um sujeito em condições de superioridade que realiza uma ação que causa dano à criança, contrariando a vontade da mesma ou utilizando-se de indução ou sedução enganosa para conseguir seu consentimento (COCCO *et al*, 2014; GUIMARÃES; VILLELA, 2011).

Pela característica multifacetada que a violência assume, não é fácil a articulação de um modelo único para a conceituação deste processo. Em relação a isso Cocco *et al* (2014) e Minayo (2010) esclarecem que é necessário trabalhar com a ideia de violências ao invés de violência, já que a mesma não pode ser analisada de forma igual em todos os contextos e situações, apresentando manifestações particulares, geralmente articuladas e que se potencializam.

Ferreira e Schramm (2000) refletem que ao se analisar um ato violento, deve-se considerar não apenas as suas consequências, mas também o contexto sociocultural em que ocorre, pois uma prática que pode ser considerada violenta em um contexto social pode ter um significado completamente diferente em outro contexto. Desta forma, a intencionalidade terá pontos de vista diferentes a partir do ambiente onde a análise foi realizada. Para exemplificar o exposto, os autores citam a escarificação das crianças em algumas comunidades africanas, quando no seu contexto social, a atitude não é vista enquanto ato violento e sim, enquanto forma de tornar a criança mais bela, promovendo a autoestima desta e sua inserção social.

Em relação à classificação da violência, A OMS a divide em três grandes categorias, conforme a característica de quem as pratica, a saber: violência autoinfligida – quando praticada contra si mesmo; interpessoal – cometida por indivíduo ou pequenos grupos e a coletiva – praticada por organizações maiores como o estado, grupos terroristas ou milícias (BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; MINAYO, 2009; KRUG *et al*, 2002).

A violência contra a criança, objeto deste estudo está categorizada na violência interpessoal, que por sua vez, se divide em duas subcategorias: violência familiar e de parceiro íntimo e violência comunitária. Enquanto a primeira ocorre normalmente entre os membros da família e parceiros íntimos, mas não exclusivamente, dentro de casa; a segunda ocorre entre pessoas sem laço de parentesco, seja conhecidos ou estranhos e inclui violência em grupos institucionais como escolas (MINAYO, 2010; MINAYO, 2009; KRUG *et al*, 2002).

Quanto à natureza da violência, esta pode ser física, sexual, negligência e psicológica.

A violência física contra criança se caracteriza por atos com uso de força física que causam real dano ou apresentam a possibilidade de um dano. Possuem o objetivo de ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo. As consequências desse dano podem variar de uma lesão leve até a morte. Vale salientar que o castigo físico não severo e repetido também constitui uma violência, a exemplo de tapas na mão, palmadas, beliscões, tapas e bofetões, sacudidelas e empurrões, com ou sem uso de instrumentos como cintos e chinelos. Este tipo de violência costuma

ocorrer em todos os ambientes sociais e causa grande impacto nas crianças. Apesar de subnotificada, é a mais identificada pelos serviços de saúde (AGUIAR *et al*, 201-; PADILHA; SOARES, 2014; SILVA *et al*, 2014; SOUZA *et al*, 2014; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; WAISELFISZ, 2012; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; MINAYO, 2009; KRUG *et al*, 2002).

O abuso sexual é definido como atos, em que a criança é utilizada para obter gratificação sexual, sendo que o agressor está em um estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança. Manifesta-se de diversas formas como estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, mamas e ânus, ato sexual com penetração, imposição de intimidades, exibicionismo, jogos sexuais, práticas eróticas não consentidas e impostas e “voyeurismo” abrangendo relações homossexuais e heterossexuais. Na infância é predominantemente doméstica (AGUIAR *et al*, 201-; PADILHA; SOARES, 2014; SILVA *et al*, 2014; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; WAISELFISZ, 2012; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; MINAYO, 2009; KRUG *et al*, 2002).

A negligência, foco deste trabalho, diz respeito às falhas dos pais ou responsáveis pela criança, em proporcionar as necessidades básicas para um adequado desenvolvimento físico, emocional, social ou cognitivo da criança, seja isoladamente ou em mais de uma área. Esta situação inclui privação de medicamentos, falta de atendimento à saúde e à educação, descuido com a higiene, ausência de estímulo e de condições para a frequência à escola, dentre outros. O abandono é uma forma extrema de negligência, uma vez que a criança fica exposta a maus-tratos, desnutrição, atraso escolar e situações de risco a exemplo de ingestão de produtos de limpeza, queimaduras, choques ou atropelamentos (AGUIAR *et al*, 201-; MILOT *et al*, 2015; HONOR, 2014; PADILHA; SOARES, 2014; RUSSO *et al*, 2012; SILVA *et al*, 2014; SOUZA *et al*, 2014; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; MINAYO, 2009; KRUG *et al*, 2002).

É importante destacar que a negligência ocorre quando há uma situação de privação, mas os responsáveis pela criança possuem condições de prover as necessidades que estão sendo negadas. Desta forma, negligência não pode ser confundida com situações de carência nas quais a família não possui recursos, materiais ou emocionais, para prover condições adequadas ao desenvolvimento infantil (AGUIAR *et al*, 201-; RUSSO *et al*, 2012; SOUZA *et al*, 2014; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; KRUG *et al*, 2002).

Estudo realizado com enfermeiros da Atenção Básica do município de Curitiba (PR) identificou que os casos de negligência foram os mais identificados pelos profissionais e mais

notificados junto à Rede de Proteção. Ao analisar os relatórios da Rede de Proteção, as autoras identificaram que a negligência foi o tipo de violência mais notificado, somando 71,4% das notificações de 2008 a 2011. A explicação, segundo as autoras, deve-se ao fato de que os desgastes que interferem nos processos biológicos de crescimento e desenvolvimento neste tipo de violência são mais explícitos, afetando diretamente na consulta de puericultura praticada pelo enfermeiro e impactando nas ações de promoção a saúde (APOSTÓLICO; HINO; EGRY, 2013).

O abuso psicológico, também foco deste trabalho, inclui atos que têm um efeito adverso sobre a saúde e o desenvolvimento emocional da criança. Das situações de violência psicológica fazem parte atitudes de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, ameaças, destruição de pertences ou objetos de estima e apego para a criança, punições humilhantes, isolamento da criança e utilização da pessoa para atender às necessidades psíquicas de outrem. Esta forma de abuso coloca em risco ou tem potencialidade de causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da criança (AGUIAR *et al*, 201-; PADILHA; SOARES, 2014; SHAPERO *et al*, 2014; SILVA *et al*, 2014; SOUZA *et al*, 2014; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; MINAYO, 2009; KRUG *et al*, 2002).

De acordo com o Ministério da Saúde (2010b) também são formas de violência psicológica contra a criança o testemunho de situações de violência e a alienação parental. O testemunho de situações de violência refere-se a situações violentas que a criança presencia ou toma conhecimento em casa, na escola, na comunidade ou na rua. O dano é agravado quando a própria vida da criança está ameaçada ou quando o alvo é um ente querido. Já a alienação parental refere-se a sequelas emocionais e comportamentais sofridas pela criança vítima da conduta do pai ou da mãe que, após a separação, age para que o filho rejeite o ex-cônjuge; sendo este termo mais utilizado na esfera jurídica.

Como não se materializa, a violência psicológica é a que apresenta maior dificuldade em seu reconhecimento, podendo desenvolver-se isolada ou camuflada na contextualização de outras violências. Apesar de acontecer com relativa frequência é pouco discutida e notificada por ser mascarada pela ausência de sinais físicos ou por não ser reconhecida como manifestação violenta, mas como prática culturalmente aceita (SOUZA *et al*, 2014; FIGUEIREDO, 2011; RAMOS; SILVA, 2011).

Entretanto, pesquisa realizada pela equipe técnica do Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (Ceats) com apoio da Secretaria de Direitos Humanos fez uma análise das narrativas reais inscritas nas edições de 2005 a 2009 do

concurso “Causos do ECA”, contidas no acervo do portal Pró-Menino pela Fundação Telefônica, observou que a violência psicológica cometida por familiares ou responsáveis, foi o tipo de violação de direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que apresentou maior frequência, estando presente em 36% das 1.276 narrativas analisadas. Outros tipos de violação de direitos mais frequentes foram: privação do direito a alimentação (34,3%), abandono (34,2%), violência física cometida por familiares/responsáveis (25,8%) e violação ao direito de higiene (25,0%) (PROMENINO, 2010).

Cabe lembrar que uma criança pode ser afetada por mais de um tipo ou natureza de violência, porque muitas situações violentas se relacionam. Crianças e adolescentes que sofrem de violência sexual costumam sofrer também violência física e psicológica e crianças que praticam atos violentos nas escolas, geralmente são vítimas de violência familiar (GARCIA; OLINGER; ARAÚJO, 2013; RAMOS; SILVA, 2011; BRASIL, 2010b; PINHEIRO; WILLIAMS, 2009). Devido à vulnerabilidade das crianças e adolescentes, estes figuram entre os segmentos populacionais com maior possibilidade de sofrer violação de seus direitos e os locais mais frequentes para essa ocorrência são a rua, o domicílio e a escola. (BRANDÃO NETO *et al*, 2014; ARAGÃO *et al*, 2013; MALTA *et al*, 2010).

De acordo com Gomez e Bazon (2014) e Martins (2010), aproximadamente 3.500 crianças e adolescentes morrem anualmente por maus tratos no mundo. Para cada morte em menores de 15 anos, estimam-se 150 casos de abuso físico. Mundialmente, calcula-se um coeficiente de mortalidade por maus-tratos de 2,2 por 100.000 crianças do sexo feminino e de 1,8 por 100.000 crianças do sexo masculino. Quanto à morbidade, calcula-se que, no mundo todo, anualmente, cerca de 40 milhões de crianças e adolescentes sofram abuso (MARTINS, 2010).

Estima-se que mais de dois milhões de crianças sofreram algum tipo de violência no ano de 2010 nos Estados Unidos, sendo que 78,3% desses casos foram de negligência. Neste país, a negligência constitui isoladamente um terço das causas de mortalidade infantil por violência (HORNOR, 2014; WELCHER; BONNER, 2013). Estudo que analisou os homicídios contra crianças na França, entre os anos de 1991 a 2008, identificou uma prevalência de 0.56 homicídios por 100,000 crianças por ano. A maioria das vítimas (60%) eram menores de um ano de idade e metade dos homicídios nos neonatos foram em decorrência de negligência dos pais (MAKHLOUF; RAMBAUD, 2014).

Com os avanços das políticas de saúde dirigidas as crianças nos últimos 20 anos, houve uma drástica redução da mortalidade infantil por mortes naturais no Brasil. Em contrapartida, as causas externas, como são classificados os acidentes e atos de violência,

ocupam a primeira causa de morte na faixa etária de um a dezenove anos (BRASIL, 2010b; MINAYO, 2009).

Estudo publicado por Waiselfisz em 2012, analisou as taxas de morbidade e mortalidade por causas externas em crianças e adolescentes nos últimos 30 anos. Os dados apontaram que enquanto as taxas de mortalidade por causas naturais na faixa de menores de 1 a 19 anos de idade sofreram uma queda de 77,1%, passando de 387,1 óbitos por 100 mil em 1980 para 88,5 em 2010; as causas externas cresceram 14,3%, passando no mesmo período de 27,9 para 31,9. Em 2012, 53,2% das mortes de crianças e adolescentes foram por causas externas. Isoladamente, os homicídios foram responsáveis por 22,5% do total de óbitos nessa faixa, totalizando 8.686 assassinatos contra crianças, 24 mortes para cada dia desse ano. Enquanto isso, a segunda causa de óbitos, neoplasias, representou apenas 7,8% das mortes (WAISELFISZ, 2012).

As taxas de óbito por violências no primeiro ano de vida representam o triplo que nas outras idades até dez anos, com crescimento de 13,8% nos últimos 10 anos. Na faixa das crianças de 1 a 5 anos de idade, observa-se um crescimento de 13,5% na década, com um aumento de 1,12 para 1,27 homicídios para cada 100 mil crianças. Enquanto a evolução nas taxas de óbitos entre 3 e 11 anos são instáveis, com aumentos e decréscimos sem muito previsibilidade ou explicação entre as idades; os extremos da escala etária apresentam um crescimento regular com óbitos elevados até os dois anos de idade e a partir dos 12 anos (WAISELFISZ, 2012).

Outra característica que merece destaque é a elevada mortalidade masculina, pois os homicídios de crianças e adolescentes do sexo feminino representam apenas 10% do total de vítimas para a mesma faixa etária. Ao se considerar os homicídios de acordo com as regiões brasileiras, o panorama vai desde fortes quedas na região sudeste até o crescimento exacerbado na região nordeste (WAISELFISZ, 2012).

Em relação a dados referentes à morbidade, de acordo com o Sistema de Notificações de Agravos de Notificação (SINAN), em 2011 foram registrados 39.281 atendimentos no SUS na faixa de menores de 1 a 19 anos idade, o que representam 40% do total de 98.115 atendimentos computados no referido ano. A faixa etária de maior índice de atendimentos é de menores de um ano de idade com 118,9 atendimentos em 100 mil crianças com menos de um ano. Em segundo lugar, a faixa de 15 a 19 anos de idade, com 84,6 atendimentos para cada 100 mil adolescentes. Em todas as faixas etárias predomina o atendimento a vítimas do sexo feminino. Diferenças leves nos anos iniciais tende-se a agravar com o crescimento da criança, quando chega à adolescência, e mais ainda, quando entra na maturidade. Em todas as

faixas etárias as violências acontecem, de forma preponderante, na residência das vítimas (GOMEZ; BAZON, 2014; WAISELFISZ, 2012).

Em relação aos atendimentos no SUS por natureza da violência, a violência física ocupa o primeiro lugar com 40,5% do total de atendimentos de crianças e adolescentes, seguidos pela violência sexual com 20% das notificações. A violência psicológica e a negligência foram responsáveis por 17 e 16% dos atendimentos respectivamente; sendo esta última predominante na faixa etária de menores de um a quatro anos de idade. Os pais são os principais responsáveis pelas violências notificadas, representando 39,1% dos atendimentos em 2011, marcadamente no primeiro ano de vida. Na faixa etária de 15 a 19 anos esse valor diminui para 15,8% dos casos. A partir dos cinco anos de idade o papel dos pais na agressão passa a ser substituído por amigos e conhecidos e a partir dos dez anos por parceiros, ex-parceiros e desconhecidos (WAISELFISZ, 2012).

Entretanto, há que se considerar um possível cenário de violências cotidianas que não chegam à luz pública, pois muitos casos de violência não chegam aos serviços de saúde. Além disso, entre os que chegam, muitos são registrados como outras causas e ainda há uma parcela considerável de causas externas cuja intenção é indeterminada. Devido à dificuldade estatística e atendimento pouco estruturado para os casos de maus tratos no nosso país, os dados referentes à violência contra a criança e o adolescente, representam uma pequena parte da realidade (RUSSO *et al*, 2012; WAISELFISZ, 2012; FIGUEIREDO, 2011; MARTINS, 2010).

De acordo com o Ministério da Saúde, o conceito de vulnerabilidade diz respeito à chance de exposição das pessoas a enfermidades ou outros agravos considerando aspectos individuais e socioculturais. No contexto da violência contra a criança e o adolescente, os fatores de vulnerabilidade dizem respeito a circunstâncias de vida ou fatores individuais, que facilitam que esta população torne-se vítima ou agressor em determinado momento de suas vidas (BRASIL, 2010b). Alguns autores apontam fatores de vulnerabilidade para a violência contra a criança. Estes podem ser divididos em fatores referentes à criança, ao agressor ou à comunidade (LISE; MOTTA, 2012; PINHEIRO, 2011; MARTINS, 2010; BRASIL, 2010b; KRUG *et al*, 2002).

A fragilidade e a dependência das crianças pequenas constituem o maior fator de vulnerabilidade, sendo que, nessa idade o risco de homicídio é duas vezes maior que em crianças de 5 a 14 anos. A faixa etária de 0 a 4 anos está cerca de cinco vezes mais exposta à violência do que as crianças de 5 a 14 anos. Por outro lado, a violência sexual ocorre

predominantemente nas crianças que chegam à puberdade e à adolescência (APOSTÓLICO *et al*, 2012; PINHEIRO, 2011; GONTIJO *et al*, 2010; KRUG *et al*, 2002).

Em relação ao gênero, Lise e Motta (2012) identificaram que crianças do sexo feminino apresentam risco maior para infanticídio, abuso e exploração sexual, violência física e nutricional; enquanto que a negligência foi a única modalidade de violência em que os meninos apresentaram índice maior que as meninas. Esses achados estão em conformidade com outros dados da literatura (MARTINS, 2010; BRITO *et al*, 2005; KRUG *et al*, 2002).

Entretanto, estudo realizado em Feira de Santana (BA) analisando dados de crianças e adolescentes vítimas de violência, registrados no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes/VIVA/MS do referido município no período de 2009 a 2011, identificou que as vítimas do sexo masculino foram as que mais sofreram violência física e negligência. Enquanto a primeira forma de violência acometeu principalmente adolescentes em um único episódio, a negligência geralmente acometeu crianças em episódios recorrentes. Em ambos os casos, a violência ocorreu em maiores proporções no ambiente domiciliar e o agressor era um familiar do sexo masculino. A violência sexual e psicológica foi mais identificada em crianças do sexo feminino, ocorreu no ambiente domiciliar, os agressores eram conhecidos da vítima e de sexo masculino (SOUZA *et al*, 2014).

Apostólico *et al* (2012) ao analisar fichas de notificação de violência contra a criança nos anos de 2004 a 2008 em Curitiba (PR), identificou que nos casos de violência intrafamiliar, as vítimas do sexo masculino foram as que mais sofreram negligência, violência física e psicológica. A violência sexual foi mais praticada contra crianças do sexo feminino. Contudo, alguns autores referem que os meninos apresentam maior vulnerabilidade para a violência física apenas (GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; PINHEIRO 2011; BRASIL, 2010b). Pinheiro (2011) ainda relata que as meninas estão mais sujeitas à negligência. Estudos relatam que as meninas são as maiores vítimas de violência sexual (SOUZA *et al*, 2014; APOSTÓLICO *et al*, 2012; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; LISE; MOTTA, 2012; GUIMARÃES; VILLELA, 2011; PINHEIRO, 2011; ROCHA; MORAES, 2011; BRASIL, 2010b; PROMENINO, 2010; MARTINS, 2010; KRUG *et al*, 2002).

Um estudo realizado na região Sudeste identificou que a maioria das notificações dos casos de violência ocorreu entre crianças e adolescentes de raça branca, representando 60,2% do total das vítimas (GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012). Já estudo realizado na região nordeste identificou uma maior vitimização entre crianças classificadas como negras e pardas (GUIMARÃES; VILLELA, 2011).

Acredita-se que o baixo peso ao nascer, a prematuridade, as doenças ou as deficiências físicas ou mentais no bebê ou na criança interferem na ligação e no vínculo, e podem tornar a criança mais vulnerável ao abuso (PINHEIRO, 2011; RAMOS; SILVA, 2011; MARTINS, 2010; KRUG *et al*, 2002). Alto nível de vulnerabilidade também prevalece entre crianças órfãs, indígenas, de minorias étnicas, moradoras de rua, mantidas em instituições assistenciais e correccionais e refugiadas (PINHEIRO, 2011).

Quanto ao agressor, alguns estudos apontam a mãe como maior responsável pelos casos de negligência, violência física e abandono e vários motivos foram suscitados para explicar este fato: a situação da sociedade pós-moderna em que a mulher tem que realizar uma dupla jornada de trabalho, no emprego e no cuidado da casa; maior proximidade física da criança; maior tempo de permanência junto aos filhos; e o fato de culturalmente caber à mulher o manejo das decisões cotidianas e a convivência doméstica (APOSTÓLICO *et al*, 2012; ROCHA; MORAES, 2011).

Por outro lado, Souza *et al* (2014), Gawryszewski *et al* (2012) e Lise e Motta (2012) identificaram o pai ou padrasto como principal agressor. Gontijo *et al* (2010) relata que apesar da mulher ser a principal agressora, os homens são os agressores nos casos de violência grave e fatal. Em relação à violência sexual, diversos estudos indicam que os pais ou padrastos são os principais agressores, principalmente nos casos em que a vítima é criança. (SOUZA *et al*, 2014; APOSTÓLICO *et al*, 2012; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; LISE; MOTTA, 2012; GUIMARÃES; VILELLA, 2011; PINHEIRO, 2011; GONTIJO *et al*, 2010; MARTINS, 2010; KRUG *et al*, 2002). Nas situações de violência sexual contra adolescentes; conhecidos, parceiros ou ex-parceiros figuram como os principais agressores (GUIMARÃES; VILELLA, 2011).

Além destes, outros agressores citados na literatura são parentes, vizinhos, amigos, namorados e ex-namorados, pessoas que passam grande parte do tempo com a criança e instituições como hospitais, escolas, creches, unidades básicas de saúde e a comunidade (APOSTÓLICO *et al*, 2012; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; MARTINS, 2010).

Em relação às características do agressor, alguns autores relatam que os mesmos apresentam inadaptação social e capacidade limitada de lidar com o estresse. Possuem baixa autoestima e grande parte sofreu maus-tratos e negligência quando pequenos. Além disso, são jovens, com baixa escolaridade, utilizam a força física como forma pedagógica, fazem uso de álcool e drogas. Estudos apontam que grande número das mães agressoras são solteiras, ou adolescentes e apresentam rejeição aos seus filhos. Geralmente o companheiro (a) do autor (a)

da violência é complacente e passivo com o abuso nos casos de violência intrafamiliar (LISE; MOTTA, 2012; PINHEIRO, 2011; MARTINS, 2010; KRUG *et al*, 2002;).

Além dos fatores relacionados ao contexto da criança, contextos socioeconômicos, políticos e culturais mais amplos tornam esta vulnerável à violência, quando está presente carência econômica, desemprego, iniquidade, guerras, alta taxa de crimes, presença de armas e gangues, ausência de políticas adequadas para a proteção das crianças, segregação residencial, falta de coesão comunitária, baixa qualidade de educação, acesso a drogas e álcool, ausência de serviços de atenção para as crianças e suas famílias, desvalorização da criança e padrões socioculturais com predomínio de atitudes patriarcais, autoritárias e sexistas (COCCO *et al*, 2014; LISE; MOTTA, 2012; PINHEIRO, 2011; MARTINS, 2010).

Especificamente em relação à comunidade, a natureza da estrutura física desta, sua configuração, disponibilidade de serviços e estruturas que promovam o bem estar das famílias, também exercem efeito importante nas relações sociais com consequências para a ocorrência ou não de situações de violência (PINHEIRO, 2011).

A violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente é bastante discutida por diversos autores, por se tratar da principal manifestação de violência contra esse grupo populacional. Trata-se de uma questão secular e transcendente que envolve diversos povos e culturas e tem caráter permanente do ponto de vista epidemiológico, configurando-se assim, um problema de saúde pública (RISTUM, 2014; SILVA *et al*, 2014; APOSTÓLICO; HINO; EGRY, 2013; APOSTÓLICO *et al*, 2012; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; ANDRADE *et al*, 2011; DESLANDES *et al*, 2011; FIGUEIREDO, 2011; GUIMARÃES; VILLELA, 2011; RAMOS; SILVA, 2011; ROCHA; MORAES, 2011; BRASIL, 2010b; GARBIN *et al*, 2010; MINAYO, 2010; PROMENINO, 2010; MINAYO, 2009).

Minayo (2009) esclarece que, apesar de violência intrafamiliar e violência doméstica serem utilizados como sinônimos, conceitualmente um difere do outro na medida em que o primeiro refere-se às relações entre os membros da família e o segundo restringe-se ao ambiente, o lar. Em ambas as situações, a violência é respaldada por uma sociedade adultocêntrica, com relações desiguais de gênero e geração. Crianças e adolescentes são as maiores vítimas devido sua maior fragilidade física e emocional; neste contexto a relação familiar consiste em dinâmicas pautadas pelo uso da violência como método disciplinar, expressão de afetos ou solução de conflitos (RISTUM, 2014; SILVA *et al*, 2014; APOSTÓLICO; HINO; EGRY, 2013; APOSTÓLICO *et al*, 2012; DESLANDES *et al*, 2011; PINHEIRO, 2011; RAMOS; SILVA, 2011; ROCHA; MORAES, 2011; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010).

Importante destacar o fato da punição física ainda ser fortemente valorizada pela sociedade, inclusive por profissionais que atuam com crianças, como forma dos pais disciplinarem seus filhos, gerando banalização e permissividade em relação à mesma. Geralmente ocorre entre famílias com relacionamentos pais e filhos extremamente autoritários, onde a criança assume uma posição de inferioridade (COCCO *et al*, 2014; RISTUM, 2014; GARCIA; OLINGER; ARAÚJO, 2013; APOSTÓLICO *et al*, 2012; LISE; MOTTA, 2012; ANDRADE *et al*, 2011; FIGUEIREDO, 2011; PINHEIRO, 2011; ROCHA; MORAIS, 2011; MINAYO, 2010; FALEIROS; MATIAS; BAZON, 2009; CAVALCANTI; SCHENKER, 2009; SALIBA *et al*, 2007).

Choo *et al* (2013) relata que a violência intrafamiliar é mais comum em comunidades asiáticas, onde há uma alta prevalência e aceitação do uso da violência física como forma de disciplina e controle. Consequentemente há um alto nível de tolerância desses atos por outros adultos, incluindo os professores, a despeito de a punição física geralmente ser proibida nas escolas. Estudo realizado com educadores do ensino infantil em Taiwan identificou que os mesmos acham a punição física aceitável na educação das crianças (FENG; HUANG; WANG, 2010).

Apesar do destaque que a violência intrafamiliar possui, devido sua grande incidência e graves consequências para as crianças, outros ambientes também devem ser considerados como escolas, inclusive escolas militares; instituições religiosas; instituições de cuidado, como orfanatos e casas de acolhida; instituições de detenção; nos esportes; nas ruas e em situações de trabalho (OLIVEIRA; SIMÕES, 2014; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; GUIMARÃES; VILLELA, 2011; PINHEIRO, 2011; ANDRADE; BEZERRA Jr., 2009). Além disso, Lise e Motta (2012) destacam que crianças e adolescentes que sofreram alguma forma de violência intrafamiliar, estão mais vulneráveis e suscetíveis de serem violentadas em outras esferas sociais.

O abuso infantil ocorre de diversas maneiras e está profundamente enraizado nas práticas culturais, econômicas e sociais. Desta forma, não pode ser compreendido a partir da análise isolada de fatos violentos, pois se trata de um fenômeno em rede, com múltiplas facetas articuladas entre si. Não há um único fator que explique como a violência ocorre, pois é resultado de uma complexa interação de fatores individuais, de relacionamentos sociais, culturais e ambientais. Como forma de explicar as causas da violência, ao final da década de 70 foi introduzido um modelo ecológico, que inicialmente aplicado para explicar o abuso infantil, atualmente serve como modelo na tentativa de elucidar a violência contra diferentes grupos (KRUG *et al*, 2002). (Figura 1).

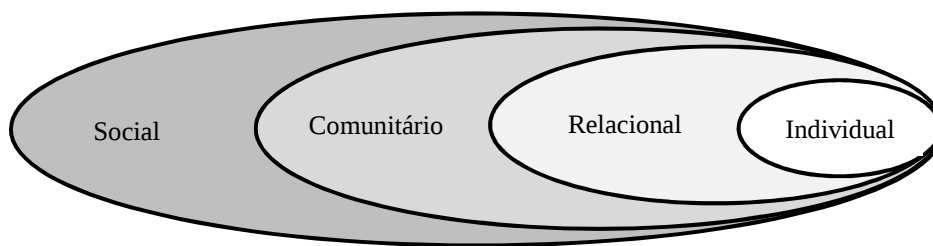


Figura 1: Modelo ecológico de compreensão da violência (Fonte: Krug *et al*, 2002, p.13)

Segundo o modelo ecológico, a violência pode ser explicada a partir de vários níveis. O primeiro nível, individual, busca identificar fatores biológicos e individuais que a pessoa traz em seu comportamento e que a tornam mais propensa a cometer atos de violência. O segundo nível ou relacional diz respeito como as relações sociais próximas (companheiros, membros da família) aumentam o risco para vitimização e perpetração da violência. O terceiro nível, comunitário, analisa os contextos que as relações estão embutidas, como escolas, vizinhança e locais de trabalho, na tentativa de identificar características desses cenários associados ao fato do sujeito ser vítima ou perpetrador da violência. O social, quarto nível do modelo ecológico, analisa fatores sociais mais amplos que influenciam na violência. Estão incluídos neste nível normas culturais, políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais que perpetuam altos níveis de desigualdades (PINHEIRO, 2011; MINAYO, 2010; ASSIS; AVANCI, 2009; KRUG *et al*, 2002).

Em relação aos contextos sociais mais amplos, a exclusão socioeconômica é bastante citada como uma das causas da violência, devido à privação que a mesma traz em diversos aspectos como saúde e educação. Entretanto, alguns autores destacam que nos segmentos menos favorecidos economicamente, a própria distribuição física e territorial das famílias, como também a necessidade de assistência em serviços públicos de saúde e de assistência social, as deixam mais expostas à identificação e denúncias de casos de violência contra a criança e o adolescente. Em outro âmbito estão os favorecidos socialmente que detêm recursos possibilitadores de ambientes restritos, com acesso a assistência à saúde em caráter privado e sigiloso, facilitando o segredo que cerca situações conflituosas e desaprovadas pela sociedade, refletindo em números de registros oficiais escassos. Esse contexto conduz a falsa interpretação de estar o conflito inter-relacionado com a estratificação socioeconômica (GUIMARÃES; VILLELA, 2011; FIGUEIREDO, 2011; MINAYO, 2010; MINAYO, 2009).

Corroborando estes autores, em estudo realizado com 11 educadores do ensino infantil do município de Palmeira das Missões (RS) as entrevistadas relataram que não havia casos de

violência contra a criança na escola pesquisada, pelo fato da população atendida neste local ter melhor nível socioeconômico. As autoras deste trabalho destacam a importância de se identificar famílias de risco e fatores que tornam os pais prováveis agressores para a tomada de medidas de intervenção, pois apesar do nível socioeconômico poder facilitar a ocorrência de violência doméstica, ele não é determinante (COCCO *et al*, 2014).

O custo da violência é elevado, pois além dos gastos com atenção a saúde a curto e longo prazo; a mesma acarreta consequências à ordem emocional, mental e espiritual; diminui a qualidade de vida de pessoas e coletividade causando perda de produtividade e morte prematura; gera gastos com detenção e processos judiciais aos agressores, além de custos com serviços de assistência social (MATOS *et al*, 2013; PINHEIRO, 2011; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; MINAYO, 2009; MELO *et al*, 2007).

A debilitação da saúde causada por abuso infantil constitui uma parcela significativa da carga global de doenças. A violência vivida ou testemunhada acarreta danos que ainda que não causem a morte, determinam significativos potenciais de desgaste ao longo de toda a vida. É sabido que as consequências da violência contra a criança variam de acordo com sua natureza, severidade e tempo de exposição (APOSTÓLICO *et al*, 2012; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; PINHEIRO, 2011; GONTIJO *et al*, 2010).

A exposição à violência nos primeiros anos de vida é extremamente prejudicial, pois pode comprometer o desenvolvimento cerebral. Longos períodos vivenciando situações de violência afeta o sistema nervoso e imune da criança, potencializando o desenvolvimento de inaptidões sociais, emocionais e cognitivas e de comportamentos de risco em relação à saúde como consumo de drogas, atividade sexual precoce e tabagismo. Na vida adulta, a exposição à violência na infância também pode provocar câncer, problemas pulmonares, cardíacos hepáticos e intestinais, doenças sexualmente transmissíveis, infertilidade e óbitos fetais, bem como violência entre parceiros e tentativas de suicídio. Há uma associação em assumir comportamentos prejudiciais como beber, fumar, comer excessivamente ou consumir substâncias como forma de aliviar a dor, trazendo sequelas à saúde na idade adulta (MILOT *et al*, 2015; GOMEZ; BAZON, 2014; PINHEIRO, 2011). Gawryszewski *et al* (2012) relata associação entre abuso físico e diagnóstico de transtornos de déficit de atenção e do comportamento disruptivo.

Em curto prazo, a violência física, pode causar uma serie de traumas de acordo com o tipo de instrumento utilizado, intensidade, local do trauma e distribuição da lesão, a saber: lesões de pele como lacerações, eritema, hematomas, queimaduras; fraturas; lesões cranioencefálicas, de face, torácicas, abdominais, envenenamentos e intoxicações. As lesões

abdominais são mais frequentes em crianças maiores e representam importante causa de mortalidade por poder causar ruptura de vísceras maciças e hemorragias abdominais (PINHEIRO, 2011; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010).

Extremamente comuns e banalizadas, as agressões psicológicas, podem gerar baixa autoestima, sentimentos de vergonha e culpa, baixo rendimento escolar, problemas cognitivos, depressão, ansiedade, atrasos de desenvolvimento, distúrbios de conduta, agressividade, distúrbios do sono e alimentares, doenças somáticas, relacionamentos pessoais inadequados, transtorno de estresse pós-traumático, comportamentos suicidas e autodestrutivos (FERRAZ; RISTUM, 2012; PINHEIRO, 2011; ROCHA; MORAIS, 2011; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; GONTIJO *et al*, 2010). Segundo Gontijo *et al* (2010), um ambiente de humilhação e submissão acarreta sintomas de passividade ou agressividade, hiperatividade e dificuldades para lidar com a sexualidade.

Os sinais de sofrimento psicológico podem ser notados independentemente da faixa etária da criança, antes mesmo da aquisição da linguagem. A gravidade dos mesmos, especialmente a partir dos cinco anos de idade, vai depender se as agressões iniciaram nessa idade, se representam uma continuidade de situações de violência sofridas anteriormente ou, ainda, se decorrem de sequelas de violências anteriores não tratadas (FERRAZ; RISTUM, 2012; BRASIL, 2010b).

Já a negligência pode levar à reincidência de internações, doenças parasitárias ou infecciosas frequentes, lesões de pele de repetição, acidentes domésticos, inadequação do nível de escolaridade à idade cronológica, absenteísmo da escola, falta de atenção e de limites mediante situações do cotidiano (RUSSO *et al*, 2012; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; GONTIJO *et al*, 2010). Crianças vítimas de negligência crônica apresentam hipodesenvolvimento, com tamanho menor àquele esperado para a idade e podem não ser capazes de estabelecer uma interação social adequada (RAMOS; SILVA, 2011).

Fisicamente, a violência sexual pode causar lesões genitais e anais como fissuras, lacerações e hemorragias; lesões de palato ou de dentes anteriores decorrentes de sexo oral; infecções urinárias de repetição; infecções sexualmente transmissíveis; gravidez indesejada; aborto; entre outros (SILVA; FERRIANI; SILVA, 2011; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010). Os danos psicossociais são distintos como, por exemplo, sentimentos de rejeição, distúrbios do sono e de alimentação, distúrbios de aprendizagem, fugas de casa, depressão, ansiedade, vergonha, medo generalizado, culpa, baixa autoestima, ideias suicidas, uso abusivo de substâncias psicoativas, promiscuidade, problemas de saúde reprodutiva, disfunção sexual, sexualização ou abuso de seus filhos, comportamento auto e heterodestrutivo, risco de

revitimização ao longo da vida (SCHOTTZ; SILVA, 2014; LISE; MOTTA, 2012; RAMOS; SILVA, 2011; SILVA; FERRIANI; SILVA, 2011; BRASIL, 2010b).

Crianças abusadas sexualmente ainda podem apresentar problemas de conduta como prática de furtos, mentiras, atitudes sexuais impróprias para a sua idade, demonstração de conhecimento de práticas sexuais superiores à sua fase de desenvolvimento, masturbação frequente e compulsiva, brincadeiras hipersexualizadas, podendo inclusive reproduzir as atitudes do abusador com ela (RAMOS; SILVA, 2011; BRASIL, 2010b).

Quando a violência ocorre no contexto do lar e da família, a criança perde a confiança em outros seres humanos, essencial para o desenvolvimento humano normal, pois a confiança nas pessoas através de laços familiares estreitos promove a capacidade de amar e desenvolver empatia e relacionamentos positivos no futuro (PINHEIRO, 2011). O uso de castigos físicos e humilhantes pelos pais prejudica os vínculos entre eles e seus filhos, causando o distanciamento dos últimos; torna as crianças mais vulneráveis a serem vitimizadas em diferentes situações e relações; promovem mais violência ao ensinar que é um modo adequado de resolução de conflitos. Essas crianças apresentam maior possibilidade de fugir de suas casas, ficando expostas a exploração sexual e outros abusos nas ruas; além disso, não aprendem a cooperar com figuras de autoridade, limitando-se a obedecer normas ou transgredi-las (SCHOTTZ; SILVA, 2014; GARCIA; OLINGER; ARAÚJO, 2013; PINHEIRO, 2011).

O castigo corporal no contexto escolar pode causar ansiedade, sentimento de culpa, doenças psicossomáticas e dificuldades em desenvolver um repertório socialmente adequado, que permita às vítimas de castigo corporal resolver problemas e manter relacionamentos positivos. O aluno que sofre punição corporal pode querer retaliar as agressões sofridas agredindo aquele que o puniu ou qualquer outro e apresentam risco de ficarem desengajadas com o processo de aprendizagem. Essas crianças tendem a se tornar passivas e excessivamente cautelosas e a sentir medo de expressar suas ideias e sentimentos livremente (SCHOTTZ; SILVA, 2014; SALES; SOUSA, 2012; PINHEIRO, 2011; STELKO-PEREIRA; SANTINI; WILLIAMS, 2011).

3.2. Escola e a violência contra a criança

O crescente reconhecimento do impacto da violência sobre a saúde mental e física e o bem estar das crianças tem gerado um novo olhar sobre a prevenção. Segundo o Ministério da Saúde (2010b, p.13):

A prevenção pode ser entendida como uma estratégia de promoção da saúde, na medida em que previne e controla os agravos, por meio da criação de condições de proteção e defesa de indivíduos e grupos que se encontram em situações de riscos e de vulnerabilidades específicas. Atua no campo da identificação de doenças e agravos, do diagnóstico, tratamento e cuidados, sem prejuízo da assistência na readaptação e reabilitação.

Autores relatam a existência de três níveis de prevenção da violência. O primeiro, chamado de prevenção primária, refere-se a ações destinadas a evitar a ocorrência da violência, que buscam remover os fatores de risco e fortalecer a resistência a eles. A prevenção secundária, segundo nível, direciona-se às respostas mais imediatas à violência, como por exemplo, a assistência pré-hospitalar e serviços de emergência. Sua abordagem é voltada para grupos de risco identificados como potenciais agressores ou vítimas. Já o terceiro nível ou prevenção terciária, apresenta abordagens voltadas para cuidados como reabilitação e reintegração de vítimas e agressores (SILVA; FERRIANI; SILVA, 2011; SILVEIRA, 2010; KRUG *et al*, 2002).

Apesar da necessidade de que as ações dos três níveis de prevenção sejam implementadas concomitantemente e de forma mais ou menos integrada, Krug *et al* (2002) ressalta que muitos esforços realizados em países industrializados e emergentes para a prevenção da violência, tem enfatizado as repostas secundárias e terciárias à violência. Há o reconhecimento da importância dessas respostas e da necessidade de estratégias de fortalecimento, mas estas devem ser acompanhadas por um maior investimento na prevenção primária. Uma resposta abrangente à violência é aquela que não só protege e apoia as vítimas da violência, mas também promove a não violência, reduz a perpetração da violência e muda as circunstâncias e condições que primordialmente dão origem à violência (SILVEIRA, 2010; MINAYO, 2010; KRUG *et al*, 2002).

A promoção da saúde e de uma cultura de paz e a prevenção de violências contra crianças e adolescentes é papel de todos. Devem abranger ações coletivas, envolvendo instituições de educação e ensino, associações, grupos formais e informais e lideranças comunitárias e juvenis, dentre outros, como parceiros fundamentais. Experiências bem sucedidas ao redor do mundo foram construídas por meio de parcerias envolvendo governos, comunidades e setor privado. O envolvimento de um grupo mais amplo de pessoas e organizações no desenvolvimento de iniciativas de bases locais possibilita maior coordenação de esforços, compartilhamento de recursos e conquista de objetivos comuns (BRASIL, 2010b; SILVEIRA, 2010).

É nesse sentido de prevenção que a escola figura como lugar privilegiado para detecção de situações de violência e criação de estratégias de enfrentamento. A escola pode funcionar como um ambiente que auxilie o acontecimento de um desenvolvimento emocional saudável e de uma inserção social ativa; já que ela serve como a maior instituição de referência para o início da vida social depois e de forma complementar a família (BRANDÃO NETO *et al*, 2014; COCCO *et al*, 2014; RISTUM, 2014; ALBUQUERQUE; WILLIAMS; D’AFFONSECA, 2013; APOSTÓLICO *et al*, 2012; SALES; SOUSA, 2012; PINHEIRO, 2011; MALTA *et al*, 2010; ANDRADE; BEZERRA Jr., 2009). Além disso, a escola possui o papel de proteger seus estudantes contra qualquer violação de seus direitos e de lhes oportunizar condições de pleno desenvolvimento escolar, psicológico, mental, social, moral e sexual (KAPPEL, 2012; STELKO-PEREIRA; WILLIAMS, 2010; FALEIROS; FALEIROS, 2007; HENRIQUES; FIALHO; CHAMUSCA, 2007).

De acordo com Ristum (2014) e Silveira (2010) os programas de prevenção baseados na escola, buscam interferir positivamente na socialização de crianças e adolescentes focalizando a identificação de jovens em situações de risco e promovendo ações para o acolhimento do aluno vitimizado e seu encaminhamento para redes de proteção à criança e ao adolescente. Mas, para que isso aconteça é necessário que a escola esteja preparada para lidar com casos de violência, participar dos processos de notificação e acompanhamento e capacitar gestores, professores e demais profissionais da educação para lidar com a violência em seus múltiplos aspectos (RISTUM, 2014; HENRIQUES; FIALHO; CHAMUSCA, 2007).

O contato diário das crianças e adolescentes com os profissionais da educação, e especialmente os professores, propicia o desenvolvimento de laços de afetividade e confiança ao mesmo tempo em que permite que os educadores notem alterações no comportamento, humor, rendimento escolar e no corpo, sugestivos de situações de abuso infantil (KING; SCOTT, 2014; RISTUM, 2014; FENG; HUANG; WANG, 2010; HENRIQUES; FIALHO; CHAMUSCA, 2007).

Um estudo canadense analisou 7.725 casos de suspeitas de maus-tratos infantis notificados por profissionais que lidam com crianças aos serviços de proteção infantil comparando as notificações realizadas por professores e outros profissionais. Os autores identificaram que 35,8% das notificações foram realizadas exclusivamente por profissionais da educação. Aproximadamente dois terços (61,6%) das notificações de violência física foi feita por professores, seguido de 34,2% das notificações por negligência, 33,7% de abuso sexual, 28,3% de violência psicológica e 9,3% de exposição da criança à violência doméstica. Comparados com outros profissionais, os professores tinham maior probabilidade de notificar

casos de violência crônica ao invés de incidentes isolados, casos de longa duração (acima de seis meses) e casos em que a família que já havia sido notificada anteriormente (KING; SCOTT, 2014).

Entretanto, Apostólico *et al* (2012) identificou que nem sempre há postura formativa diante de casos de violência, presenciada ou percebida para professores e educadores. Diante disto, há necessidade de estimular a formação de docentes sobre aspectos referentes à violência, posto que o desconhecimento e a falta de informações sobre esse fenômeno podem ter um efeito danoso e inverso ao pretendido. É preciso que o educador compreenda que a questão da violência é de responsabilidade da família, da sociedade, do Estado e também da escola (COCCO *et al*, 2014; APOSTÓLICO *et al*, 2012; HENRIQUES; FIALHO; CHAMUSCA, 2007; LOBATO; PLACO, 2007).

Apesar de ser importante cenário para a prevenção da violência, como já citado, a escola também vivencia diversas situações de violência. O panorama da violência no espaço escolar reflete, em grande parte, o que se passa no cenário social, fazendo com que essas instituições deixem de ser ambientes seguros, modulados pela disciplina, amizade e cooperação, e se transformem em espaços onde há violência, sofrimento e medo (SCHOTTZ; SILVA, 2014; KAPPEL, 2012; PINHEIRO, 2011; ANDRADE; BEZERRA Jr., 2009 LOPES NETO, 2005).

A violência no âmbito das instituições de ensino mereceu destaque nos estudos apenas recentemente e ainda há dificuldades em se adotar uma única definição para violência escolar. Uma dessas dificuldades consiste no fato de que a violência pode se expressar de múltiplas formas e ser compreendida de maneiras diversas. Um dos aspectos da definição é a localização geográfica. A violência escolar pode ocorrer no espaço físico da escola, no percurso do domicílio até a escola, em locais em que se programem passeios e/ou festas escolares e, na própria residência e bairro do aluno, como em situações nas quais conflitos mal resolvidos dentro da instituição gerem violência em outros espaços. A violência escolar pode ocorrer também no ambiente virtual através de mensagem por meios eletrônicos como internet ou celular, modalidade conhecida como cyberbullying. No caso da violência simbólica, esta se refere mais à dinâmica diária de ensino, pautada em normas rígidas que limitam a capacidade criativa e a autonomia do aluno (SCHOTTZ; SILVA, 2014; KAPPEL, 2012; PINHEIRO, 2011; STELKO-PEREIRA, WILLIAMS, 2010).

Brandão Neto *et al* (2014), Schottz e Silva (2014), Kappel (2012), Stelko-Pereira e Williams (2010), Andrade e Bezerra Jr (2009) Lobato e Placo (2007) e Oliveira e Martins (2007) relatam a existência de diferentes formas de violência concebidas através da dupla

escola/violência. A violência na escola é aquela que ocorre dentro do espaço escolar sem necessariamente estar relacionada a questões referentes à escola, como por exemplo, a entrada de gangues na escola. Já a violência da escola é aquela que ao reproduzir a ideologia dominante, impede alunos e professores a agirem de forma autônoma e transformadora, enquadrando os mesmos em normas e regras. As situações de violência em que os alunos buscam provocar danos diretamente à instituição ou a quem nela atua, a exemplo de atos de vandalismo, e agressão aos educadores, seriam classificados como violência à escola.

Outro aspecto em relação à definição de violência escolar diz respeito aos atores envolvidos. A violência pode acontecer em qualquer relação interpessoal, mas geralmente ocorre com maior frequência e intensidade em situações de desigualdade de poder. Alunos e professores são os personagens mais citados, mas qualquer indivíduo que trabalhe na escola ou esteja envolvido nela pode ser inserido no contexto e até mesmo pessoas que não possuem relação direta com a escola, mas ingressam nela a fim de cometer atos violentos (STELKO-PEREIRA, WILLIAMS, 2010).

Pinheiro (2011) refere que as formas de agressão praticadas por professores e outros funcionários de escolas, incluem castigos corporais e outras formas cruéis e humilhantes de punição ou tratamento, violência sexual e baseada no gênero; já as formas de violência praticadas por crianças incluem o bullying, a violência sexual e de gênero, violência entre gangues e agressões com uso de armas e o cyberbullying. As referidas formas de violência praticadas por crianças geralmente ocorrem entre alunos do ensino fundamental e médio, no período correspondente a adolescência, sendo incomum sua ocorrência em crianças menores de seis anos (PEREIRA *et al*, 2010; LOPES NETO, 2005).

Apesar de pouco discutida, a punição corporal no contexto escolar é praticada por funcionários da escola com o objetivo de disciplinar e corrigir comportamentos inadequados. Situa-se na interface da violência física com a psicológica. Dentre as causas do uso da punição corporal podem ser citadas a dificuldade apresentada pelo aluno em não corresponder às expectativas do professor/funcionário; autorização de punição física pelos pais; alunos pertencentes a minorias étnicas e socioeconômicas (PINHEIRO, 2011; STELKO-PEREIRA; SANTINI; WILLIAMS, 2011). Em relação aos educadores punitivos, estes geralmente são autoritários, dogmáticos e impulsivos e foram disciplinados pelos pais com métodos coercitivos quando crianças (STELKO-PEREIRA; SANTINI; WILLIAMS, 2011).

A violência psicológica do professor para seus alunos pode gerar consequências à autoestima destes. Os educadores influenciam a forma como a criança se vê ou se percebe, pois constantemente lhe fornece informações sobre suas habilidades, valores, destrezas ou

ausência delas. A forma como eles exercem disciplina e controle, como expressam seus afetos por uma criança, o clima democrático ou autoritário das aulas, o uso de elogios ou reprovações pelas tarefas realizadas, são fatores que contribuem para uma formação positiva ou negativa que a criança fará de si própria (FERRAZ; RISTUM, 2012).

Kappel (2012) destaca ainda a presença da violência, principalmente psicológica, praticada pelos pais dos alunos contra os professores. A autora reflete acerca das implicações desta modalidade de violência para o fortalecimento das práticas violentas, pois, ao praticarem violência no ambiente escolar, os pais dos alunos tornam evidente a presença da violência no contexto familiar e expõem seus filhos a exemplos de atitudes violentas que são aceitas no ambiente escolar.

Os professores também podem ser vítimas de violência física ou danos em seus pertences, como carros, pelos alunos. Essas ações violentas geram um clima de insegurança pelos professores refletindo diretamente na qualidade do ensino dos alunos, pois ao ministrarem suas aulas com medo de represálias, os educadores não transmitem os seus conhecimentos de maneira adequada com consequências danosas aos alunos (SCHOTTZ; SILVA, 2014).

Estudos indicam que ao se abordar a violência contra a criança e o adolescente em relação aos locais onde ela ocorre, a escola é um espaço pouco explorado. Porém ao se dividir os alunos por faixa etária, a violência entre crianças do ensino infantil (0 a 6 anos) ainda é menos abordada. O que se percebe é que a maioria dos estudos aborda a violência contra adolescentes e crianças maiores (BRANDÃO NETO *et al*, 2014; RISTUM, 2014; SILVA *et al*, 2014; KAPPEL, 2012; SIQUEIRA; ALVES; LEÃO, 2012; STELKO-PEREIRA; SANTINI; WILLIAMS, 2011; WILLIAMS *et al*, 2011; MALTA *et al*, 2010; ANDRADE; BEZERRA Jr., 2009; GARCIA; BRINO; WILLIAMS, 2009; PINHEIRO; WILLIAMS, 2009; WILLIAMS; PEREIRA, 2008).

A criança e o adulto estão em constante desenvolvimento, mas os primeiros anos são os principais para sua aprendizagem e formação da personalidade. A primeira infância é um período crucial no desenvolvimento mental, emocional e de socialização do indivíduo. Estima-se que os três primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento pleno da criança; mais da metade do potencial intelectual da criança se estabelece até os quatro anos de idade e até os seis anos, as estruturas físicas e intelectuais de crescimento e aprendizagem começam a estabelecer as bases para o resto da vida da pessoa. Porém o crescimento e desenvolvimento infantil não ocorrem da mesma forma em todas as crianças, sendo influenciados por características individuais, de gênero, organização familiar, interação entre

seus pares e cuidadores e sistemas educacionais (GARCIA; OLINGER; ARAÚJO, 2013; AGUIAR; NASCIMENTO; BARKER, 2007a, 2007b, 2007c).

O cérebro, especialmente nos primeiros anos de vida, apresenta importante plasticidade ocasionando significativo crescimento e organização neuronal, o que torna este período crítico na formação da criança e no impacto que o ambiente lhe causa. Nessa fase, as interações do indivíduo com o ambiente podem promover alterações estruturais e comportamentais com capacidade de influenciar o desenvolvimento e o bem estar da criança a longo prazo (GOMEZ; BAZON, 2014).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (BRASIL, 2011), a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, sendo oferecida nas creches e pré-escolas, visando o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social, complementares à ação da família e da comunidade da criança de até seis anos de idade.

A criança ao ingressar na educação infantil tem a possibilidade de ampliar seu universo social e cultural assim como sua rede de apoio afetivo, uma vez que passará a conviver com outras crianças e pessoas que não fazem parte do seu círculo familiar. Na medida em que esse novo convívio social é construído, ela irá perceber-se diferente dos colegas, e essa observação tem grande impacto na formação de sua personalidade e de sua autoestima, já que sua identidade está em construção. Neste sentido a ação do educador como mediador das relações entre crianças e os diversos universos sociais nos quais interagem possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como o desenvolvimento de sentimento de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros (MILOT *et al*, 2015; GOMEZ; BAZON, 2014; MOURA; VASCONCELOS, 2011; FIGUEIREDO, 2011; AGUIAR; NASCIMENTO; BARKER, 2007c).

A maior vulnerabilidade que ocorre com a faixa etária infantil acarreta risco evidente de submissão associado à insuficiente capacidade de reação para se defender frente aos agressores, pois estas crianças dependem de um responsável, o qual está em posição de superioridade, e potencializa a possibilidade de vitimização (LISE; MOTA, 2012; FIGUEIREDO, 2011; PINHEIRO, 2011; FENG; HUANG; WANG, 2010; SANTOS; FERRIANI, 2007). Devido a isso, o educador do ensino infantil tem grande importância na identificação precoce e prevenção das consequências da violência; pois, ao manter contato diário com seus alunos, este pode perceber com maior facilidade as mudanças de comportamento, de humor e outras atitudes que podem ser decorrentes de maus tratos

(FIGUEIREDO, 2011; GARBIN, 2010; BRINO; WILLIAMS, 2008; SANTOS; FERRIANI, 2007).

Brino e Williams (2008) ainda destacam a atuação do educador enquanto agente na prevenção da violência contra a criança do ensino infantil, ao capacitarem crianças a se defenderem de situações de violência e a relatarem o abuso sofrido quando em condição verbal para isto. As autoras reforçam que crianças pré-escolares podem aprender habilidades de defesa social quando são utilizadas técnicas de aproximações comportamentais com as mesmas e os professores, quando devidamente capacitados, promovem a continuidade de estratégias de identificação e prevenção de situações de violência a cada ano e com novas crianças.

Entretanto, ainda são escassos os trabalhos que associam a atuação do educador na violência contra a criança nessa faixa etária. Cocco *et al* (2014) entrevistaram 11 professoras de ensino infantil acerca das concepções e ações desses educadores em casos de violência contra a criança identificados na escola. Segundo as entrevistadas, a violência é multifatorial, sendo causada por acesso desigual às condições de vida, drogas e álcool, desemprego, pobreza e falta de planejamento familiar; a violência física foi o tipo de violência mais identificado. Outros elementos destacados na pesquisa foram a omissão por parte dos professores, a concepção de que a violência contra as crianças é um problema da família e a responsabilização da direção da escola para a realização da denúncia. Os professores também não foram capazes de identificar o setor saúde como integrante da rede de proteção à criança apesar da escola situar-se em uma área adstrita pela Estratégia de Saúde da Família (ESF). As autoras relataram a necessidade de estruturar estratégias para a capacitação dos educadores.

Figueiredo (2011), ao estudar as percepções de educadores sobre seu papel frente à violência doméstica contra a criança, observou que os educadores reconheciam as crianças como sujeito de direitos e expressavam sentimentos de revolta e inquietação nas situações de violência psicológica. Os profissionais entrevistados relataram que ao identificarem situações de violência contra a criança, buscavam a resolução do caso acionando a família da criança agredida, recorrendo à notificação apenas nos casos mais graves ou ao perceberem que esta ação não surtiu o efeito esperado e demonstraram medo e insegurança na sua atuação frente à violência doméstica.

Garbin (2010) procurou avaliar o preparo dos professores de educação infantil, no que se refere à percepção e notificação dos casos de violência familiar contra criança e identificou que a maioria dos professores entrevistados (80,9%) alegou ter recebido informações sobre violência intrafamiliar contra a criança, 86,9% afirmou conhecer os sinais de violência contra

a criança e 91,1% dos educadores se sentiam responsáveis pela notificação dos casos de violência. Entretanto, apenas 27,6% dos professores se sentiam preparados para identificar situações de violência. Neste trabalho, a autora destacou a existência de um sentimento de responsabilidade nos professores que receberam informações a respeito da temática estudada; assim como, uma insegurança em identificar casos de violência.

Faleiros, Matias e Bazon (2009) realizaram uma análise de prevalência de maus tratos infantis, na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, comparando dados coletados no setor educacional com a taxa estimada pelos Conselhos Tutelares do município e identificaram que os dados colhidos na pesquisa foram superiores aos encontrados em registros oficiais. Em amostra de 6907 crianças de zero a dez anos, a prevalência de casos de violência em creches e pré-escolas foi de 8% enquanto prevalência oficial para a mesma faixa etária foi de 0,2%. Entre as crianças de sete a dez anos a prevalência calculada a partir dos dados obtidos pelos educadores foi de 3,9%, demonstrando a maior vulnerabilidade nos alunos de creche e pré-escola.

Ainda segundo esses autores, as escolas públicas teriam significativamente mais casos de abandono físico e tendência à associação com maltrato físico e trabalho infantil. Nas escolas particulares haveria significativamente mais falta de controle parental. Esta diferença estaria associada ao fato do tipo de estabelecimento de ensino geralmente representar o nível econômico das famílias e as formas de maus-tratos identificadas nas escolas públicas parece ter maior relação com a desvantagem socioeconômica. Enquanto isso, o muro de silêncio que existe nas classes sociais mais favorecidas economicamente, torna a violência física menos visível (FALEIROS; MATIAS; BAZON, 2009).

Por fim, Santos e Ferriani (2007) ao entrevistar educadores de seis creches em um município no sul de Minas Gerais a respeito da violência intrafamiliar, observaram que os educadores identificaram a violência física na maioria dos relatos, seguidos da violência psicológica e negligência. Os educadores também relataram uma situação de conflito e competição entre eles e as famílias e a reprodução de violência física pelas crianças por meio de comportamentos agressivos na creche. Os autores destacaram a necessidade de ações articuladas entre a escola e as famílias.

3.3. Enfrentamento da violência contra a criança

A violência contra a criança e o adolescente e a necessidade de ações para combatê-la começou a ganhar destaque no cenário nacional no final da década de 80, quando Constituição Federal determinou no seu artigo 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2013, p. 112).

A partir daí, em 1990 foi promulgada a Lei nº 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 2010a), considerado um marco da proteção integral de crianças e adolescentes ao reconhecer estes como sujeitos de direitos. O estatuto reforça o dever da família, Estado, comunidade e sociedade em geral em garantir, com absoluta prioridade, todos os direitos para o crescimento e desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, e afirma que nenhum deles deve sofrer nenhum tipo de violência devendo ser punido qualquer ação ou omissão contra seus direitos fundamentais (RISTUM, 2014; GARCIA; OLINGER; ARAÚJO, 2013; SIQUEIRA; ALVES; LEÃO, 2012; WASELFISZ, 2012; DESLANDES *et al*, 2011; BRASIL, 2010b; BRASIL, 2004).

O artigo 13 do ECA prevê que casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos infantis devem ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar. Além disso, o artigo 245 versa sobre a obrigatoriedade dos profissionais de saúde e educação a comunicarem os casos de violência suspeitos e confirmados prevendo multa para os atos de omissão (RISTUM, 2014; SIQUEIRA; ALVES; LEÃO, 2012; DESLANDES *et al*, 2011; FIGUEIREDO, 2011; SANTOS; FERRIANI, 2007; BRASIL, 2010a).

Em 2001, o Ministério da Saúde institucionalizou a notificação compulsória de maus-tratos contra crianças e adolescentes, atendidos no Sistema Único de Saúde, através da Portaria Nº 1968 - MS/GM de 26/10/2001 (LIMA; DESLANDES, 2011; BRASIL, 2001). Esta pode ser definida como uma informação emitida pelo setor de saúde ou por qualquer outro órgão ou pessoa, para o Conselho Tutelar, a fim de promover cuidados voltados para a proteção da criança e do adolescente vitimizados. A notificação envolve, além do direcionamento aos Conselhos Tutelares, um encaminhamento às Secretarias de Saúde locais e o arquivamento de uma cópia da ficha na unidade que deu origem à notificação; dessa forma é possível dimensionar a magnitude dos casos de violência e estimar a necessidade de

investimentos nas áreas de assistência e redes de prevenção (SOUZA *et al*, 2014; MATOS *et al*, 2013; DESLANDES *et al*, 2011; LUNA; FERREIRA; VIEIRA, 2010; FERREIRA *et al*, 2009).

Entretanto, há ainda uma distância a ser vencida entre o preceito legal do ECA e a prática dos profissionais de saúde e educação, uma vez que diversos estudos apontam que prevalece a subnotificação. Os motivos atribuídos pelos profissionais para este quadro são: insegurança e falta de preparo para identificar e notificar situações de violência; desconhecimento quanto à obrigatoriedade da notificação; descrença nos serviços de referência e medo de represálias por parte dos denunciados (COCO *et al*, 2014; RISTUM, 2014; ARAGÃO *et al*, 2013; MATOS *et al*, 2013; APOSTÓLICO *et al*, 2012; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; SIQUEIRA; ALVES; LEÃO, 2012; ANDRADE *et al*, 2011; FIGUEIREDO, 2011; LIMA; DESLANDES, 2011; PINHEIRO, 2011; RAMOS; SILVA, 2011; GARBIN, 2010; LUNA; FERREIRA; VIEIRA, 2010; FALEIROS; MATIAS; BAZON, 2009; SANTOS; FERRIANI, 2007).

Para o enfrentamento da violência contra a criança, especificamente em relação à educação infantil, é necessária a formação de redes de apoio de forma articulada (FIGUEIREDO, 2011; BRASIL, 2010b). Conforme o preconizado pelo Ministério da Saúde, a atenção à saúde da criança deve ser realizada de forma integral e a abordagem da violência deve ser feita de forma multidisciplinar e interdisciplinar, agregando intervenções de saúde, educação, social, jurídica, psicológica, antropológica, religiosa, entre outras (BRANDÃO NETO *et al*, 2014; COCCO *et al*, 2014; APOSTÓLICO; HINO; EGRY, 2013; APOSTÓLICO *et al*, 2012; GUIMARÃES; VILLELA, 2011; BRASIL, 2010b; GARBIN *et al*, 2010; KRUG *et al*, 2002).

O trabalho interdisciplinar e interinstitucional deve se pautar em uma concepção clara sobre o significado de proteção social, na busca de superação da fragmentação das políticas sociais. Ele deve visar à construção de uma rede de proteção que otimize o oferecimento de serviços e favoreça a qualificação e a ampliação do atendimento (SOUZA *et al*, 2014; FERREIRA *et al*, 2009).

Brasil (2010b), Assis e Avanci (2009) e Ferreira (2009) referem que é fundamental a formação de uma rede intrassetorial com articulação entre os serviços de emergência, atendimento pré-hospitalar e hospitalar, atenção básica e saúde mental para a criança, família e comunidade. Além desses serviços, a área de saúde também deve dispor de serviços como Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), núcleos de prevenção das violências e promoção da saúde e o Programa Saúde na Escola (PSE).

Além dos serviços de saúde, existem outros serviços que devem estabelecer um fluxo referenciado e permanente de informações com demais serviços disponíveis no município. Destacam-se os serviços de assistência social, especificamente os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), com serviços voltados para o fortalecimento da família; as Varas da Infância e da Juventude e o Conselho Tutelar (CT) que atuam na proteção e defesa dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias; Delegacia Especial de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) e Instituto Médico Legal (IML) que atuam na área de segurança pública e da justiça criminal; além da sociedade civil (BRASIL, 2010b; ASSIS; AVANCI, 2009; FERREIRA *et al*, 2009).

Os sistemas de ensino também devem integrar a rede de apoio às crianças e adolescentes enquanto espaço de prevenção, promoção da cultura de paz, identificação e notificação dos casos de violência (FIGUEIREDO, 2011; BRASIL, 2010b; GARBIN, 2010; ASSIS; AVANCI, 2009; FALEIROS; MATIAS; BAZON, 2009). Para que esta rede atue adequadamente é necessário a capacitação de profissionais, adequação de área física, definição de protocolos e fluxos de atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias através de políticas sociais básicas de saúde, educação, assistência social e de direitos humanos, articuladas com os sistemas de justiça e de segurança pública (BRASIL, 2010b).

A capacitação dos educadores é citada por diversos autores como de extrema importância para que eles se sensibilizem quanto o problema da violência contra a criança, se sintam parte integrante da rede de proteção, detenham habilidades para identificação de casos suspeitos e reconheçam a necessidade de uma ação integrada com outros atores sociais (COCCO *et al*, 2014; RISTUM, 2014; SILVA *et al*, 2014; APOSTÓLICO; HINO; EGRY, 2013; CHOO *et al*., 2013; FENG; HUANG; WANG, 2010).

Reconhecendo a necessidade de haver profissionais capacitados na temática de violência, em primeiro de dezembro de 2014 foi sancionada a Lei nº 13.046 que altera o ECA e obriga toda instituição pública ou privada que preste algum tipo de serviço a crianças e adolescentes, ou os abrigue ainda que temporariamente, a constar em seu quadro de profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos a criança e adolescentes (BRASIL, 2014).



4. PERCURSO METODOLÓGICO

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1. Caracterização do estudo

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. Turato (2011) descreve a pesquisa qualitativa como aquela cujos significados são construídos pelos sujeitos à medida que eles se envolvem com o mundo que estão interpretando, extraindo um sentido com base em sua perspectiva histórica social e cultural. Neste mesmo sentido, Gibbs (2009) aponta que a pesquisa qualitativa visa abordar o mundo para entender, descrever ou explicar fenômenos sociais e a forma como as pessoas constroem o mundo a sua volta, interagindo com este e seus significados.

4.2. Cenário de investigação

Este estudo foi desenvolvido em uma escola da rede pública e três escolas da rede privada de ensino no município de Recife, Pernambuco. As escolas eram sediadas no mesmo território, sendo este definido a partir de informações divulgadas pela Secretaria de Defesa Social que caracterizaram o território como de alto nível de violência.

De acordo com o artigo 30 da Lei de Diretrizes e Bases a educação infantil deve ser ofertada em creches ou entidades equivalentes para as crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade (BRASIL, 2011).

Nas escolas municipais, as turmas de ensino infantil contemplam crianças entre quatro e seis anos. Por esse motivo, decidiu-se entrevistar as professoras da rede privada que ensinavam nas turmas de ensino infantil II e III onde a média de idade dos alunos é a mesma que dos alunos de ensino infantil da rede pública. A pesquisa foi realizada em três escolas privadas em decorrência do número reduzido educadores de ensino infantil em cada uma destas que atendiam aos critérios de inclusão e aceitaram participar do estudo.

A escola pública estudada dedica-se exclusivamente ao ensino infantil. Possui quadro profissional composto por 10 professores, dos quais cinco trabalham no período da manhã e cinco no período da tarde e cada professor é responsável por uma turma. Todos os alunos possuem idade entre quatro e cinco anos e cada turma é composta por aproximadamente 20 alunos.

A escola privada I foi fundada em 1999 e oferece do ensino infantil ao pré-vestibular, além de turmas de supletivo e educação para crianças especiais. Possui apenas uma turma de ensino infantil II e III que contempla os alunos entre quatro e cinco anos, com uma professora e uma auxiliar de sala.

A escola privada II possui três turmas de ensino infantil em cada período do dia. Cada professora é responsável por uma turma e elas trabalham nos dois horários. Possui turmas do ensino infantil até o ensino médio.

A escola privada III pertence a uma ordem religiosa e oferece desde o ensino infantil até o ensino médio. Também possui três turmas de ensino infantil II e III em cada período, cada uma com uma professora responsável, além de auxiliares de sala.

4.3. Participantes do estudo

Foram convidados a participar do estudo professores do ensino infantil que atuam nas instituições selecionadas com tempo de serviço mínimo na instituição de seis meses.

A estratégia utilizada para a seleção da amostra foi a amostragem intencional, deliberada ou proposital, a partir da seleção de professores do ensino infantil que aceitaram participar da entrevista na referida instituição. Na amostragem intencional o pesquisador determina quem são os sujeitos que comporão seu estudo, segundo seus pressupostos de trabalho, ficando livre para escolher entre aqueles cujas características pessoais possam em sua visão, trazer informações essenciais sobre o assunto em pauta (TURATO, 2011).

O tamanho da amostra foi constituído por exaustão, uma vez que foram entrevistados todos os educadores presentes nas instituições pública e privadas que aceitaram participar do estudo e preenchem os critérios de inclusão. Desta forma, foram entrevistados sete dos dez professores presentes na escola pública e sete professores nas escolas privadas, sendo um na primeira escola, três na segunda e três na terceira escola privada entrevistada. Os três professores que não foram entrevistados na escola pública recusaram-se a participar da pesquisa. Não houve recusas nas escolas privadas.

4.4. Critérios de elegibilidade

4.4.1. Critérios de inclusão

Foram incluídos no estudo os educadores que atuavam na educação infantil há pelo menos seis meses.

4.4.2. Critérios de exclusão

Foram excluídos do estudo os educadores que se encontravam de férias ou de licença no período da pesquisa.

4.5. Coleta de dados

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, foi realizado contato com a direção das instituições de ensino para a realização da coleta de dados. Inicialmente, foi realizada uma visita nas escolas no horário de intervalo das aulas para explicar aos professores a respeito da pesquisa e convidá-los a participar da mesma.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas individuais semiestruturadas no período de março a junho de 2014, em uma escola da rede pública e três escolas da rede privada de ensino do município de Recife, Pernambuco. A entrevista semi estruturada caracteriza-se por utilizar questionamentos básicos, apoiados em pressupostos que interessam à pesquisa, e oferecem amplo campo de interrogativas, decorrente de novos pressupostos que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 2009).

A entrevista foi conduzida a partir de um roteiro, cuja primeira parte abordou informações que permitiram a caracterização dos sujeitos como: idade, sexo, estado civil, número de filhos, formação, nº de escolas onde trabalha, tempo de atuação, tempo de trabalho em educação infantil e se realizou algum curso e/ou treinamento sobre violência. A segunda parte do instrumento buscou explorar as percepções dos sujeitos sobre a temática em discussão e é composto pelas seguintes questões norteadoras: O que é violência contra a criança? O que é violência psicológica contra a criança? O que é negligência contra a criança? O que fazer ao se deparar com uma situação de violência psicológica ou negligência contra a criança? Como prevenir a violência psicológica e a negligência contra a criança? e O que você

pensa sobre a violência contra a criança que estuda em escolas públicas e privadas? (APÊNDICE A).

O roteiro da entrevista foi previamente submetido a um teste piloto que possibilitou a verificação de sua pertinência e adequação aos objetivos do estudo. As entrevistas foram gravadas em aparelho MP4 e transcritas integralmente para análise.

4.6. Análise e interpretação das informações

As entrevistas, após a transcrição, foram submetidas à técnica de análise de conteúdo. Esta análise visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou recepção destas mensagens (GOMES, 2011).

A sistematização da análise de conteúdo temática foi realizada em três etapas: leitura exaustiva e compreensiva, exploração dos dados e síntese interpretativa (GOMES, 2011).

Na primeira etapa foi realizada uma leitura exaustiva e compreensiva do material a fim de se obter uma visão do conjunto dos dados, apreender as suas particularidades e identificar os processos de classificação que seriam adotados. Na segunda fase foi realizada a exploração dos dados na qual foram realizados procedimentos de codificação e categorização. Esta etapa foi operacionalizada com auxílio do programa *Atlas.ti for Windows* (versão 7.0).

O *Atlas.ti for Windows* (versão 7.0) permite operações no nível textual e conceitual, sendo classificado como construtor de teorias baseadas em códigos. O processo utilizado para a análise dos dados no programa é o mesmo adotado na codificação manual. É o pesquisador que faz a codificação e classificação, mas o programa oferece um meio de armazenamento de dados e de fácil acesso aos códigos criados pelo pesquisador. O *Atlas.ti* possibilita a organização de arquivos de texto, gráficos, áudio e visuais, juntamente com a sua codificação, anotações e achados dentro de um mesmo projeto (CRESWELL, 2010; FLICK, 2009)

De acordo com Gibbs (2009) a codificação é uma forma de categorizar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele. Envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e descritiva.

Em seguida, os códigos foram agregados em unidades amplas de informação para a formação das categorias. A categorização consiste em classificar os elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamentos em analogia com

critérios previamente definidos (GOMES, 2011; CRESWELL, 2010). Para se ter uma categorização é importante garantir que as categorias sejam homogêneas (os critérios para a análise do material devem ser iguais para todas as categorias), exaustivas (devem compreender todo o material analisado), exclusivas (um aspecto do conteúdo não pode se enquadrar em mais de uma categoria), concretas (não devem ser expressas em termos abstratos que tragam consigo muitos significados) e adequadas (as categorias devem ser condizentes com os objetivos do estudo) (GOMES, 2011).

Finalmente, na ultima etapa do processo de análise foi realizada uma síntese interpretativa que articula os objetivos da pesquisa, os dados empíricos e a revisão de literatura sobre o fenômeno em estudo (GOMES, 2011).

4.7. Aspectos éticos

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), para avaliação, obedecendo à resolução do Conselho Nacional de Saúde nº466/12 e recebeu parecer aprovado sob CAAE nº: 24914713.8.0000.5208.

4.7.1. Riscos e benefícios para o sujeito e a comunidade

A pesquisa apresentou risco mínimo a seres humanos, como possibilidade de embaraço e constrangimento, sendo assegurados privacidade e sigilo de qualquer informação, bem como o direito de rejeitar ou retirar-se da pesquisa em qualquer momento que julgar necessário.

No momento da entrevista, os participantes tiveram informações a respeito dos objetivos, desenvolvimento da pesquisa e esclarecimento de todas as dúvidas com relação ao plano de trabalho, bem como sobre a garantia do anonimato, a possibilidade de desistência da participação em qualquer momento do estudo e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B).

Cada voluntário foi identificado com o termo Pub, para os educadores de escola pública, e Pri, para os educadores de escola privada, acrescido do número correspondente à ordem de realização da entrevista. Estas foram realizadas em uma sala privada, respeitando todos os critérios de sigilo necessários, conforme disponibilidade do entrevistado.

O benefício direto para os participantes da pesquisa foi a oferta da oportunidade de reflexão sobre a temática em estudo, o que pode trazer impactos positivos na prática destes profissionais. Além disso, uma síntese deste trabalho será apresentada aos educadores das escolas participantes para uma maior discussão a respeito da violência e importância da atuação do educador neste contexto.

Indiretamente observam-se benefícios para a comunidade relacionados à obtenção de subsídios que podem nortear o planejamento e sistematização de ações de prevenção e enfrentamento da violência contra a criança.

4.8. Problemas metodológicos

Foi necessário realizar a pesquisa em três escolas da rede privada de ensino, pois as escolas que aceitaram participar da pesquisa apresentavam um reduzido quadro de professores de ensino infantil. Entretanto, todas as escolas privadas participantes estão localizadas no mesmo território e a análise dos dados obtidos nestas escolas apontou significações semelhantes.



5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Caracterização dos participantes

Foram entrevistadas 14 professoras, sendo sete da escola pública, uma da primeira escola privada, três da segunda e três da terceira. Na escola pública a média de idade foi de 42 anos, todas as participantes eram do sexo feminino, a maioria é casada e o número de filhos variou de nenhum a três filhos. Todas as professoras possuem nível superior e a maioria tem especialização. A maioria das educadoras trabalha em duas escolas, sendo que em todos os casos as duas instituições de ensino são públicas. O tempo de atuação variou de 03 a 28 anos e o tempo trabalhando com ensino infantil variou de 02 a 24 anos. Nenhuma professora realizou curso ou treinamento sobre a temática da violência (Quadro 1).

Quadro 1: Caracterização dos participantes da escola pública, Recife, 2014.

Nome	Idade (anos)	Estado Civil	Formação	Tempo de atuação (anos)	Tempo de atuação ensino infantil (anos)
Pub1	39	Casada	Especialização	16	09
Pub2	54	Solteira	Superior	24	24
Pub3	30	Casada	Especialização	12	05
Pub4	42	Casada	Especialização	22	14
Pub5	26	Casada	Mestrado	03	02
Pub6	45	Divorciada	Superior	25	2,5
Pub7	61	Casada	Especialização	28	20

Na escola privada a média de idade foi de 38 anos, todas as participantes eram do sexo feminino, a maioria é casada e com apenas um filho. A maioria das professoras possui nível superior e duas apresentam nível médio, todas as educadoras trabalham em apenas uma escola. O tempo de atuação variou de cinco a 20 anos e o tempo trabalhando com ensino infantil variou de três a 20 anos. Nenhuma professora realizou curso ou treinamento sobre a temática da violência (Quadro 2).

Quadro 2: Caracterização dos participantes das escolas privadas, Recife, 2014.

Nome	Idade (anos)	Estado Civil	Formação	Tempo de atuação (anos)	Tempo de atuação ensino infantil (anos)
Pri1	43	Separada	Especialização	05	05
Pri2	28	Casada	Especialização	09	05
Pri3	40	Solteira	Magistério	04	03
Pri4	42	Casada	Magistério	20	20
Pri5	32	Casada	Superior	13	10
Pri6	46	Casada	Superior	17	17
Pri7	36	Casada	Superior	17	15

Após a análise das entrevistas, os resultados foram agrupados em quatro categorias temáticas: concepções sobre a violência, concepções sobre a negligência, concepções sobre a violência psicológica e enfrentamento da violência. Os conteúdos trazidos pelas professoras de ambas as escolas serão apresentados de forma articulada a fim de se perceber e discutir consensos e contradições nos discursos, o que pode contribuir para uma maior aproximação da complexidade do fenômeno em estudo.

5.2. Concepções sobre a violência

Inicialmente as entrevistadas foram convidadas a explicar sobre a sua compreensão do que é violência de uma forma geral e os tipos conhecidos desta.

Em relação à **compreensão do que é violência**, tanto as professoras da escola pública quanto as da privada conceituaram como agressão ou desrespeito à criança:

É todo gesto de agressão ou desrespeito ao universo infantil. (Pub1)

É agredir né? É... Talvez não respeitar o limite dela também (Pri1)

As participantes que exercem suas funções na escola privada acrescentam que a violência é um conceito amplo que engloba tudo que não faz bem à criança, lhe constrange ou pressiona:

Qualquer tipo de violência é palavra, violência verbal, pressionar, constranger, isso também é violência. (Pri4)

As educadoras da escola pública compreendem como violência a falta de cuidado e a exposição a determinados conteúdos na mídia:

O fato de falar qualquer coisa que ofenda é uma violência; deles verem o que tá na mídia também, isso também é uma violência contra a criança; o que eles apanham que a gente vê aqui que chega machucado, é... Queimado, é violência física. (Pub3)

Violência? É... A falta de cuidado. (Pub7)

A análise dos dados apontou dificuldades das participantes do estudo em conceituar a violência, sendo que para responder esta questão falaram sobre manifestações da violência e possíveis agressores. Não foi encontrado nos discursos referências sobre a intencionalidade de realizar o ato ou que os danos causados podem ser reais ou potenciais, além de que qualquer tipo de exploração da criança constitui um ato violento conforme o conceito da OMS (KRUG *et al*, 2002)

Corroborando com os discursos das entrevistadas, Kappel (2012) refere que devido à complexidade do fenômeno da violência, conceituá-lo não é algo simples. A violência pode se expressar e ser compreendida de inúmeras formas e, além disso, cada pesquisador define a violência a partir do referencial teórico adotado, assim como o momento histórico, político e social em que o conceito foi construído.

Durante a entrevista as participantes foram solicitadas a explicitarem quais os **tipos de violência** que conheciam (Figura 2).

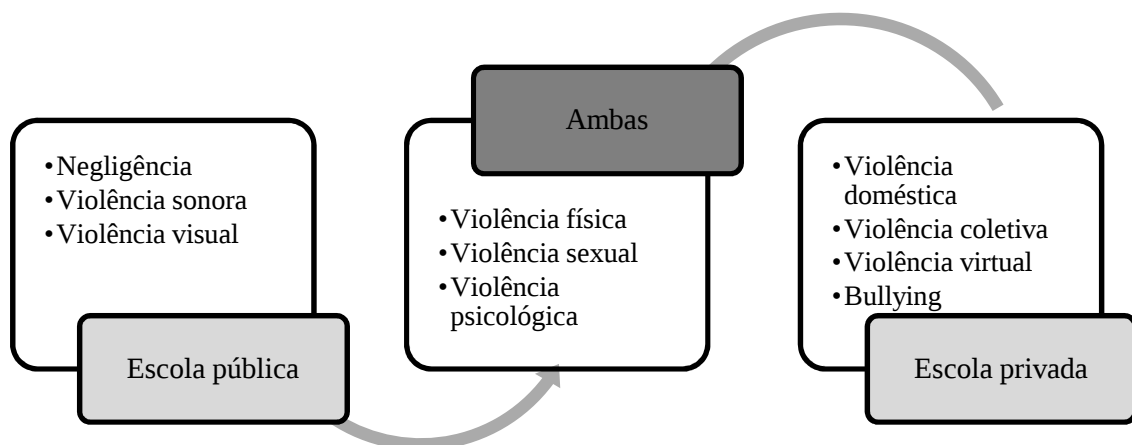


Figura 2: Tipos de violência contra a criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privadas

As professoras, de ambas as escolas, listaram nominalmente a violência física, psicológica e sexual. Apenas as participantes da escola pública citaram a negligência:

Eu acho que é esses dois, física e a psicológica. (Pub4)

Primeiro, que tá muito em alta e que a gente está escutando muito na mídia é a sexual, né? Violência sexual tá demais e as crianças eu observo que no dia a dia elas muito sexualizadas já. (Pub6)

Também a negligência é uma violência. (Pub1)

As manifestações espontâneas das participantes em relação aos tipos de violência conhecidos apontaram compreensões condizentes com a tipologia definida pela OMS (KRUG *et al*, 2002). Nesse sentido observa-se que, em relação à natureza da violência há uma maior visibilidade da violência física, psicológica e sexual. Essa maior visibilidade também foi encontrada por Padilha e Soares (2014) ao entrevistar professoras do ensino fundamental. Segundo estas autoras os atos de negligência não são vistos como violentos pelas educadoras não por desconsiderá-los como tal, mas por possuírem pouco conhecimento sobre o assunto. Por outro lado, pesquisas realizadas com professores do ensino infantil identificaram maior visibilidade da violência física e negligência (COCCO *et al*, 2014; FIGUEIREDO, 2011). Já Faleiros, Matias e Bazon (2009) identificaram a negligência como o tipo de violência mais reconhecido pelos educadores do ensino infantil.

A negligência foi referida por apenas uma educadora da escola pública. Essa dificuldade em reconhecer ou classificar a negligência como violência talvez ocorra por estar mais presente no âmbito doméstico, por ser mais naturalizado nas relações sociais ou por possuírem pouco conhecimento sobre este tipo de violência.

Além da tipologia em relação à natureza, as participantes também referiram tipos de violência a partir dos sujeitos que a praticam. Neste aspecto destacaram-se a violência doméstica e violência coletiva – aquela que é cometida por grupos maiores, como o Estado – pelas entrevistadas que exercem suas atividades na escola privada:

Criança fora de escola para mim é uma violência terrível. Criança morrendo de fome, cheirando cola, nos sinais, pra mim é uma violência. (Pri4)

Física; psicológica; sexual, que não deixa de ser física; doméstica. (Pri2)

Quando se trata da violência contra as crianças menores de seis anos, a maior parte dos estudos é voltada para a educação doméstica, corroborando o relato das participantes (FIGUEIREDO, 2011; MACHADO; BOTTOLI, 2011; SILVA, 2011; GARBIN *et al*, 2010; SANTOS; FERRIANI, 2007).

As professoras também listaram tipos de violência não descritos na tipologia da Organização Mundial de Saúde (OMS). Para os sujeitos que atuam nas escolas públicas, as crianças também sofrem de violência visual e sonora. Já as docentes da escola privada apontam a violência virtual, verbal, o bullying e até mesmo um olhar diferenciado:

Tem aquela visual que eles veem na televisão coisas que... Não está de acordo com a idade da criança e elas veem; tem aquela sonora, essas músicas que a gente tá vendo hoje em dia, né? (Pub2)

Existe essa violência verbal, o bullying que é tão... A violência na internet, agora né? O anonimato, né? (Pri5)

É bater, uma palavra mal dita... Até um olhar mesmo, diferenciado, já pode ser um tipo de violência pra criança. (Pri6)

Dentre os tipos de violência que não estão de acordo com a classificação da OMS, a violência verbal e sonora foram bastante citadas e referem-se a permitir que a criança veja ou escute coisas inapropriadas para a sua idade. A exposição a conteúdos inadequados com repercussões em sua vida, pode se caracterizar como uma forma de violência psicológica. Ao mesmo tempo, ao permitir que a criança tenha acesso a esses conteúdos, os responsáveis pela criança estão negligenciando-a. As professoras então conseguem estabelecer uma relação com diferentes tipos de violência em uma ação.

5.3. Concepções sobre a negligência

Na segunda categoria foram alocados conteúdos referentes aos significados atribuídos pelas professoras especificamente à negligência, descritos a partir do conceito, locais onde ela ocorre, possíveis agressores, sinais de negligência identificados, causas e consequências.

Em relação ao **conceito de negligência**, a mesma foi conceituada pelas docentes de diferentes formas (Figura 3):

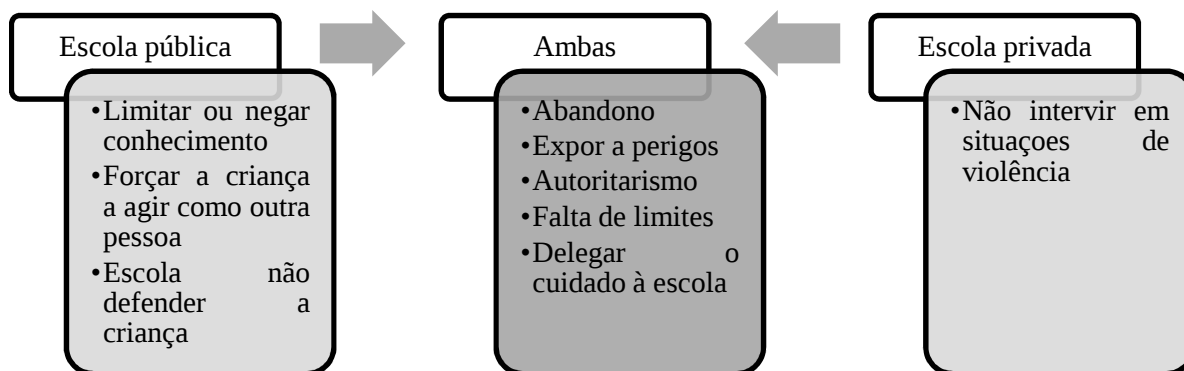


Figura 3: Conceito de negligência contra a criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privada

Para as participantes de ambas as escolas ser negligente com uma criança envolve abandoná-la totalmente ou deixá-la susceptível a situações de perigo, não oferecendo cuidados básicos inerentes a função de cuidador.

É quando você deixa de dar à criança o que pra ela é necessária. E você negligencia algum cuidado, que pra criança que ainda não tá com todas as suas habilidades organizadas, ela necessita daquilo ali, daquele amparo, daquele apoio e você deixa de dar, deixa de oferecer à criança. (Pub4)

Negligência é quando você deixa uma criança a mercê de uma situação de perigo. Não só em uma situação de perigo, quando você não cuida, quando você não dá atenção, quando você não faz o seu papel de mãe, de pai, de tio, de cuidador... De professor. (Pri2)

As entrevistadas também relatam que é negligência quando não se escuta a criança, quando se usa de limites em excesso com a mesma ou a adoção de práticas educativas autoritárias nas quais os responsáveis fazem proibições sem dar maiores explicações para a criança. Por outro lado, a criança também é negligenciada quando o cuidador não assume a função de estabelecer limites, deixando-a fazer o que quer:

A negligência é não ouvir, também não colocar limite ou então usar o limite demais. (Pub1)

Ele faz o quer pra não dar trabalho, pra não dizer um não, a mãe não dizer um não: “Eu não tenho mais forças pra ele, eu não sei o que fazer com ele.” (Pri5)

Para uma educadora da escola pública, negar ou limitar o acesso ao conhecimento, seja pela não frequência à escola ou não participação nas atividades escolares é uma negligência com a criança. Enquanto isso, as docentes de ambas as escolas compreendem como negligência delegar o cuidado da criança à escola:

Eu acho que essa também é uma agressão, a negligência também é uma agressão dessa forma, de negar pra criança o conhecimento que ela pode ter. (Pub1)

A negligência é muitas vezes deixar fazer o que querem... “A professora resolve, a professora vai e a escola resolve”, né? Né? E que tem que ter disciplina em casa também, senão na escola vai do mesmo jeito. (Pri1)

As participantes que atuam na escola privada relatam que é uma negligência perceber que a criança não está bem, ou presenciar uma situação de violência contra a criança e não agir em defesa desta:

O ser humano presencia cenas assim, de agressões e: “Ah, não é comigo, não é minha família, não é com um aluno meu, então está tudo bem.” E o professor, colega de sala, resolva com o aluno dele; que a mãe resolva com o filho dela. (Pri5)

Para as entrevistadas da escola pública também é compreendida como situações de negligência com a criança quando o responsável por ela a força a agir como outra pessoa ou quando a comparam a outras pessoas a fim de suprir as expectativas a ela dirigidas:

Todo mundo é diferente, né? Não posso cobrar de uma criança que ela seja igual à outra. Cada um tem seu ritmo, cada um tem sua maneira de viver, de ser e você forçá-la de uma... Que imite o colega, que faça isso, que faça aquilo, também é uma negligência terrível. (Pub3)

Uma das docentes da escola pública também relata que a escola pode negligenciar a criança ao não estabelecer uma rotina de atividades, ao não se oferecer ensino de forma adequada, ao se esquivar de fornecer o material escolar que a criança tem direito e ainda ao perceber alguma alteração no comportamento da criança ou situação suspeita de violência e não averiguar:

Mas acho assim, que nós professores, nós não devemos assim, deixar o tempo passar e a criança só assistir filme na escola, só... Isso seria negligência. [...] A criança negligenciada na escola é aquela também que o professor não para, para ouvir [...] Então, seria uma negligência minha ver que o aluno ta faltando tanto e não pedir pra que faça o contato com essa família que não ligou para a escola, não deu informação. Aí é negligência da direção da escola não ligar [...] Seria negligência na escola se chegasse livros e eles não distribuíssem, deixassem acumular. (Pub1)

Um primeiro aspecto que chama a atenção quando se analisa a compreensão do que seja negligência, refere-se ao fato de que, embora esta forma de violência não tenha sido espontaneamente citada pelas professoras quando questionadas sobre os tipos de violência, a negligência caracteriza-se como uma situação conhecida por estas, a partir de diferentes

compreensões. Esta incongruência pode apontar uma menor visibilidade em contraposição aos outros tipos de violência, o que pode acarretar numa maior dificuldade de identificação com consequente subnotificação e maiores danos para a criança.

No que se refere aos conceitos trabalhados pelas participantes observa-se diferentes concepções. Hornor (2014) refere que a negligência é multifacetada e que as crianças podem sofrer com múltiplos tipos de negligência com a possibilidade de danos físicos e psicológicos. Condizentes com diversos estudos, a negligência pode ser a privação das necessidades básicas como saúde, educação, alimentação, higiene e cuidado (SILVA *et al*, 2014; SOUZA *et al*, 2014; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; MINAYO, 2009; KRUG *et al*, 2002). A ausência de relatar a negligência enquanto um tipo de violência, talvez se deva pelo não reconhecimento desta, enquanto uma violência ou uma naturalização destas situações já que as mesmas geralmente ocorrem dentro do contexto familiar.

A falta de controle parental também é relatada como uma atitude negligente, identificada principalmente pelos professores da rede privada, na medida em que os responsáveis não apresentam capacidade para controlar e manejar o comportamento da criança ou não conseguem impor o cumprimento de regras estabelecidas. Estudo realizado com 305 professores do ensino infantil e fundamental I de escolas públicas e privadas da cidade de Ribeirão Preto (SP) identificou que a falta de controle parental foi o subtipo de negligência mais identificado pelos educadores de escolas privadas. De acordo com as autoras, os professores não considerariam este comportamento como uma ação violenta e sim como prática decorrente da falta de tempo, permissividade e indulgência, o que os deixaria mais confortáveis para detecção e assinalamento desta prática (FALEIROS; MATIAS; BAZON, 2009).

Quando solicitadas a explicitarem quem são os **agressores nas situações de negligência contra as crianças do ensino infantil**, as professoras apontam diversas figuras. Entre eles destacam-se: Pais, família, professores, amigos, vizinhos, cuidadores ou qualquer pessoa que tenha contato com a criança:

A comunidade em geral. Pais, professores, vizinhos, amigos, parentes e conhecidos. (Pub3)

Ah, talvez o irmão, o tio, a mãe ou o pai mesmo que é o... É o que tá com ele, constante, né? Quem tá perto. (Pri1)

Além desses, de acordo com uma entrevistada da rede pública, também são negligentes quem presencia uma violência e não faz algo para detê-la:

Eu acho que todos os que estão perto... E que não podem fazer nada. Ou não faz por medo. (Pub1)

Chama atenção o fato que os agressores apontados são pessoas responsáveis pelo cuidado, o que é preocupante dado a vulnerabilidade das crianças nos primeiros anos de vida e a necessidade do cuidado. Souza *et al* (2014) ao analisar os dados de crianças e adolescentes vítimas de violência, registrados no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes/VIVA/MS, de Feira de Santana, Bahia no período de 2009 a 2011, identificou que, em relação à negligência, a maioria dos agressores eram familiares do sexo masculino e este tipo de violência era recorrente. Entretanto, alguns estudos apontaram a mãe como principal agressora da negligência (APOSTÓLICO *et al*, 2012; ROCHA; MORAIS, 2011; GONTIJO, 2010).

Quando questionadas quanto aos **loais onde ocorre a negligência** contra a criança, as participantes que atuam nas escolas privadas destacam o contexto familiar e a escola. Além destes locais, as professoras da escola pública ainda apontam a rua e a igreja:

É no meio da rua, é em casa, é na escola, é na igreja. É em todos os ambientes em que a criança frequenta. (Pub3)

Vários lugares e dependendo do que eu falei, o que acontece, família, escola, é... Onde a criança, onde a criança tem o convívio né? (Pri7)

As falas das educadoras apontam que a criança pode sofrer negligência nos diferentes locais nos quais convive. Estes locais apontados pelas participantes são os mesmos relatados pelos estudos, em sua maioria, voltados à violência contra crianças maiores e adolescentes (BRANDÃO NETO *et al*, 2014; ARAGÃO *et al*, 2013; MALTA *et al*, 2010).

As professoras também foram questionadas quanto aos **sinais de negligência** que as mesmas conhecem ou já presenciaram na escola. A mudança de comportamento é o sinal mais citado e as educadoras das escolas privadas referem que dentre estas mudanças elas percebem que a criança apresenta tristeza, apatia, timidez, atitudes de isolamento. Por outro lado, também podem ficar agressivas ou ter atitudes na tentativa de chamar a atenção do professor. Para as participantes da escola pública as alterações comportamentais mais percebidas são mau humor, apatia e choro.

Mas aí quando você conhece a criança, você percebe que ela não tá bem, ela muda o comportamento, não fica tão bem humorada como ela é. (Pub3)

Ele não, não participa de nada, ele tumultua tudo, ele fica lá no canto dele, ele tenta chamar atenção de você por algum motivo. (Pri6)

Outro sinal de negligência identificado pelas docentes de ambas as escolas é a falta de cuidado dos pais em questões como alimentação, saúde, higiene e material escolar:

Ah! Às vezes, maus-tratos, às vezes é questão do, do asseio. É tarefa bem feita ou não, suja, né? Que a mãe que tem zelo, cuidado... Ela zela, ela zela por tudo... Mas quando a gente vê que a mãe não... Tem uma certa condição, mas é negligente, as vezes manda o lanche do outro numa mesma, na bolsa daquele dia... Isso é negligência né? E, é isso, é a questão do cuidado com a criança que não tem e é visto no, no traje, no cotidiano dele. [...] Hoje mesmo, um tá com o dente cariado, doendo e tal e assim, não leva o menino pro dentista. (Pri1)

Outro caso de negligência em casa que eu tive a oportunidade, infelizmente, de vivenciar, foi a questão de uma aluna minha que todo dia, ela, ela vinha com mau cheiro. Ela fedia muito e todas as vezes tinha que dar banho nela aqui na escola. Ela vinha com a calcinha suja de cocô, entendeu? (Pub5)

Já uma educadora da rede pública cita como sinal de negligência o sono excessivo no horário das aulas:

Criança com muito sono que deixa, é, é... O espaço da escola para dormir, que certamente não dorme bem em casa. (Pub6)

Fora do contexto escolar, seria um sinal de negligência deixar a criança correr solta na rua, de acordo com uma docente da rede pública:

Na rua também porque às vezes a gente vê bastante, né? As crianças vão andando muito na frente ou andando atrás. A criança tá correndo, tem que ir lá pegar a criança e deixa, né? (Pub1)

As entrevistadas conseguem identificar vários sinais indicativos de negligência. O sinal mais destacado por elas é a mudança de comportamento, o que leva a reflexão da importância do educador na identificação de situações de violência, pois essas alterações comportamentais são percebidas à medida que as professoras estão em contato diário com seus alunos.

Já a falta de cuidado dos pais com a alimentação, higiene, material escolar e saúde são mais visíveis, pois as crianças negligenciadas apresentam sinais mais claros como mau cheiro, sujidade, adoecimento ou tarefas escolares não realizadas. Estes sinais foram mais observados pelas professoras da rede pública de ensino e em relação a isto, Faleiros e Bazon (2008)

apontam em seu estudo que as professoras associam este tipo de violência a uma situação de carência socioeconômica e relatam que as crianças de escola pública estão sempre sujas, com roupas e alimentação inadequada.

Destaca-se no presente estudo e na pesquisa supracitada uma visão preconceituosa em relação aos alunos de escola pública, onde há uma associação direta entre pobreza e sujeira. Nessas falas nota-se uma estigmatização presente na sociedade em que as pessoas com condições financeiras mais baixas, não apresentam cuidados de higiene ou alimentação consigo e com as pessoas que dependem de seus cuidados.

Diversos autores apontam como sinais de negligência: presença de doenças parasitárias ou infecciosas frequentes; lesões de pele frequentes ou dermatite de fraldas de repetição sem tentativas eficientes de tratamento; cáries dentárias sem procura ou persistência no tratamento; déficits de crescimento e desenvolvimento sem problema de saúde que os justifiquem; desnutrição sem doença básica aparente; obesidade por descuido ou imposição nutricional; uso de roupas inadequadas à idade, ao sexo, ao clima ou à condição social; atraso no desenvolvimento psicomotor e ou relacional; faltas frequentes à escola; dificuldade de aprendizagem, sem demonstração de apreensão dos responsáveis em encontrar causa ou soluções; atraso na escolaridade, por não procura ou por fracasso e problemas de adaptação social (RUSSO *et al*, 2012; RAMOS; SILVA, 2011; BRASIL, 2010b; NJAINE; ASSIS; CONSTANTINO, 2009; KRUG *et al*, 2002).

Em relação às **causas da negligência**, várias questões são apontadas (Figura 4):

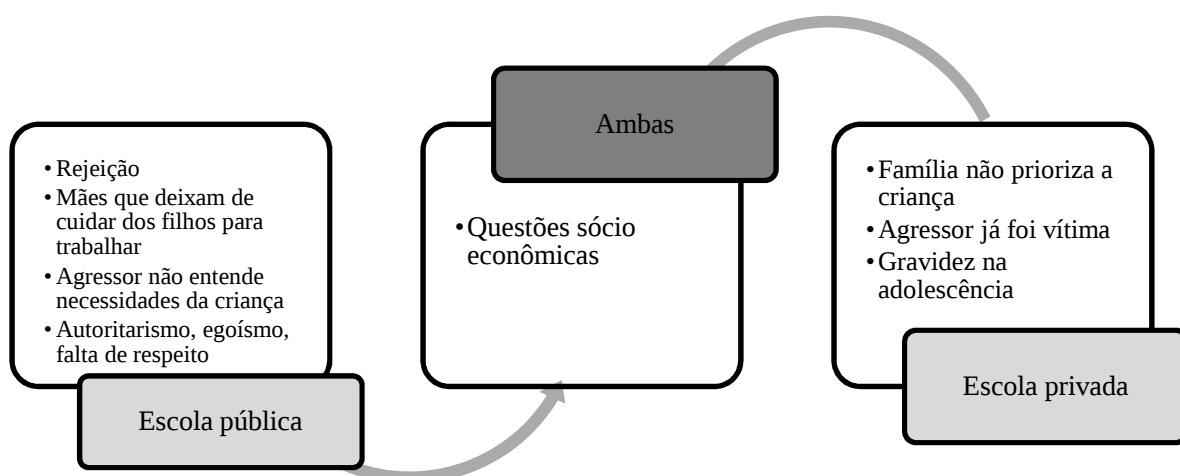


Figura 4: Causas da negligência contra criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privadas

As entrevistadas de ambas as escolas referem questões econômicas e sociais. O meio social onde os pais foram criados, além da situação de pobreza e desemprego podem gerar cuidadores negligentes:

Eu acredito também que a pobreza, o... A questão do, de se vestir, de viver... Cria uma apatia, com a mãe, com o pai ou seja com que for, com a avó e isso vai deixando pra lá, como se cria batata né? (Pub7)

As docentes que exercem suas funções na escola privada apontam que a falta de compromisso, de tempo ou de sentimento de responsabilidade da família em relação aos cuidados com a criança, faz com que os pais priorizem outras coisas, negligenciando a criança. Nesse mesmo sentido, educadoras da rede pública referem a rejeição, a falta de cuidado ou um “lar desestruturado”, onde as mães se ausentam do papel de cuidadoras para se tornarem provedoras do lar:

Partindo da realidade dos pais dos meus alunos e da grande maioria dos pais da rede pública, é a questão do se ausentar... Pra trabalhar e não ter com quem deixar a criança. A maioria dos pais, são separados ou então a mãe é solteira ou então o pai tá preso, casos assim. Então a mãe, ela tem que arcar com a casa, né? Educar os filhos, cuidar da casa e trabalhar fora. Como ela tem que trabalhar fora, então quem é que vai estar com essa criança? Quem é que vai dar o banho? Quem é que vai dar alimentação? (Pub5)

Algumas vezes, a falta de tempo pelo trabalho, por isso e por aquilo e outras vezes é porque... Nem todo mundo... Nasceu pra ser mãe, nasceu pra ser pai, então... Acontece de ter filhos e não dar conta. Não tem esse cuidado, realmente. (Pri2)

Uma das entrevistadas da rede privada refere que o agressor age desta forma por já ter sido vitimizado. Para uma das professoras da rede pública, os atos violentos decorrem do fato dos agressores não entenderem que a criança precisa de cuidado e atenção:

Vítimas também são vítimas da negligência, são vítimas de... De desemprego, de falta de dinheiro, falta de tudo. Então, vai passando, vai gerando, vai passando de um pro outro, de pai pra filho, né? (Pri4)

Não despertou ainda, acho que a pessoa não despertou que como ela, todos nós precisamos dessa atenção, desse cuidado. Cuidado de... Com o ser humano. Eu acho que essa é uma causa. (Pub1)

Autoritarismo, egoísmo e falta de respeito também são citados pelas entrevistadas da rede pública como causas da negligência:

E tem a ignorância, eu acho que a ignorância não, eu acho que o termo é autoritarismo “ah, eu tô nem aí, pra que eu me importar, vou me importar comigo mesmo”, né? Autoritarismo, egoísmo, enfim. (Pub1)

Enquanto isso, uma participante da escola privada aponta a gravidez na adolescência como causa, considerando que os jovens não estão preparados para assumir a responsabilidade pela criança:

Oh, tem tantos jovens que elas engravidam, então elas tem aqueles filhos, então ela o que? Aí separa, a avó cria ou vai criar com uma tia. Acho uma negligência horrível né? Porque eles, eles não tão preparados. (Pri4)

Uma das docentes da rede privada alega não saber as causas para alguém ser negligente com uma criança:

Porque se eu me proponho a estar com aquela criança, a observá-la, a cuidar na verdade; eu não sei o que, o que leva uma pessoa a não... Não cumprir o que é né? O papel, né? (Pri7)

Diversas causas foram apontadas pelas participantes, o que se deve ao fato da violência contra a criança ser um fenômeno complexo e multifacetado. Não há um único fator que explique como a violência ocorre, pois esta é resultado da interação de fatores individuais, de relacionamentos sociais, culturais e ambientais (KRUG *et al*, 2002).

Especificamente na relação estabelecida entre pobreza e negligência, bastante citada pelas participantes do estudo, é importante destacar que a negligência ocorre quando há uma situação de privação apesar dos responsáveis pela criança disporem de meios para prover as situações que são negadas e por isso não deve ser confundida com situações de carência (SOUZA *et al*, 2014; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; KRUG *et al*, 2002).

Além disso, a violência é mais exposta nos meios sociais mais desfavorecidos podendo levar uma falsa interpretação de que a violência é maior nesses segmentos, enquanto os mais favorecidos economicamente geralmente detêm recursos para tratar da violência de forma mais sigilosa (GUIMARÃES; VILLELA, 2011; FIGUEIREDO, 2011; MINAYO, 2010). Apesar da carência social e econômica ser reconhecida como um fator para a ocorrência de violência, ela não deve ser entendida como algo determinante, pois a violência ocorre em todos os locais independente do estrato social.

Corroborando a fala de uma das entrevistadas da rede pública que cita como causa da negligência o fato dos agressores não entenderem que a criança precisa de cuidado e atenção, Honor (2014) relata que pais ou cuidadores com problemas mentais ou cognitivos podem

apresentar maior incapacidade de compreender a importância de se prover o adequado cuidado da criança desde cuidados de saúde até amor e incentivo.

Quanto à gravidez na adolescência enquanto causa da negligência, Makhoul e Rambaud (2014) e Welcher e Bonner (2013) identificaram que a maioria das mães negligentes tinha tido seus filhos durante a adolescência. Entretanto, esse aspecto não pode ser generalizado para todas as mães adolescentes.

Uma educadora da rede pública, mãe e trabalhadora, cita como causa da negligência o fato da mãe ter que trabalhar e se ausentar de cuidar da criança. Esta percepção explicita a permanência da valorização de padrões sexistas em nossa sociedade que atribui aos homens o papel de provedor e a mulher a responsabilidade pelo lar e educação dos filhos.

As **consequências da negligência** para as educadoras de escola pública e privada são apontadas na figura 5:

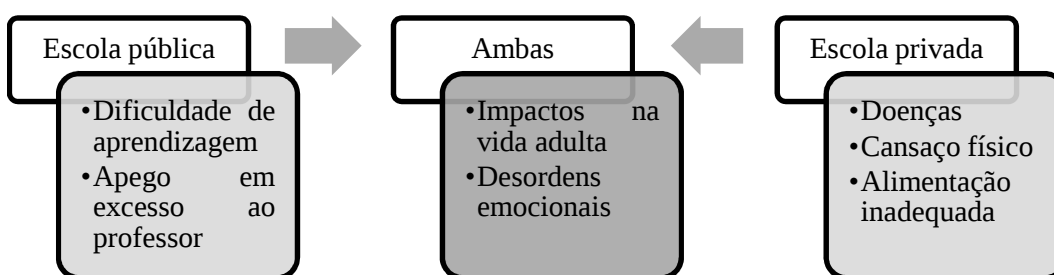


Figura 5: Consequências da negligência contra a criança para educadores de ensino infantil de escola pública e privadas

As educadoras apontam que a negligência pode afetar negativamente a criança em longo prazo:

Adultos muito problemáticos, né (Pri1)

Vai ser um adulto no futuro, talvez até violento porque ele vai reproduzir aquilo que ele vivenciou. Ou um adulto... Com medo, inseguro e sem afetividade que é o pior, porque ele não teve, como ele vai ser afetivo com alguém? (Pub7)

De acordo com as participantes, crianças negligenciadas podem apresentar os mais variados tipos de desordens emocionais. Para as professoras da rede privada as vítimas podem manifestar sinais de indisposição, indisciplina, irritabilidade, agitação, desânimo e uso de violência. Por sua vez, as docentes da rede pública listam de falta de autoestima e de organização, assim como se sentirem desprezadas por seus cuidadores. Para estas, em decorrência dessas desordens a criança vitimizada tenderia a reproduzir a violência sofrida com outras pessoas ou consigo:

As consequências são as que nós mais presenciamos na escola. Os filhos chegam cansados no dia seguinte, não rendem tanto quanto poderiam ou deveriam render, estão sempre indispostos ou desanimados ou irritados. (Pri5)

Traumas, muitos são agitados, muitas são violentas, lhe ameaçam, elas dizem que: “Eu vou matar você. Dou em você. Vou chamar a minha mãe pra bater em você. Vou chamar meu pai pra lhe matar. Meu pai tem uma faca em casa.” (Pri6)

Falta de autoestima e de organização. (Pub6)

Que é uma troca, eu dou aquilo que eu recebo. Se eu passei a vida sendo ignorado, sendo maltratado, sendo negligenciado, então eu vou me tornar também, uma pessoa assim no futuro. Comigo e com os outros. É muito difícil uma pessoa que vive uma violência e no futuro não viver isso: “Eu vou procurar ser diferente”. É difícil. “A minha mãe fez isso, eu fui assim, é o que eu vou continuar fazendo, como ela fazia.” (Pub7)

Problemas de saúde como doenças, cansaço físico e alimentação inadequada também são listados pelos sujeitos da rede privada:

Na segunda feira chegam com sono, dormem até sentadinhos na cadeira porque vieram de um final de semana bem cheio, foram dormir mais tarde, crianças que adoecem, que tem todo tipo de alimentação, né? (Pri5)

Na escola, crianças vitimizadas podem apresentar dificuldades de aprendizagem, assim como podem se apegar demais aos professores em decorrência de sentirem falta dos pais, segundo a fala das professoras da rede pública de ensino:

Eu penso assim, que ela, é... Vai ter algumas dificuldades assim, em aprender, se organizar, né? (Pub4)

A falta do pai ou da mãe né? Porque têm aqui casos de mãe presa, tem casos de pai preso. A principal consequência é essa, a falta. A gente percebe essa... Essa questão do carinho, essa, essa carência que ele tem, entendeu? [...] A gente percebe que eles se apegam muito às professoras e contam tudo o que acontece em casa porque cria-se um vínculo de, de confiança, né? (Pub5)

Diversas consequências foram apontadas pelas educadoras, dada a complexidade do efeito da negligência contra as crianças como desordens emocionais, problemas de saúde e dificuldade de aprendizagem. Confirmando o relatado pelas professoras, diversos autores apontam que crianças negligenciadas podem apresentar internações recorrentes, lesões de repetição, hipodesenvolvimento, inadequação do nível de escolaridade ou absenteísmo na escola, falta de atenção e de limites, e dificuldades de estabelecer interação social adequada

(RAMOS; SILVA, 2011; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; GONTIJO et al, 2010; NJAINE; ASSIS; CONSTANTINO, 2009).

Efeitos em longo prazo, com consequências a saúde física e mental e ao desenvolvimento psicológico e cognitivo afetando a vida adulta foram relatados. Foram encontradas diferenças nos cérebros de crianças que sofreram negligência, como presença do corpo caloso menor quando comparado a crianças não negligenciadas. Sofrer este tipo de violência na infância está associado a apresentar doenças isquêmicas, asma, câncer pulmonar e comportamento sexual de risco na vida adulta (HORNOR, 2014). Vítimas de negligência também podem apresentar sinais de transtorno de estresse pós-traumático (MILOT *et al*, 2015).

5.4. Concepções sobre a violência psicológica

Na terceira categoria foram alocados conteúdos referentes especificamente ao conceito de violência psicológica, locais onde ela ocorre, possíveis agressores, sinais de violência psicológica identificados, causas e consequências.

Em relação ao **conceito de violência psicológica**, os dados foram agrupados na figura 6:

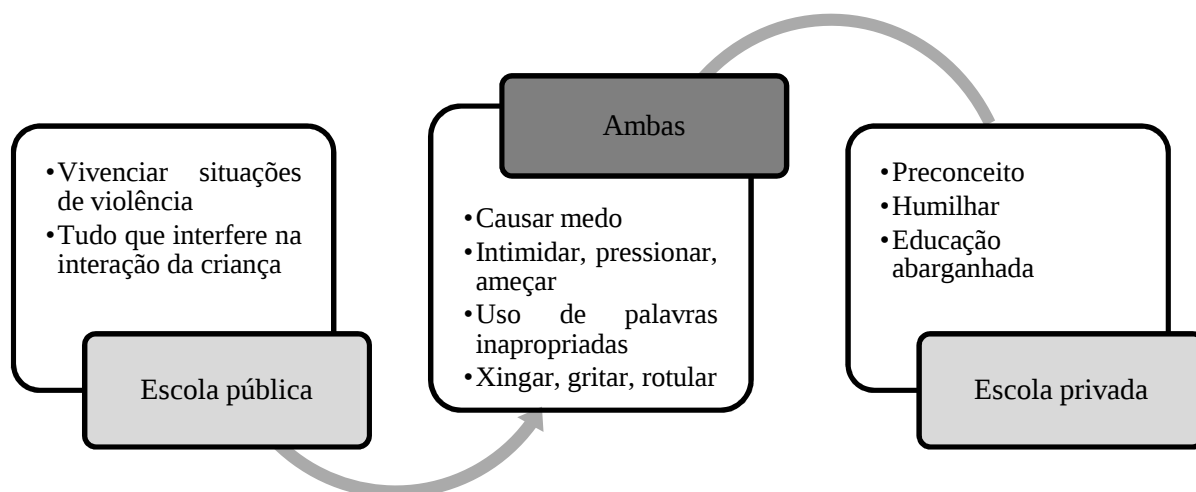


Figura 6: Conceito de violência psicológica contra criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privadas

As professoras conceituam este tipo de violência como algo que causa medo à criança, afetando o seu desenvolvimento ou ainda que a intimide, a pressione ou a ameace de alguma forma.

É tudo aquilo que afeta o psicológico dela. [...] Quando a gente pressiona, quando a gente faz algo, que... Deixa ela nervosa, ela com medo, ela insegura. (Pri2)

Eu penso que seja tudo aquilo que vai fazer com que a criança tenha medo, que vai deixar a criança acuada, que vai, é... Mexer com... O seu desenvolvimento, assim, afetivo, social. (Pub4)

Para as professoras de ambas as escolas, também é violência psicológica o uso de palavras inapropriadas ou ríspidas com a criança, assim como xingar, rotular ou gritar com a mesma:

Agressão física, agressão psicológica que eu acho que é moral, com palavras e atitudes indecentes e... E ríspidas. (Pub1)

Quando você exclui, quando você rotula, dizendo coisas do tipo que você não é capaz, que essa criança ainda não aprendeu, que é diferente dos demais colegas. (Pri5)

As pressões psicológicas que uma criança pode sofrer, por exemplo, ao vivenciar situações de violência, também são apontadas pelos sujeitos da escola pública. Já entrevistadas da rede privada destacam como violência psicológica o preconceito e atitudes humilhantes:

Acredito que sejam as pressões psicológicas que elas, que elas passam. O que veem em casa, o que escutam dos pais, o que elas são forçadas a viver nesse mundo. (Pub3)

Uma humilhação, o não aceitar... É... O preconceito. (Pri4)

Uma das professoras da escola pública relata que violência psicológica é tudo o que interfere na interação da criança consigo ou com os demais. Em outro sentido, uma das participantes da rede privada cita o ensinar o filho a assumir determinada ação oferecendo algo em troca, o que ela denominou de “educação abarganhada”:

Que mexe com a área de interação com o outro e consigo mesmo, sabe? Essa é a violência psicológica. (Pub4)

É aquela educação abarganhada né? Você... Dou um negócio a você e você não, não faz isso, né? Se você não morder, se você não fizer isso, eu dou. Eu acho que isso aí é uma agressão também, porque você não tem pulso com o seu filho e aí você, você dá essa educação abarganhada né? (Pri1)

Ao contrário da negligência, as professoras de ambas as escolas identificaram espontaneamente a violência psicológica enquanto um tipo de violência e, de maneira geral tiveram mais facilidade ao conceituá-la, apresentado menos pausas ou hesitações em seus discursos. Nota-se um reconhecimento maior destas situações enquanto uma forma de violência pelo fato de serem condições que, na fala das entrevistadas, causam medo, ameaçam ou humilham as crianças. Os conceitos elencados pelas educadoras desta forma de violência estão em concordância com o apontado pelos autores que descrevem que são situações de violência psicológica atitudes de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, ameaças, destruição de pertences ou objetos de estima e apego para a criança, punições humilhantes, isolamento da criança e utilização da pessoa para atender às necessidades psíquicas de outrem (SHAPERO *et al*, 2014; SILVA *et al*, 2014; SOUZA *et al*, 2014; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; MINAYO, 2009; KRUG *et al*, 2002).

Além das concepções explicitadas anteriormente, uma das participantes da escola pública destaca que a violência psicológica está associada à violência sexual. No mesmo sentido, Garcia, Olinger e Araújo (2013), Ramos e Silva (2011) e Ministério da Saúde (2010b), descrevem que crianças e adolescentes vítimas de violência sexual também costumam sofrer violência física e psicológica.

Já um dos sujeitos da escola privada refere ser violência psicológica, estabelecer premiações para que a criança assuma o comportamento desejado ao invés de se delimitar regras a serem cumpridas pelas mesmas. Esse tipo de “educação abarganhada”, de acordo com a fala da educadora, pode ser entendida como falta de controle parental, uma forma de violência já discutida no conceito de negligência. Esta inter-relação entre violência psicológica e negligência reflete a complexidade do fenômeno da violência e por isso deve-se compreender que a tipologia é didática, pois no cotidiano a violência não se manifesta de uma forma única, mas sim, abarcando elementos dos diferentes tipos.

Questionadas quanto aos **agressores de violência psicológica**, as entrevistadas revelam que qualquer pessoa pode ser agressora deste tipo de violência contra a criança (Figura 7).

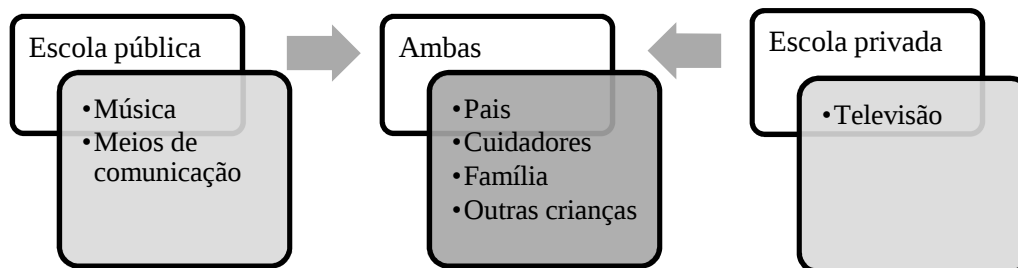


Figura 7: Agressores da violência psicológica contra a criança para educadores de ensino infantil de escolas públicas e privadas

Especificamente, pais, cuidadores, famílias, adultos e outras crianças foram apontados:

Os adultos. Outras crianças também. Depende da convivência. Crianças maiores ou da mesma idade, enfim, qualquer um pode ser agressor. (Pub1)

Eu acho que o índice maior, tá dentro da família. Às vezes são padrastos, às vezes... Primeiro lugar eu acho que é padrasto, pai, tios e vizinhos. (Pub7)

É o ser humano, muito mal preparado. [...] Professores mal preparados, o próprio colega também, já machucado, já chateado também, eles destrocam, bate um no outro, falam coisas. (Pri4)

A gente já vê, já viu, questão de babás também em casa, é mais assim. (Pri3)

Assim como na negligência, chama atenção ao fato dos agressores listados serem pessoas do convívio da criança. Este fato se torna preocupante pela maior vulnerabilidade destas vítimas e pela possibilidade de causar várias sequelas pela formação de vínculos disfuncionais na primeira infância, por pessoas que estariam incumbidas de fornecer afeto, cuidado e segurança. Além disso, observa-se na literatura que não há um consenso sobre o perfil destes agressores. Para Souza *et al* (2014), a violência psicológica é perpetrada por conhecidos do sexo masculino, entretanto, Apotólico *et al* (2012) aponta que os agressores deste tipo de violência são principalmente os pais. Por sua vez, Andrade *et al* (2011) e Rocha e Moraes (2011) apontam a mãe como principal agressora. Em todos os casos, a similaridade consiste no fato dos agressores serem pessoas próximas, o que condiz com o relato das educadoras.

A televisão também foi citada como uma agressora por uma das participantes da rede privada. No mesmo sentido, uma das docentes da rede pública apontou como agressores a música e os meios de comunicação de maneira geral:

Informações que a gente também vê nos meios de comunicação, as músicas. (Pub2)

Televisão também, que as crianças assistem muitos filme assim que tem muita violência. (Pri6)

Em relação aos meios de comunicação enquanto agressores, vários estudos apontam que a exposição de crianças e adolescentes a conteúdos violentos tem forte associação a comportamentos agressivos futuros. Este impacto aumenta à medida que decresce a idade da criança sendo a capacidade cognitiva destas um fator de vulnerabilidade a determinadas formas de representação da violência, principalmente nos menores de sete anos, por não distinguirem claramente a violência dos desenhos animados da realidade. Outras consequências da exposição a longo prazo de conteúdos violentos na mídia é a dessensibilização, caracterizada pela indiferença quando a violência é dirigida a outros e o medo de ser vitimizado na vida real (CANELA, 2009; NJAINE; MINAYO, 2004).

Quanto aos **locais onde ocorre violência psicológica**, as participantes referem que pode ser qualquer lugar, especialmente a casa, ambientes educacionais e a rua:

Em casa, na escola, na rua. Acho que em todo lugar ocorre, depende do ser humano que tá perto, que tá... Ajudando a criar ou na formação dessa criança. (Pub1)

Pode ocorrer em qualquer lugar. Ocorrer em casa, ocorrer em creche, em escolas. (Pri3)

Uma das entrevistadas da rede privada também lista estabelecimentos de saúde como um local para ocorrência de violência psicológica:

Até em hospitais eu já presenciei cenas assim, consultórios, de pessoas, de adultos, dizendo: “Ah filho, deixe ele que ele é doentinho” com uma criança, de repente, com necessidades especiais ou que, um cadeirante, que mesmo com essas limitações, mas que não deveríamos usar esses termos. (Pri5)

Assim como na negligência, os locais onde a violência psicológica ocorre, segundo as participantes, são os ambientes de convivência da criança, mesmo resultado encontrado na literatura. Entretanto, os estudos que discorrem sobre os locais onde ocorre violência psicológica não são voltados para as crianças pequenas e abordam a violência contra crianças maiores e adolescentes (BRANDÃO NETO *et al*, 2014; ARAGÃO *et al*, 2013; MALTA *et al*, 2010).

As professoras também foram questionadas quanto aos **sinais de violência psicológica** que conhecem ou que já presenciaram na escola (Figura 8).

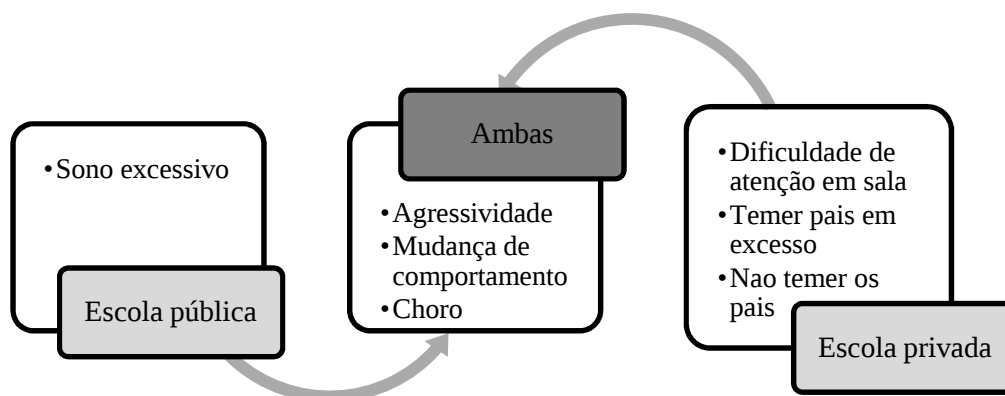


Figura 8: Sinais de violência psicológica contra crianças para educadores de ensino infantil de escola pública e privadas

A agressividade é bastante mencionada pelas entrevistadas e as crianças a expressam reproduzindo com os demais a violência que vivenciam. Uma das participantes da escola pública ainda destaca que a agressividade pode ser resultado de um sentimento de revolta que a vítima apresenta:

A criança insegura, vítima de violência, normalmente ela fica ou arredia ou ela repete aquilo que ela foi exposta. [...] E tem outro aspecto que eu acho que é violência psicológica: a revolta. Acho que a revolta, ela existe, faz com que a criança não queira nenhuma sugestão dos outros e quando ela é a dona da brincadeira, ela quer brincar, ela quer fazer e quando ela tá brincando ela usa de gestos agressivos, porque é muito difícil separar a agressão psicológica da física né? (Pub1)

Imita. Aquela agressão que ele tá passando, ele imita, com outro, com outra pessoa, com outra criança, com o próprio professor ele imita. (Pri4)

Sinais de mudança de comportamento como isolamento, medo e retraimento também são identificados pelas docentes. As docentes da escola privada ainda apontam que as crianças vitimizadas se apresentam tristes e carentes:

Porque o caso de timidez não é generalizado, mas eu acho quando ela é muito retraída, muito, muito quietinha, eu acho que tem alguma coisa aí que... Ou então, aquela criança que, é o... O extremo né? Que agride, que vem, que grita, que faz o escândalo. (Pri7)

Independente do jeito de ser, crianças muito quietas. Crianças que... Quando os professores mostram um desafio elas se retraem. [...] Se, a gente coloca brinquedos pra eles e eles simplesmente não querem, se retraem. Ou seja, não conseguem relaxar, estão sempre tensos, porque alguém pode reclamar com eles. Fica nessa expectativa ruim. (Pub1)

O choro também é um sinal de violência psicológica apontando pelas professoras de ambas as escolas:

Tem crianças que chegam à escola, na sala de aula, já chorando, por falta, acho que é de carinho, carentes. De carinho, de uma atenção. Tem uns que choram porque não veem o pai a noite: “Meu pai... eu fui dormir, de manhã meu pai já tava trabalhando e não vi meu pai, não vi minha mãe”. (Pri4)

Choro. A gente percebe muito quando já tá um tempo com as crianças e de repente aquele que parecia tranquilo, calado, quieto, ele chora por algum motivo. (Pub1)

Enquanto as educadoras da escola privada relatam que a criança vítima de violência psicológica pode apresentar problemas para prestar atenção às aulas ou na resolução de conflitos com os colegas; as entrevistadas que atuam na escola pública informam que a criança pode chegar sonolenta à escola ou sem estímulo para participar das aulas:

Porque eles chegam quietinho, sonolento, às vezes é um remédio que deram porque precisavam que a criança tivesse dormindo para poder fazer alguma coisa em casa, tivesse o espaço livre. (Pub3)

É... Quando a criança diz não sei, não sei sempre, entendeu? É porque ela em casa, ela não é estimulada e nem é, nem é dito a ela que ela é capaz. (Pub6)

Tem assim que eles vêm quando eles têm algum, que ficam, não ficam na sala ou ficam na sala inquietos e não deixando outros alunos prestar atenção, tumultua a sala. (Pri6)

Temer os pais em excesso ou não temer os pais foi apontado por uma das professoras da rede privada:

Tem pai, tem menino que se você disser: “Olhe eu vou dizer ao seu pai”, ele: “Não tia, não tia, diga não”, né? [...] Mas tem uns que eu digo: “Oh, vou dizer ao seu pai”, é o mesmo que nada, né? (Pri1)

Dentre os sinais de violência psicológica identificados pelas educadoras, a mudança de comportamento, sinal mais citado, é também o mais identificado em situações de negligência por elas. Por ser bastante inespecífica, a mudança de comportamento pode ser ocasionada por diversos motivos e desta forma deve servir como uma alerta para possíveis situações de violência, assim como a dificuldade de atenção em sala de aula, outro sinal apontado pelas entrevistadas. Também deve ser levado em consideração que devido a pouca idade dessas crianças, estas não costumam falar que estão sendo vitimizadas e a identificação desses sinais é de extrema importância para o enfrentamento da violência nessa faixa etária.

De acordo com o Ministério da Saúde (2010b) a violência psicológica apresenta como sinais a angústia e a ansiedade que acabam por determinar problemas comportamentais. Esses sinais podem surgir antes mesmo que a criança adquira o controle da linguagem e a partir dos cinco anos de idade esses sinais vão depender se as agressões iniciaram naquele momento, se são uma continuidade de violências já sofridas ou ainda se são sequelas de violências anteriores não tratadas. Sendo que quanto mais tempo vivenciando essa violência, mais crescentes e cumulativos serão os prejuízos para o desenvolvimento global da criança, confirmando a importância da identificação precoce, principalmente nos anos iniciais de vida (BRASIL, 2010b).

As educadoras também foram questionadas sobre as **causas da ocorrência da violência psicológica** (Figura 9):

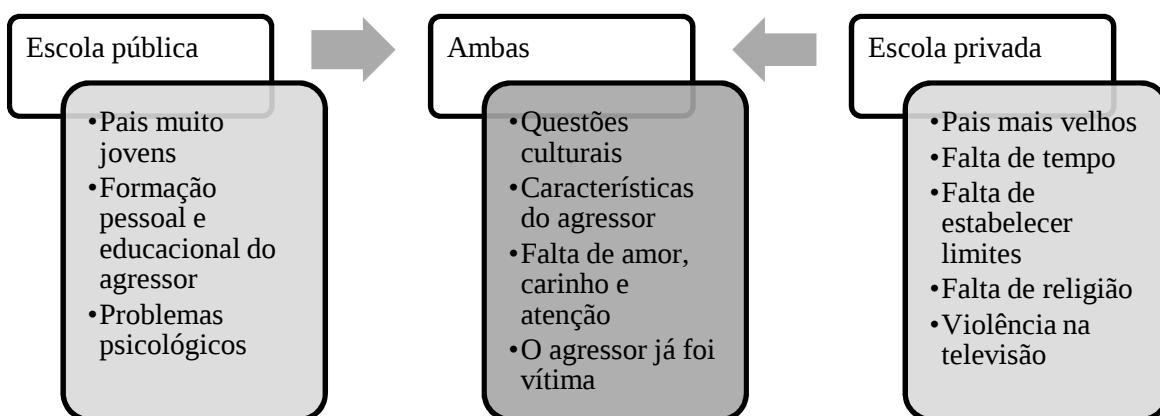


Figura 9: Causas da violência psicológica contra criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privadas

Questões culturais que perpetuam a violência entre as gerações são citadas pelas participantes:

Talvez herança de uma cultura que já venha passando de geração em geração. (Pri5)

Então acho que existe uma linguagem, cultural, não sei se só é só no Brasil, mas é: “fique quieto!”, “baixe a cabeça!”. É a criação. Dos pais que já tiveram outros pais, que não tiveram acesso a informações... (Pub1)

Determinadas características do agressor são listadas como determinantes de ações violentas contra as crianças. Entretanto, enquanto os sujeitos da escola pública referem imaturidade e caráter do agressor, as docentes da rede privada listam maldade e falta de paciência:

Isso aí não tem a ver com o nível intelectual da pessoa. É... Caráter do outro, é a pessoa ver o outro como ser humano. (Pub2)

Talvez imaturidade né? (Pub5)

Falta de entendimento, de paciência, de dizer um não, de ouvir o choro. (Pri5)

Acho que maldade. (Pri2)

Para docentes da rede pública de ensino as causas da violência psicológica perpassam pela falta de amor, de cuidado, de escuta e de compreensão. As professoras da escola privada referem o mesmo e acrescentam a falta de carinho ou de afeto:

E a falta de amor também. De carinho, de compreensão e até afetividade mesmo pela criança. (Pri6)

Dar pouca importância e dar mais importância ao tempo de trabalhar, de outras coisas, esquecer, esquecer que elas existem. Colocar elas em frente de uma televisão ou dentro de um shopping. (Pri4)

Isso não existe pro agressor, não existe uma compreensão que a criança é um ser e está no mundo precisando de pessoas que lhe mostrem como é esse mundo, um caminho a seguir, ate que ela possa ser capaz de discernir o que ela vai fazer de si mesma. E a falta de cuidado também. (Pub1)

Falta de amor próprio (risos). E ao outro. (Pub3)

Para as educadoras que atuam na escola pública pessoas podem agredir seus filhos psicologicamente por se tornarem pais muito jovens. Porém, as participantes que exercem suas funções na escola privada referem que a violência pode decorrer do fato dos genitores rejeitarem seus filhos por tê-los tardiamente:

Crianças sendo mãe, sendo pai. Então se ela, se ela não teve, ela também não tem como dar, termina virando um ciclo vicioso, né? (Pub2)

Rejeição. Às vezes, e muitas vezes, não queria aquele filho. Aquele filho veio. “Eu tinha um filho com 15, 16, 17, etc e surgiu um menino agora”, né? [...] Não quis, não veio no momento certo ou não tem paciência, chegou a uma certa idade e veio ter. (Pri1)

As educadoras também apontam que uma pessoa pode agredir psicologicamente uma criança por ter sido vitimizada:

Na sua individualidade já sejam pessoas perturbadas, pessoas que tenham algum distúrbio ou então que foram agredidas também e respondem com agressão. (Pub4)

Às vezes, eu acho, além de pura maldade, eu acho também que são vítimas. (Pri4)

A formação pessoal e educacional do agressor é referida pelas entrevistadas da escola pública como uma possível causa da violência psicológica. Para uma delas, falta ao agressor um tipo diferente de informação, uma linguagem que fale de amor, carinho e compreensão:

A própria pessoa às vezes não tem, não teve uma educação, educação doméstica mesmo, não teve. (Pub2)

Normalmente são pessoas que não tiveram acesso a uma informação diferente, não é o acesso à informação escrita nos livros. Eu estou falando do acesso à informação do carinho; da linguagem do amor; da linguagem do “estou pronto pra te ouvir, mas você também precisa me escutar”. [...] Então existe essa linguagem, que eu acredito que os agressores de crianças e até de outros adultos, eles não conhecem. (Pub1)

Pessoas com desajustes emocionais ou problemas psicológicos podem se tornar agressores de violência psicológica de acordo com as participantes que atuam na escola pública:

Eu acho que é o desequilíbrio. É... De loucura mesmo, dos pais, dos vizinhos, de mãe, seja de quem for. Acho que a pessoa que comete uma violência contra uma criança psíquica ou mesmo a, a corporal, ela não tem equilíbrio. Pra mim é uma pessoa desajustada emocionalmente, talvez até psicologicamente. (Pub7)

O fato das famílias atuais estarem dispondo de pouco tempo para se reunirem é citada pelas docentes da rede privada, assim como estresse e excesso de afazeres dos pais, falta de estabelecer limites em casa e falta de religião dos pais.

Quais as causas? Em casa tem o que? Estresse do pai, estresse da mãe, né? Falta de paciência. Às vezes trabalha o dia todo e quando chega, se foi mal lá fora e quer descontar nas crianças em casa. (Pri3)

Os afazeres que os pais, né? Alguns familiares, que não tem o tempo devido né? (Pri7)

Tem uma, não sei, acho que o pai, a mãe ou a criança, ela não tem uma religião, limite em casa. Aí não tem o que se espelhar de todos os dois. (Pri4)

Por fim, a violência presente nos programas de televisão que atuam como uma influência negativa na forma dos pais educarem seus filhos é apontada por uma participante da escola privada:

E hoje o que eles têm pra dar e pra passar é isso. Exemplos que veem, televisão, novela, né? (Pri4)

Apontar as causas da violência psicológica não é uma tarefa simples devido a complexidade de fatores que estão imbricados neste tipo de violência, por esse motivo são diversas as causas citadas pelas entrevistadas. O fato do uso da violência como forma de disciplinar as crianças, ainda ser fortemente valorizado pela sociedade, faz com que a mesma esteja enraizada nas dinâmicas familiares pautadas pelo uso do poder e superioridade em relação às crianças ao longo das gerações. Muitas vezes os responsáveis pela educação da criança se utilizam da violência por desconhecerem formas não violentas de discipliná-la ou por terem sido educados assim e acharem que essa é a melhor forma. Este sentimento muitas vezes é compartilhado pelos próprios profissionais que atuam com as crianças levando a uma situação de banalização e permissividade (COCCO *et al*, 2014; RISTUM, 2014; CHOO *et al*, 2013; GARCIA; OLINGER; ARAÚJO, 2013; FENG; HUANG; WANG, 2010).

Várias características dos agressores foram apontadas pelas entrevistadas como causas da violência psicológica. Para elas, as pessoas utilizam-se de violência na relação com as crianças por serem imaturas ou malvadas, são impacientes, não tiveram educação e apresentam falta de amor, de carinho e de compreensão. Também podem ser pessoas que foram vitimadas anteriormente e perpetuam a violência no trato com as pessoas ou apresentar problemas psicológicos. Em relação a esta temática, alguns autores relatam que os agressores apresentam inadaptação social, capacidade limitada de lidar com o estresse, baixa autoestima e grande parte sofreu maus-tratos e negligência quando pequenos (PINHEIRO, 2011; MARTINS, 2010; KRUG *et al*, 2002;). Lise e Mota (2010) acrescenta que o agressor geralmente é do sexo masculino, jovem e de baixa escolaridade.

Um aspecto que chamou a atenção foi a diferença do perfil do agressor no que se refere à idade para as educadoras da rede pública e privada de ensino. Essa diferença pode estar associada às características do público atendido em cada tipo de escola. Para as professoras da escola pública as mães jovens são mais agressoras, pois a incidência de mães adolescentes é maior nessas escolas, já que a gravidez na adolescência está associada a riscos sociais e econômicos. Enquanto isso, as mulheres que adiam a maternidade, priorizando a carreira profissional, estabilidade financeira e parceiro estável, estão mais presentes na escola

privada e por isso são identificadas pelas professoras que atuam nestas escolas (SASS *et al*, 2011). No entanto, ressalta-se no discurso das professoras uma universalização da violência nos diferentes contextos.

As **consequências da violência psicológica**, segundo o relato das participantes, estão listadas na figura 10:

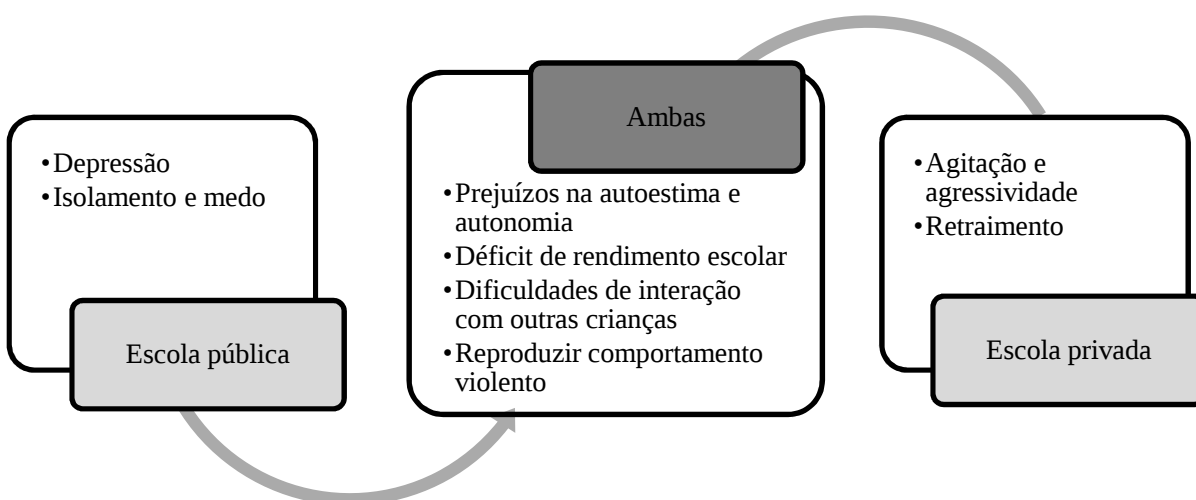


Figura 10: Consequências da violência psicológica contra crianças pra educadores de ensino infantil de escolas pública e privadas

As professoras relatam que a criança vitimizada pode apresentar problemas psicológicos diversos, o que de acordo com as participantes da escola pública, acarreta em prejuízos na autoestima e na autonomia da criança.

Destruição da vida dela, questão afetiva... Mexe com... O equilíbrio dela, autonomia... O gostar de si. [...] A destruição até no futuro, ser uma pessoa... Medrosa, até uma pessoa com problemas psicológicos. Depois que o medo instalado, não tem quem tire mais. (Pub7)

Que, onde, na educação infantil é onde surgem os maiores traumas né? Que é a... Idade de 2 a 5 anos. (Pri7)

Para as entrevistadas que atuam na rede privada, a criança violentada psicologicamente pode se tornar uma pessoa agitada e agressiva. Em contrapartida, também pode se tornar uma pessoa retraída. Enquanto isso, as docentes da rede pública identificam nessas crianças sinais de depressão, isolamento e medo:

Eu acho que na escola, uma criança muito agitada ou muito retraída, muitas vezes é um caso de, de... Violência psicológica em casa. (Pri7)

A percepção do mundo vai ficar cada vez mais difícil de ser desenvolvida, porque sempre vai ter o medo, que é a emoção negativa, me impedindo de ir um pouco além nos conhecimentos,

sabe? Tem gente que não sabe, tem medo de viver, porque “será que eu vou ser repreendido?”, “será que eu vou encontrar alguém que diga não?”. Eu acho que prejudica a questão da iniciativa. (Pub1)

Diminuição no rendimento escolar, falta de atenção e problemas na interação com as outras crianças também são consequências identificadas pelas participantes:

O rendimento na escola dela cai, a relação dela com... Com as crianças. As crianças passam a não gostar dessa outra criança porque ela é muito agressiva, porque ela bate, porque ela xinga, entendeu? (Pub5)

Assim, ele não consegue, é... Se comportar na sala ou não tem aquele, não é um menino que ele, a atenção dele é pouca, né? Ele se concentrar, não consegue se concentrar. [...] Ela teme a escola também, né? Ela acha que aqui na escola também vai ser agredida. (Pri1)

De crianças sem limites, crianças dizerem: “Eu faço o que quero.” De agredir o colega para conseguir algo que queira; de não render tanto, pedagogicamente, como poderia; que tem potencial para isso, mas que não centra no que está sendo trabalhado, numa roda de conversa, numa dinâmica de turma, numa atividade escrita. Por essa inquietação. (Pri5)

As educadoras ainda alertam para a possibilidade de a criança reproduzir o comportamento violento que vivencia. Para as participantes da escola pública, esse comportamento pode perdurar pela vida adulta e como consequência, a vítima pode futuramente se tornar um agressor:

Ai é um trauma enorme, pro resto da vida. Que não tem psicólogo, terapeuta que tire isso da cabeça da criança não, ela leva isso para sempre. Por mais terapia que se faça, fica guardado. (Pub3)

Uma, uma das consequências é ela se tornar, se tornar um adulto agressor também né? (Pub4)

O que recebe, ele dá. O comportamento que ele presencia em casa ou em família, ele acaba externalizando também na escola. [...] A sociedade que já está aí porque as crianças acabam ouvindo e repetindo esses comportamentos com os adultos. (Pri5)

De acordo com as professoras da rede pública, a criança vítima de violência psicológica sofre pela falta de carinho que sente e esta não apresenta mais aquela imagem de inocência que geralmente se associa a crianças dessa idade devido à vivência de situações violentas. Além disso, o choro seria um reflexo do quanto esta violência trás sofrimento para a criança:

Querendo ou não a criança tá perdendo a sua... Inocência, né? Ela está perdendo por causa desse tipo de violência que elas veem sofrendo, né? (Pub2)

A gente percebe essa... Essa questão do carinho, essa, essa carência que ele tem, entendeu? (Pub5)

Quando ela tem qualquer problema, as lágrimas vêm aos olhos logo. Então, quando isso vem aos olhos é porque o “cérebro” já não tá conseguindo tá tranquilo o suficiente pra encarar uma situação difícil e enfrentá-la. (Pub1)

Para as educadoras, a violência psicológica acarreta em graves consequências emocionais para a criança, com influências negativas na autoestima, no relacionamento com os demais, no rendimento escolar, além do desenvolvimento de psicopatologias como depressão. Diversos autores relatam que as agressões psicológicas podem gerar baixa autoestima, sentimentos de vergonha e culpa, baixo rendimento escolar, problemas cognitivos, depressão, ansiedade, atrasos de desenvolvimento, distúrbios de conduta, agressividade, distúrbios do sono e alimentares, doenças somáticas, relacionamentos pessoais inadequados, transtorno de estresse pós-traumático. Quanto maior o período de tempo em que a criança é vitimizada, maiores serão as sequelas que a mesma apresentará (FERRAZ; RISTUM, 2012; PINHEIRO, 2011; ROCHA; MORAIS, 2011; BRASIL, 2010b; MINAYO, 2010; GONTIJO *et al*, 2010).

Estudo norte americano identificou que ao analisar a associação entre depressão e maus-tratos na infância, a depressão está fortemente associada a experiências de violência psicológica, sendo os sintomas mais severos quanto maior a exposição a este tipo de violência. Em contrapartida analisando isoladamente a influência da violência física e da violência sexual no desenvolvimento de sintomas de depressão, estas formas de violência não apresentaram influência no surgimento desses sintomas (SHAPERO *et al*, 2014).

As entrevistadas também listaram como consequência o fato da vítima perpetuar o ciclo de violência na vida adulta. Faz-se então importante identificar e criar estratégias de enfrentamento da violência o mais precocemente possível para que atitudes violentas não sejam levadas adiante nas demais relações da vítima e a mesma não se torne um agressor futuramente.

5.5. Enfrentamento da violência

A quarta e última categoria temática refere-se às percepções das participantes sobre o enfrentamento da violência incluindo como a escola e o professor deveria atuar no

enfrentamento violência, o papel da escola e dos educadores na prevenção da violência, quais as dificuldades encontradas no enfrentamento da violência e quais as diferenças que as mesmas identificam nas situações de violência nas escolas públicas e privadas.

O papel da escola e do professor no enfrentamento da violência estão retratados nas figuras 11 e 12:

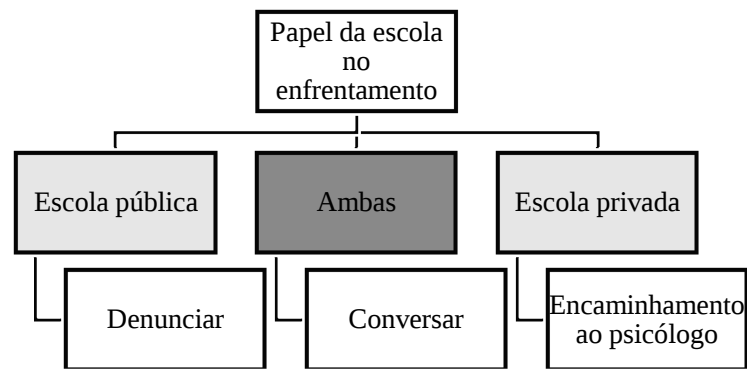


Figura 11: Papel da escola no enfrentamento da violência contra a criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privada

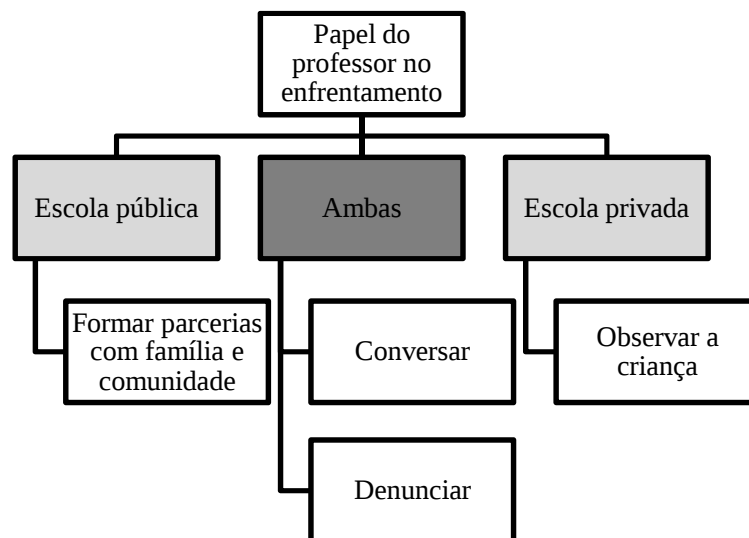


Figura 12: Papel do professor no enfrentamento da violência contra a criança para educadores de ensino infantil de escolas pública e privada

As professoras dos dois contextos deste estudo referem que inicialmente é realizada uma conversa com os pais ou com a criança:

Acho que a conversa, o primeiro passo é a conversa. Muitas vezes é com a criança primeiro, né? Uma birra, um choro, uma raiva, uma agressão que ela faz a outra ou simplesmente quando a gente nota que ela está desleixada com seus objetos pessoais a gente conversa com a criança, depois com a família. (Pub1)

Ela chama os pais, né? Pra... Pra que, se tome alguma providência, né? Alguma atitude dos pais, ela chama lá. Faz a comunicação com os pais pra ver que, essa situação mude né? É comunicada. (Pri1)

Eu foco mais na criança. Tentando conversar com ela, né? Sempre trazendo ela pro meu colo; falando palavras boas a ela; conversando; fazendo perguntas a ela, pra ela desabafar, falar alguma coisa. (Pri4)

Especificamente em relação ao papel do educador no enfrentamento da violência, quando os pais não atendem o chamado da professora, a mesma encaminha o caso para a direção – no caso da escola pública – ou para a coordenação pedagógica e serviço de psicologia – no caso da escola privada:

Quando o problema, ele é maior do que eu possa resolver, eu entro em contato com a gestão da escola pra aí eles entrarem em contato com os pais, chamarem esses pais e tentar resolver. (Pub5)

Quando não é mais do meu... Do meu limite aí eu passo pra outra pessoa, pra psicóloga, coordenadora, mas a escola faz muito. (Pri4)

Uma das educadoras que atua na rede privada alerta que quando a escola convoca os pais para conversar não se deve falar da violência diretamente com eles para que os mesmos não se esquivem do diálogo:

Chega a chamar os pais, chega a conversar com eles né? Sempre no arroteando. (Pri4)

De acordo com as docentes da rede privada, a criança deve ser encaminhada para atendimento com psicóloga, seja dentro da escola ou em outro serviço, assim como a psicóloga deve contatar os pais:

Primeiro passa pela psicóloga da escola, essa psicóloga chama ou comunica os pais. Os pais são comunicados e, dependendo do caso, se requer um, um aprofundamento de um profissional fora da escola, um acompanhamento melhor. Em conjunto. (Pri6)

A gente tá trabalhando com a psicóloga, junto com a psicóloga, já mandou encaminhar para outros psicólogos também lá fora para continuar o tratamento. (Pri3)

Um dos sujeitos da rede privada relata a necessidade da escola primeiramente estudar o caso antes de qualquer ação:

Ver o caso, estudar o caso. (Pri4)

A denúncia para os órgãos de proteção a criança por parte dos professores ou da escola quando a conversa não surte efeito é citada pelos professores da escola pública. Apenas uma professora da escola privada listou a denúncia como ação do professor no enfrentamento da violência cometida contra os alunos do ensino infantil:

Se não resolver, se ela não tomar uma atitude, não aparecer, não der a mínima pra as decisões da escola e do conselho escolar, aí aciona o Conselho Tutelar e daí vai para outras instâncias que aí já foge da gente. (Pub7)

Denunciar alguma coisa. (Pri3)

Observar a criança, dar carinho e atenção também faz parte da atuação do professor no enfrentamento da violência de acordo com as docentes da rede privada. Uma participante da escola pública, por sua vez, menciona que o professor deve mostrar a criança que existem formas não violentas de se lidar com as pessoas:

O que deve se fazer para enfrentar? É tomar... Cuidado né? É... Observar, prestar atenção. Que a criança não é um adulto em miniatura né? É uma, é uma pessoa que precisa de cuidados, precisa de... Ser observada, né? Nunca ficar só né? Sempre ter um adulto por perto. (Pri7)

Se for na escola, dar carinho, dar atenção. (Pri2)

E, assim, tentar, independente de órgão, tentar ajudar mesmo. Com palavras, demonstrar que não é só aquilo que ela vive, que tem alguém que possa dar amor, dar carinho, que tenha respeito. (Pub3)

As docentes que atuam na escola pública ainda citam que é papel do professor, em casos de suspeita de violência, procurar saber com a família e os vizinhos o que está acontecendo. Além disso, o educador deve ter coragem para denunciar e não ser cúmplice de situações de violência contra a criança:

Ter coragem de falar, mesmo sabendo que o agressor possa não entender, mas aí não somos cúmplices. Nós professores não, não sermos cúmplices de negligência, de violência psicológica. (Pub1)

E se a gente vê que é uma coisa muito assim, né? Uma mudança muito drástica, né? A gente procurar saber, junto com a família, junto com os vizinhos, o que é que tá acontecendo. (Pub4)

Outra educadora da rede pública ressalta que é importante construir um contexto de cuidado junto à família:

Construir com a família esse, todo, esse contexto de cuidado junto com ela. (Pub4)

A conversa com a família, assim como encontrado por Padilha e Soares (2014), é o passo inicial para o enfrentamento da violência para as profissionais de ambas as escolas que participaram deste estudo.

Porém, enquanto as educadoras da rede pública referem à denúncia como passo seguinte à conversa com a criança e a família, apenas uma professora da escola privada relata a denúncia enquanto papel do professor no enfrentamento da violência. Nenhuma participante que atua na rede privada de ensino refere a denúncia como papel da escola delegando a ela o encaminhamento para o serviço de psicologia apenas. As educadoras da rede privada ainda discorrem que a conversa não pode ser feita abertamente com os pais e a necessidade de se estudar o caso antes de procurar ações de enfrentamento da violência.

Pesquisa realizada em escolas públicas e privadas na cidade de São Paulo identificou que as professoras da rede privada encaminham mais seus alunos ao psicólogo e a denúncias aos órgãos competentes é bem menos frequente nesse meio. Para os autores deste estudo, o encaminhamento ao psicólogo pelos professores da rede pública é mais restrito, pois as famílias cujos filhos estudam nestas escolas dependem dos serviços públicos e o tempo de espera pode levar meses e por isso este discurso se faz mais presente nas escolas privadas (VAGOSTELLO *et al*, 2006).

O fato de a pesquisa ser realizada com educadoras de três escolas privadas diferentes e nenhuma delas relatar a denúncia ou encaminhamento aos órgãos de proteção como papel da escola no enfrentamento pode indicar uma subnotificação dos casos de violência nas escolas privadas onde o assunto é tratado no ambiente privado do consultório do psicólogo e muitas vezes as medidas de proteção à criança podem não ser adequadamente realizadas.

Além disso, ao se convocar a família para abordar sobre casos de violência contra a criança sem a notificação dos órgãos de proteção da criança, a escola pode trazer mais prejuízos à criança à medida que não permite que os órgãos cumpram seu papel, concede credibilidade ao agressor, o que pode fortalecê-lo e fragilizar a criança. Esta ação da escola pode expor a criança a mais riscos na medida em que o agressor pode fazer uso de medidas coercitivas menos visíveis para silenciar a vítima (VAGOSTELLO *et al*, 2006).

Enquanto seu papel no enfrentamento da violência, as professoras do ensino infantil da rede privada referiram principalmente o encaminhamento para a coordenação da escola ou serviço de psicologia da mesma. Este tipo de conduta parece fazer parte do que Vagostello *et al* (2006) chamou de “cultura da escola”, cujo representante maior são os diretores da escola. Este autor também alerta ao fato de que nas classes sociais mais favorecidas, o pagamento pela prestação dos serviços realizado também remunera, mesmo que de forma implícita o sigilo do profissional que passa a ter acesso à família. Por este motivo, seria maior a subnotificação de violência nas classes média e alta.

Há um reconhecimento por parte das entrevistadas que os educadores devem estar atentos para identificar alterações nas crianças sugestivas de que as mesmas estejam sofrendo algum tipo de abuso, principalmente nas falas das professoras da rede privada; além da necessidade de se formar parcerias com a família e comunidade, mais notadamente no discurso das professoras da rede pública. Esses achados corroboram vários estudos que apontam que os educadores apresentam um importante papel na identificação precoce e prevenção das consequências da violência, ao atentarem para possíveis mudanças de comportamento ou outras atitudes com as crianças que os professores mantêm contato diário (FIGUEIREDO, 2011; GARBIN, 2010; BRINO; WILLIAMS, 2008; SANTOS; FERRIANI, 2007). Além da importância de criação de ações articuladas com outros setores (BRASIL, 2010b).

Entretanto, apesar de ser função da escola a identificação de crianças e jovens em situações de risco e promoção de ações para o acolhimento do aluno vitimizado e seu encaminhamento para redes de proteção à criança e ao adolescente, ainda prevalece um cenário de não reconhecimento das escolas do seu papel no enfrentamento da violência contra os seus alunos (RISTUM, 2014)

As professoras também foram solicitadas a exporem sobre quais são as **ações deveriam ser realizadas pela escola e pelos educadores para a prevenção da violência contra a criança** (Figuras 13 e 14).

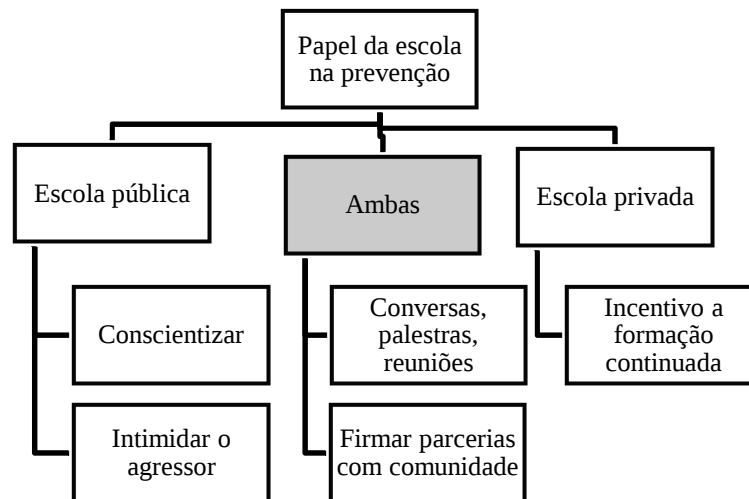


Figura 13: Papel da escola na prevenção da violência contra a criança para educadores de ensino infantil de escola pública e privada

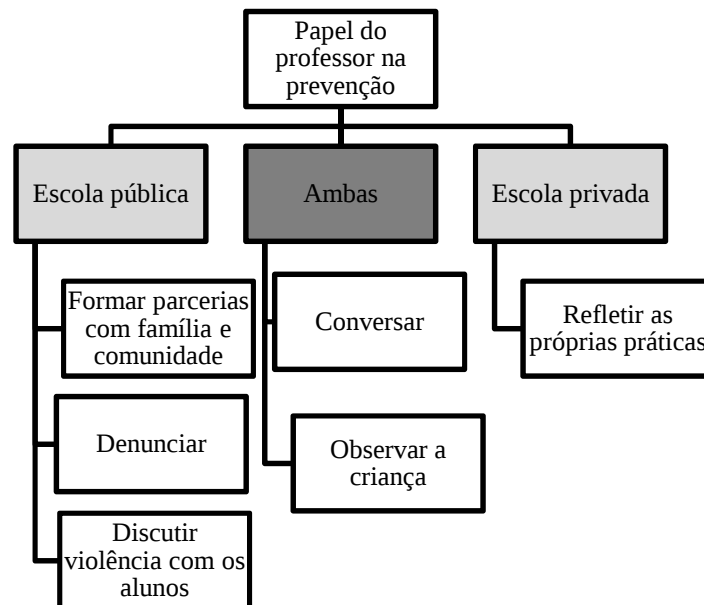


Figura 14: Papel do professor na prevenção da violência contra a criança para educadores de ensino infantil de escola pública e privada

Em relação a este aspecto, as entrevistadas referem que a escola e professores deveriam fornecer orientações aos pais e alunos por meio de conversas, palestras e reuniões. Uma educadora da rede privada menciona ainda que a escola deve se utilizar de atividades lúdicas com a família, com enfoque em atividades prazerosas e culturais:

Conversando sempre com os pais, porque a gente conversando com os pais, os pais tem um compromisso maior, entendeu? Sempre sobressaindo os pontos positivos da criança. Evitar falar pontos negativos, eu evito muito, entendeu? (Pub6)

Qual o papel do educador?... Ai, sempre tá conversando, sempre tá no alerta, ajudando... Explicando, olhando outras formas, né? Outros, outros meios: “Poxa, não age assim, é melhor, a gente pode agir assim, a gente ganha bem mais” (Pri4)

Como prevenir? Eu acho que a escola tem esse papel também, de conscientização. Chamar pra conversa, de proporcionar palestras, reuniões. Acho que por aí também até para fazê-los refletir, sobre as práticas. (Pri5)

Tá sempre muito unido com a família e escola. Mostram os prazeres... E... A cultura, passeios. (Pri4)

A necessidade de firmar parcerias entre escola e família ou entre escola e comunidade também é citada pelas participantes:

Então, nossa escola, se ela fosse mais aberta a isso, ajudaria também a ter essa consciência, esse diálogo, é... Escola - comunidade. (Pub5)

É um trabalho em conjunto família e escola. Eu acredito nesse trabalho e nessa parceria. (Pri6)

As educadoras também relatam que para prevenir a violência os professores precisam estar atentos aos seus alunos, conhecendo-os e tratando-os com carinho e respeito:

É estar atento a tudo que acontece na sua sala e tudo que seu aluno traz. [...] E já você conhecendo cada um, sempre você nota que um veio diferente, um tá com algum problema e você tem que tá atento em tudo que acontece ao seu redor. (Pri6)

Em questão de violência na escola é só agir com as crianças com carinho, com respeito, com amor. (Pri3)

A prevenção é a gente ser afetivo né? (Pub6)

As educadoras da rede pública apontam que a escola tem o papel de conscientização e deve servir de exemplo no uso de medidas não violentas na resolução de conflitos. Além disso, o professor deve ensinar uma forma de tratamento voltada para o cuidado e a atenção com a criança e, sobretudo, vivenciar este cuidado para prevenir a violência. Já uma participante da rede privada aponta como ação preventiva refletir sobre suas práticas e a qualidade da atuação profissional por parte do educador:

Eu acho que... Conscientizando, né? Então, nossa escola, se ela fosse mais aberta a isso, ajudaria também a ter essa consciência. (Pub5)

Eu acho que é ensinar a linguagem do cuidado e da atenção. Ensinar só não, vivenciar também. (Pub1)

É conscientização realmente, dos pais e autoconscientização: “Eu estou fazendo um bom trabalho?” (Pri5)

Em relação à prevenção da violência intrafamiliar contra os alunos do ensino infantil, intimidar a família agressora para prevenir outros atos violentos também seria papel da escola de acordo com uma docente da escola pública.

E dizer todos os caminhos, o bê-á-bá todinho pra que ela se intimide. A família, a que esteja fazendo isso se intimide. (Pub7)

Esta participante acrescenta que a prevenção da violência contra os alunos do ensino infantil se dá pela denúncia:

Eu acho que a sociedade deve ficar alerta, muito alerta pra ao seu redor, pra ver onde é que tá acontecendo isso e denunciar. Pra mim tudo é pela denúncia. (Pub7)

Para prevenir a ocorrência de atos violentos dentro da escola, uma entrevistada da rede pública relata que qualquer profissional que não esteja tratando bem as crianças deve ser afastado. Já uma professora da escola privada aponta a importância da formação continuada dos professores para prevenção de práticas violentas por esses profissionais:

Bem, na escola, o que tá ao nosso alcance, é... Se perceber que tem algum adulto com algum problema né? Que não tá conseguindo... Ter essa interação saudável entre criança e adulto, esse adulto ele tem que ser afastado... Procurar um médico. (Pub4)

E também a formação continuada dos professores, porque não parte só da família... E acho que a formação continuada, ela proporciona ao professor uma reflexão, de sair daquele momento, daquele ambiente, repensando: “Poxa, será que a minha prática está sendo ética, está sendo coerente? Será que estou atuando realmente como deveria.”. (Pri5)

Trabalhar com alunos a temática da violência, mas de uma forma lúdica devido à sua faixa etária é apontado como uma atitude preventiva de violência pelos sujeitos da escola pública:

Aí a gente sempre contar histórias que envolvam violência pra gente, é... Tirar a violência do contexto e usar, entendeu? Pra o dia a dia. (Pub6)

Com a criança, a questão da violência, eu trato de forma, usando a brincadeira, usando a contação de estória, tá entendendo? E criando estratégias pra que, de forma lúdica, ela venha a entender o que deve ser feito e o que não pode ser feito. (Pub5)

A conversa prevalece como primeira ação na prevenção da violência tanto por parte dos educadores quanto da escola em si, assim como no enfrentamento. Além do diálogo com pais e famílias, as professoras apontam que para prevenir a violência contra a criança, a escola deve firmar parcerias com a comunidade e instituir medidas não violentas na escola, servindo de exemplo. Para o Ministério da Saúde (2010b) a prevenção de violências contra crianças e adolescentes é papel de todos, devendo abranger ações coletivas, envolvendo instituições de educação e ensino, associações, grupos formais e informais e lideranças comunitárias e juvenis, dentre outros, como parceiros fundamentais. A atuação mais eficaz é aquela que inclui, faz alianças e se torna presente na vida cotidiana das famílias e das comunidades.

Uma das professoras aponta como medidas de prevenção denunciar e intimidar os pais nos casos de suspeita de violência, estas ações podem se caracterizar como prevenção secundária, onde as ações são voltadas para grupos de risco identificados como potenciais agressores ou vítimas (SILVEIRA, 2010). Apesar da importância deste tipo de prevenção, a OMS ressalta que esforços maiores devem ser voltados para a prevenção primária que visa ações que impeçam o acontecimento de atos violentos (KRUG *et al*, 2002).

Assim como no enfrentamento, as educadoras reconhecem que estar atenta a mudanças na criança faz parte do seu papel na prevenção da violência. Outra medida de prevenção apontada pelas docentes foi trabalhar a temática da violência contra a criança com seus alunos. Brino e Williams (2008) destacam a atuação do educador enquanto agente na prevenção da violência contra a criança do ensino infantil, ao capacitarem crianças a se defenderem de situações de violência e a relatarem o abuso sofrido quando em condição verbal para isto. As autoras reforçam que crianças pré-escolares podem aprender habilidades de defesa social quando são utilizadas técnicas de aproximações comportamentais com as mesmas e os professores, quando devidamente capacitados, promovem a continuidade de estratégias de identificação e prevenção de situações de violência a cada ano e com novas crianças.

A necessidade da formação continuada identificada por uma das participantes também é reconhecida por diversos autores como de extrema importância no enfrentamento da violência. Capacitados para lidar com estas situações os educadores se sensibilizam quanto ao problema da violência, se sentem parte integrante do processo, detêm habilidades para a identificação de casos de violência e reconhecem a necessidade de integrar ações com outros

atores sociais (COCCO *et al*, 2014; RISTUM, 2014; SILVA *et al*, 2014; APOSTÓLICO; HINO; EGRY, 2013).

As participantes também foram questionadas quanto às **dificuldades no enfrentamento da violência** (Figura 15).

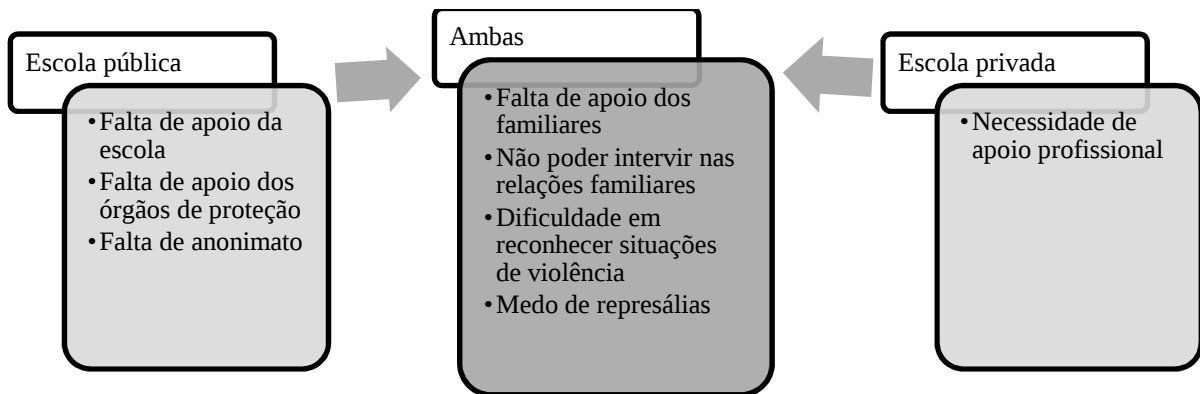


Figura 15: Dificuldades relatadas pelos educadores do ensino infantil no enfrentamento da violência contra criança

Grande parte das entrevistadas de ambas as escolas relata a falta de apoio dos familiares:

Porque você ensina uma coisa agora à criança e quando ela chega lá fora, aí a mãe desfaz todo o teu trabalho. A gente fala para ela: “não bata no seu coleguinha, ele é seu colega, é para você brincar, é para você conversar”. A mãe diz assim na sua frente, quando passa no portão: “olhe mamãe, fulano bateu em mim.” Ela diz: “se você amanhã voltar apanhando, eu quebro a sua cara”. (Pub2)

Ah... Muitas vezes o pai, a mãe não reconhece que são negligentes, entendeu? Achem normal, talvez porque foram criados assim, talvez pelo meio social em que eles vivem seja normal. (Pub5)

Ele acha que cria dessa forma e tá certo, né? Então é a vida deles, é os filhos deles, então eles vão criar do jeito que eles acham que está certo, não é? (Pri1)

Os pais sempre negam que esteja acontecendo algo, fora do comum, que não bateram ou que essa criança é demais, não tem limite, não obedece. (Pri5)

As docentes que atuam na escola pública também relatam a falta de apoio da escola e dos órgãos de proteção à criança como dificuldade:

A falta de apoio, né? Escola precisa de crianças, professores, coordenadores, estagiários e nós trabalhamos muitas vezes sozinhos, hum? Só... Muitas escolas só tem um diretor, não tem

coordenação. Então a gente precisa ter essas pessoas, os professores ao nosso lado pra a gente poder ter a condição, tendo coragem, né? (Pub1)

Primeira é a negligencia dos órgãos responsáveis e competentes. Que quando a gente vê que tem, tem o conselho tutelar, mas ninguém pode ajudar. Disponível é só, na maioria das vezes é só fachada mesmo. (Pub3)

A falta de apoio foi a dificuldade mais relatada pelos entrevistados. Os professores encontram resistência em discutir violência com os pais, pois os mesmos muitas vezes não reconhecem suas ações como atos violentos e sim como forma de disciplinar seu filhos, opinião muitas vezes compartilhada por outros atores sociais como os próprios educadores e profissionais que lidam com a criança (COCCO *et al*, 2014; RISTUM, 2014; GARCIA; OLINGER; ARAÚJO, 2013; APOSTÓLICO *et al*, 2012).

As educadoras também relatam que não recebem apoio das escolas ou dos órgãos competentes. Estudo realizado por Siqueira, Alves e Leão (2012) com educadores de Santa Maria (RS) identificou que os mesmos acreditam que a escola não consegue manejar adequadamente situações de violência nem desenvolver sua função de ensino-aprendizagem ao tentar conciliar essas duas funções. Já Figueiredo (2011) relata que os profissionais apresentam descrédito nas ações dos órgãos de defesa da criança por observar seguimento inadequado dos casos pelos órgãos competentes.

Não poder intervir em situações de violência na família é outra dificuldade apontada pelas educadoras:

Tem casos de criança que a gente sabe que o berço ficou todo sujo de cocô e a gente não pode fazer nada, não vai entrar na casa dos outros, né? Que é invasão. (Pub1)

E na família a gente não tem alcance né? De mudar uma estrutura familiar, só de conversar. (Pub4)

É porque, como se diz, cada macaco no seu galho ou cada quadrado, né? [...] É difícil você... Entrar realmente pra tomar uma certa solução nesse caso. (Pri1)

Esta dificuldade relatada decorre do fato da violência ocorrer no âmbito doméstico. Assim, por ter incidência no ambiente privado das relações familiares e por estar relacionada a concepções que ainda se mantêm acerca da autoridade parental e da educação de crianças, mesmo quando identificada, a violência intrafamiliar pode não ser denunciada por se julgar que a decisão sobre a educação dos filhos é uma prerrogativa dos pais e na qual não se tem o direito de interferir (RISTUM, 2014; CHOO *et al*, 2013; FENG; HUANG; WANG, 2010).

A dificuldade em reconhecer situações de violência é citada por professoras de ambas as escolas:

Pra fazer assim, denúncia de violência psicológica, eu acho assim, difícil de se provar. Pra escola, aí fica difícil, de você realmente saber que está havendo, apesar que você tem indícios. (Pub4)

Mas assim, agressão em si é muito difícil de a gente... Saber exatamente, né? Porque é algo escondido, né? Muito difícil. (Pri1)

Enquanto isso, uma entrevistada da rede privada relata como dificuldade a necessidade de um apoio profissional:

As dificuldades?... Saber como lidar com isso. Porque a gente tem aqueles... O prévio conhecimento né? Mas, às vezes a coisa é mais profunda e a gente necessita daquele profissional mesmo pra caminhar junto com a gente para ajudar essas crianças. (Pri6)

A dificuldade em reconhecer situações de violência e a necessidade de uma formação sobre o assunto pelos professores destaca a necessidade de orientar esses profissionais em relação à identificação, enfrentamento e prevenção da violência. Esses achados são corroborados por diversos autores (COCO *et al*, 2014; RISTUM, 2014; CHOO *et al.*, 2013; APOSTÓLICO *et al*, 2012; SIQUEIRA; ALVES; LEÃO, 2012; FIGUEIREDO, 2011; FENG; HUANG; WANG, 2010; GARBIN, 2010). Devido esta dificuldade foi sancionada a lei 13.046 de 1º de dezembro de 2014 que altera o ECA e estabelece que entidades públicas ou privadas que ofereçam serviços para crianças e adolescentes devem dispor de profissionais capacitados para identificar e comunicar ao Conselho Tutelar situações de maus-tratos contra os mesmos (BRASIL, 2014)

O medo de represálias por parte dos agressores também é apontado como dificuldade:

Não diz nada, não dá orientação porque também não quer ser agredido por aquela pessoa que... Que deixou de... De dar à atenção que a criança precisava na hora. (Pub1)

Então é complicado, às vezes a pessoa se envolver também não é muito bom porque tem as ameaças. [...]Aí fica difícil até de encostar, dá até medo. Hoje em dia, você tem até medo de tá fazendo muitas coisas. (Pri4)

Um dos sujeitos da rede pública menciona que o anonimato da denúncia não é preservado.

Tá na mídia que se você... “Ligue assim pra tal órgão, não precisa você se identificar”. Ai você, você liga para o órgão e ele manda você denunciar anonimamente e você sabe que esse anonimamente não existe. (Pub2)

O medo de represálias por parte do agressor também está presente no discurso das entrevistadas. Este decorre pela falta de segurança do profissional em realizar a denúncia por achar que não há anonimato na mesma e que isso a torna susceptível a também se tornar uma vítima. Este achado está em consonância com alguns autores (COCO *et al*, 2014; RISTUM, 2014; ARAGÃO *et al*, 2013; CHOO *et al.*, 2013; GAWRYSZEWSKI *et al*, 2012; FIGUEIREDO, 2011). Pesquisa realizada com professores do jardim de infância de Taiwan identificou que os mesmos apresentam dificuldade em reportar situações de maus tratos devido ao risco de dano a si mesmo e ao seu relacionamento com a criança, parentes ou colegas de trabalho (FENG; HUANG; WANG, 2010).

As entrevistadas também foram questionadas em relação às **possíveis diferenças na percepção da violência no contexto da escola pública e privada** (Figura 16):

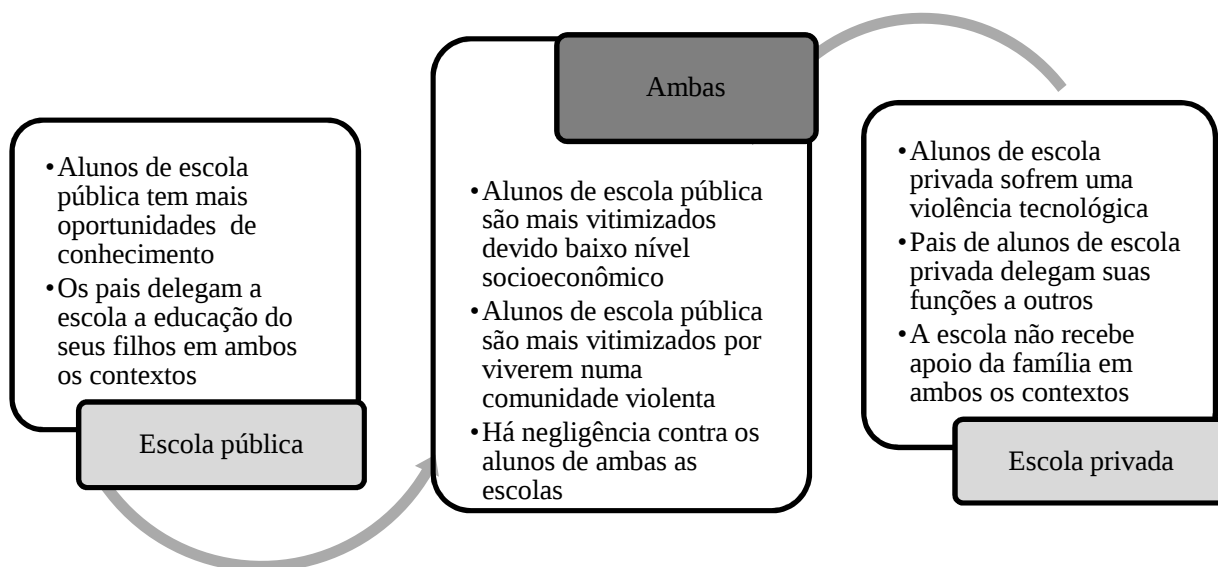


Figura 16: Diferenças na percepção da violência no contexto das escolas públicas e privadas para educadoras de ensino infantil

Algumas professoras citam que não há diferença ou esta é muito pequena:

Não há diferença. Existe bullying nas duas escolas, existem professores negligentes e agressores nas duas escolas, existem pais agressores nas duas escolas e existe muita gente boa nos dois tipos de escolas. (Pub1)

Mas eu acho, o índice, é... Iguais, nas duas. Eu acho. [...] A pública seja um pouco maior, mas não vejo assim não, número tão gritante não. (Pri7)

Entretanto, algumas entrevistadas relatam que há grande diferença. Algumas participantes referem que os alunos de escola pública são mais vitimizados em decorrência de um nível social mais baixo:

A pública, ela é mais violenta né? Assim, risco de violência, você vê até em questão de aluno com aluno, né? Claro que a violência é bem maior, o índice de violência na escola pública é terrível. Professores assim, com descaso, a gente vê aqueles casos de aluno agredir professor, né? E professor também agredir aluno. (Pri3)

As realidades são bem diferentes. Porém a violência ocorre em ambas né? Mas a herança cultural é bem diferente. (Pri5)

Talvez seja mais comum a gente encontrar a violência na escola pública pela questão social dessa criança, entendeu? Eu vou fazer uma comparação: a criança que estuda aqui, o nível dela não é a mesma que estuda na escola Arco-íris, onde estuda José, o filho do governador, entendeu? Então, quem estuda lá são os filhos dos professores da Federal e aqui são as faxineiras, são as merendeiras, são as serviços gerais. (Pub5)

Os alunos de escolas públicas também sofreriam mais com a violência por viverem em um contexto de violência, vivenciando situações violentas na comunidade, além de aprenderem coisas inapropriadas para sua idade:

Não quer dizer que a família seja pobre vai ser violenta, não é isso, mas o meio, a comunidade, entendeu? Eu tenho alunos que, que vivem num ambiente tão violento que ele viu o pai ser assassinado na frente dele [...] Então, é um meio muito violento, é um meio que circula muita droga. (Pub5)

Então, o meio em que a criança da rede privada vive, é um; o meio que a criança da escola pública é outro, entendeu? É de muita, é... De muito palavrão, de muita música de, baixo calão, entendeu? Então, muito favoritismo pra parte da sexualidade, ele veem coisas que não estão na idade de ver. (Pub6)

Na escola pública né? Que é a que eu trabalho. Talvez as crianças, elas sejam mais negligenciadas por conta assim dos pais já terem também um contexto de negligência com eles, né? (Pub4)

Que eu já estagiei em escola pública e eu: “Como foi seu dia hoje? Como foi que, o final de semana?” “Tia, o, o vizinho lá tia, mora lá na minha casa. Tia, ele puxou a faca, furou o pai de fulano, não sei o que.” É, as conversas é essa. Retratam assim, como foi o dia, o final de semana, parece que eu tô vendo aquele som alto e as músicas. Eles vem dançando essas músicas né? Aqui dentro de sala de aula e se agacham até o chão, né? É... Eles dizem que... “Eu peguei a novinha”, meninos de quatro anos falar assim: “Eu peguei, eu peguei fulana, sicrana. (Pri4)

O nível de escolaridade dos pais também influencia a ocorrência da violência nas escolas públicas e privadas. Neste sentido, enquanto uma professora da escola pública relata que a escolaridade geralmente mais alta dos pais de alunos que estudam na escola privada, faz com que esses pais preparem melhor seus filhos; uma entrevistada da rede privada cita que a escolaridade geralmente mais baixa dos pais de alunos que estudam na escola pública pode fazer com que esses pais não deem atenção aos seus filhos:

A formação abre muitos caminhos, filosóficos, pra gente pensar antes de fazer. [...] Coisa que na escola particular quando o pai paga 700, 1000 reais hoje por uma, uma mensalidade que é a média que a gente tem hoje, né? Na cidade, então você vê que é um pai que não recebe pouco, por quê? Porque ele é formado em alguma coisa ou a mãe é formada ou tem alguma formação, familiar, entendeu? Que leve ele a preparar melhor o filho, entendeu? (Pub6)

A diferença é que na escola pública, os pais... A maioria das vezes, não são pessoas instruídas, que não dá aquela atenção, são... Pessoas sem escolaridade, aí agem de tal forma. (Pri2)

Uma participante que atua na rede pública de ensino menciona que os alunos que estudam na escola privada tem mais oportunidades que os alunos da escola pública. Em contrapartida, uma educadora da rede privada menciona que os pais de alunos que estudam na escola privada costumam distrair seus filhos com tablets e jogos ao invés de dar atenção à criança, algo que ela denominou de violência tecnológica:

Eu acho que a criança da escola particular, ela tem muito mais oportunidades. (Pub5)

Aquela liberdade da televisão, do vídeo, da internet, do tablet, dos jogos, isso aí: “Deixa ele, ele tá quietinho. Então deixa ele lá pra eu fazer meu trabalho, pra eu fazer minhas coisas.” [...] É uma violência, vestida, né? Uma violência tecnológica. (Pri1)

As professoras referem que tanto os pais de alunos que estudam na escola pública quanto na privada negligenciam seus filhos. Entretanto, para uma docente da rede pública, enquanto os pais de alunos de escola privada delegam aos outros o cuidado da criança por priorizarem a ascensão social, os de escola pública podem negligenciar seus filhos mesmo estando na função de cuidar deles:

Deixar de ter a criança em primeiro lugar para colocar os seus interesses. O trabalho dos pais que tem muito fora né? A ascensão na vida profissional e na vida também, é... Educacional. Então os pais talvez tenham outras metas e que aquele filho vai deixando, muito tempo só, não é? Na mão de outras pessoas. Talvez seja assim, muito assim, ligado pra isso e

na escola pública a gente não vê essa, tanto não é? Porém, a gente também percebe né? E mesmo as mães às vezes estando com seus filhos em casa, eles são negligenciados. (Pub4)

Já as educadoras da escola privada relatam que os pais de alunos que estudam na escola privada delegam o cuidado de seu filho a outras pessoas, como babás e empregada doméstica:

Mas já, em contrapartida, nesses pais que tem melhores condições financeiras, que trabalham também mais, o dia todo e que precisam deixar os filhos com babá ou com outros profissionais, acabam se anulando também. A babá já passou o dia com você, a babá já corrigiu o que tinha que ser corrigido, então acabam delegando funções que não fazem parte, né? (Pri5)

As professoras da rede privada citam que tanto as escolas públicas quanto privadas podem não dispor do apoio dos pais:

Em alguns estágios da vida que eu já fiz, eu vi que tem muitas, algumas mães não... Não andam em conjunto, escola e professor. (Pri6)

Isso aí são, assim, o exercício assim, porque nem toda vez a escola particular, a gente conta com, com... Assim, o apoio de alguns pais né? (Pri7)

Para uma educadora da rede pública os pais de alunos que estudam em ambas as escolas delegam à escola a função de educar a criança:

Há pais negligentes “porque se eu tô pagando, quem tem que ensinar é a escola”, há pais negligentes na escola pública: “ah, a professora é paga pra ensinar” e muitas vezes a gente tem que até dar os rudimentos da educação doméstica das crianças. (Pub1)

No que se refere às percepções do professor enquanto agressor, de acordo com as entrevistadas da rede pública, há professores violentos em ambas as escolas:

Infelizmente, existem professores na escola pública, que por estarem na escola pública, acham que não devem cumprir com seu papel de educador, né? Na escola privada não, ele é cobrado. E na escola pública, vai muito da questão do caráter, se você tem compromisso com aquilo que você faz. (Pub5)

Mas existe violência em escola particular devido às denúncias que eu recebo. De, de professor que não respeita, que faz violência... Que é a discriminação de raça, de cor. (Pub7)

Uma professora da rede pública menciona que a única diferença que existe na escola pública e privada é a estrutura física. Outra relata desconhecer qual a diferença da violência que pode ocorrer na escola pública ou privada por não ter experiência com a realidade da escola particular:

A única diferença que eu percebo nas duas escolas é só o estado físico mesmo da escola, mas aí assim, pelo menos eu procuro ser a mesma, a atenção é a mesma. (Pub3)

Eu não sei assim te dizer, eu nunca trabalhei na rede privada não. A minha experiência é de 24 anos de educação infantil, né? (Pub2)

As entrevistadas reconhecem que há violência nas duas escolas, entretanto, para a maioria das professoras, principalmente as da escola privada, os alunos da escola pública seriam mais vitimados. A explicação para essa percepção, de acordo com as participantes, se deveria à baixa escolaridade e condições socioeconômicas dos pais desses alunos, além do contexto social em que eles estão inseridos.

Em seus discursos, nota-se que as docentes consideram que alunos de escola pública possuem baixa renda e moram em comunidades mais carentes, o que se percebe é que as mesmas associam a violência à falta de condições financeiras. Há uma generalização da ideia de que escola pública existe em um contexto de carência enquanto a escola privada apresenta a melhor estrutura. Há que se considerar, no entanto, que enquanto há escolas da rede pública que servem como escolas modelos, em que há muitos alunos de melhor condição financeira matriculados nas mesmas; há escolas privadas de baixa qualidade que funcionam de forma precária. Desta forma o que se vê é uma visão preconceituosa em relação à realidade dessas escolas.

Outro aspecto que também deve ser considerado é que esse discurso foi mais preponderante na fala das professoras de escola privada, que não lidam no seu cotidiano com os alunos que elas referem ser mais vitimizados. Há então, uma negação ou omissão da existência da violência na rede privada de ensino por essas educadoras, o que pode gerar uma maior subnotificação de casos nessas escolas e prejuízos para as crianças.

Coco *et al* (2014) ao entrevistar educadoras acerca da violência doméstica identificou que elas negavam a existência de violência na escola que ensinavam devido ao fato da população atendida neste local possuir um melhor nível socioeconômico e reforçou a necessidade de se identificar famílias de risco, independente da situação financeira já que este dado não é determinante para a presença de violência nas famílias.

Em contrapartida, as professoras de ambas as escolas referem que os alunos de escola privada são negligenciados pelos pais. Nesses casos, apesar dos pais proverem às necessidades dos seus filhos, como saúde, alimentação e educação, a busca pela ascensão profissional faz com que eles priorizem o trabalho em detrimento da criança e deleguem o cuidado com a criança a outras pessoas e até mesmo à escola. A criança então seria vítima de uma negligência emocional, quando as necessidades de atenção e afeto importantes para um desenvolvimento saudável são negadas. Para Russo *et al* (2012) esse tipo de violência está relacionado aos traços culturais de uma sociedade adultocêntrica na qual crianças são historicamente relegados a segundo plano, sendo agravado pelo fato de muitas ações não serem consideradas negligência, devido à forma como se percebe o papel da família no trato com as crianças, bem como a concepção existente sobre infância nesse espaço. Os autores ainda denominam esse tipo de violência como negligência afetiva ou emocional e relatam que nas classes médias e alta a ausência dos pais em relação ao diálogo, afeto e atenção aos filhos é mais frequente com consequências no comportamento das crianças (RUSSO *et al*, 2012).



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu identificar quais são os diversos significados que as professoras do ensino infantil atribuem a violência psicológica e negligência contra crianças. De maneira geral, as professoras de ensino infantil que trabalham nas escolas públicas aprofundaram mais a discussão a respeito da violência psicológica e negligência. Porém, para as educadoras dos diferentes contextos, a violência psicológica aparece com mais clareza nos discursos, em detrimento da negligência, por causar medo ou humilhação às crianças com várias consequências emocionais.

Apesar das docentes reconhecerem a existência da negligência, assim como seus sinais, causas e consequências quando questionadas a respeito, as mesmas tiveram dificuldade de identificar a negligência enquanto uma forma de violência quando perguntadas em relação à tipologia. Essa negação da negligência enquanto violência associada a uma maior dificuldade de falar sobre a mesma leva a reflexão de que a negligência pode não ter sido reconhecida como uma forma de violência pelas professoras pelo fato de ocorrer mais frequentemente no ambiente doméstico ou por estar naturalizada no trato dos responsáveis com a criança.

Também merece destaque que para as educadoras a negligência se apresenta de diferentes formas a depender do contexto socioeconômico. As crianças que estudam na escola pública sofreriam de uma negligência física, manifestada pela sujeira, roupas e alimentação inadequadas o que aponta uma visão preconceituosa das educadoras em relação a pessoas de menor nível sócio econômico. Enquanto isso, os alunos de escolas privadas sofreriam uma negligência emocional, quando os pais deixam de ofertar à criança carinho e atenção. Deve-se considerar que existem diferentes tipos de escolas públicas e privadas e que não se deve generalizar as características que as educadoras associaram a cada tipo de escola em todos os contextos.

Quando questionadas em relação aos agressores de negligência e violência psicológica, as professoras reconhecem o educador como um potencial agressor. Contudo, no decorrer dos discursos, pouco se fala sobre o professor enquanto agressor, voltando-se a responsabilização para os pais e familiares nas situações de violência contra as crianças menores. Esta postura chama a atenção para a possibilidade de ocorrência de práticas violentas na escola por uma falta de reflexão acerca de atitudes que podem violar os direitos da criança dentro do ambiente educacional.

Em relação ao enfrentamento da violência, verificou-se que a violência está presente nos dois cenários e que há muitas semelhanças na caracterização da violência psicológica e negligência nos diferentes contextos. Porém, a escola pública, ao relatar o encaminhamento aos órgãos de proteção, enfrenta mais a violência e trabalha em rede enquanto que a escola privada, ao quase não mencionar a denúncia, se responsabiliza menos e possui menor articulação com outros setores aumentando a vulnerabilidade das crianças que frequentam este tipo de estabelecimento de ensino. Esta maior resistência em relação à denúncia nas escolas privadas pode estar relacionada a um pensamento de mercado, onde os profissionais ficam acuada e silenciados na medida em que os pais estão pagando pelo serviço prestado pela escola.

Muitas foram as dificuldades apontadas pelas educadoras e chama atenção o fato de algumas profissionais relatarem que não podem atuar em casos de violência que ocorrem no ambiente doméstico. Este pensamento reforça a ideia de que a violência é permitida no âmbito das relações familiares, por ser um contexto privado. Associado a isso, a resistência de algumas entrevistadas em dizer que seus relatos são afirmações, reiterando após cada resposta que se trata de suposições e ainda o fato de muitas entrevistadas referirem que desconhecem casos de violência na escola, chama a atenção para um possível quadro de subnotificações presente nestas.

No presente estudo nenhum educador tinha formação a respeito da temática da violência, apesar da escola ser um ambiente crucial na identificação da violência contra a criança. Reforça-se a necessidade de que escolas públicas e privadas trabalhem a temática da violência com os professores e que os mesmos adquiram uma formação atitudinal para que sintam seguros para identificar e encaminhar adequadamente os casos de violência contra as crianças, especialmente as de ensino infantil.

Apesar das crianças de ensino infantil apresentarem maior vulnerabilidade devido sua idade, ao confrontar os relatos das entrevistadas com a literatura, observou-se pouca diferença com os trabalhos que abordam a violência contra as crianças maiores. Destaca-se a necessidade de que os educadores entendam as especificidades das crianças menores e sua maior dependência já que a residência e a escola são os locais de maior convivência das mesmas.

Os dados obtidos neste estudo fornecem subsídios importantes para o desenvolvimento de ações de cunho intersetorial para a prevenção e enfrentamento da violência que acomete as crianças. Neste contexto, a educação em saúde pode ser uma ferramenta, com desenvolvimento de ações baseadas em metodologias participativas direcionadas para

diferentes públicos como pais, professores e alunos e nas experiências vivenciadas por estes atores. Desta forma, as ações da escola voltadas para a prevenção da violência podem ser potencializadas com a participação do profissional de saúde.

Aponta-se a importância de outras pesquisas que abordem estilos parentais para elucidar quais são as relações que os pais estão estabelecendo com seus filhos na atualidade e também de estudos que avaliem de forma sistematizada ações de enfrentamento da violência e atenção integral no cuidado da criança vitimizada.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, G. *et al.* Enfrentamento às Violências na Primeira Infância. Plano Nacional para a Primeira Infância. (no prelo). In: GARCIA, I.; OLINGER, M.; ARAÚJO, T. **Pelo fim dos castigos físicos e humilhantes**. Manual para sensibilização de pais, mães e cuidadores de crianças. Rio de Janeiro: Promundo, 2013.
- AGUIAR, G. A.; NASCIMENTO, M.; BARKER, G. **Breve panorama sobre a primeira infância no brasil**. Rio de Janeiro: Promundo, 2007a.
- _____. **Primeira infância no brasil: panorama atual**. Rio de Janeiro: Promundo, 2007b.
- _____. **Primeira infância - violência contra a criança**. Rio de Janeiro: Promundo, 2007c.
- ALBUQUERQUE, P. P.; WILLIAMS, L. C. A.; D’AFFONSECA, S. M. Efeitos Tardios do Bullying e Transtorno de Estresse Pós-Traumático: Uma Revisão Crítica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 91-98, 2013.
- ANDRADE, E. M. *et al.* A Visão dos Profissionais de Saúde em Relação à Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes: um estudo qualitativo. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 20, n. 1, p. 147-155, 2011.
- ANDRADE, E. V.; BEZERRA JR., B. Uma reflexão acerca da prevenção da violência a partir de um estudo sobre a agressividade humana. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 445-453, 2009.
- APOSTÓLICO, M. R.; HINO, P.; EGRY, E. Y. As possibilidades de enfrentamento da violência infantil na consulta de enfermagem sistematizada. **Revista Escola Enfermagem USP**, v. 47, n. 2, p. 320–327, 2013.
- APOSTÓLICO, M. R. *et al.* Características da violência contra a criança em uma capital brasileira. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 20, n. 2, 8 telas, 2012.
- ARAGÃO, A. S. *et al.* Abordagem dos casos de violência à criança pela enfermagem na atenção básica. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 21, Spec, 7 telas, 2013.
- ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q. É possível prevenir a violência? Refletindo sobre risco, proteção, prevenção e promoção da saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G. DE; CONSTANTINO, P. (Org.) **Impactos da Violência na Saúde**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. p. 79-104.
- BRANDÃO NETO, W *et al.* Educational intervention on violence with adolescents: possibility for nursing in school context. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, v. 18, n. 2, p. 195–201, 2014.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei 13.046 de 1º de dezembro de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado

para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2014.

_____. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2013. p. 120.

_____. Câmara dos Deputados. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 - LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 6º ed. Brasília: Edições Câmara. Série Legislação, 2011. p. 43.

_____. Câmara dos Deputados. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 7º ed. Brasília: Edições Câmara, 2010a. p. 226.

_____. Ministério da Saúde. **Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas famílias em Situação de Violências**: Orientação para Gestores e Profissionais de Saúde. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Série F. Comunicação e Educação em Saúde, 2010b. p. 104.

_____. Ministério da Saúde. **Violência faz mal à saúde**. 1º ed. Brasília: Ministério da Saúde. Série B. Textos Básicos de Saúde, 2004. p. 297.

_____. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 1.968, de 25 de outubro de 2001. Dispõe sobre a notificação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Único de Saúde. Brasília: **Diário Oficial da União**. n.206, Seção 1, 2001. p.86.

BRINO, R. D. F.; WILLIAMS, L. C. A. Capacitação de professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 11, n. 2, p. 190-198, 2008.

BRITO, A. M. M. *et al.* Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 143-149, 2005.

CAVALCANTI, F. G.; SCHENKER, M. Violência, família e sociedade. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G. DE; CONSTANTINO, P. (Org.) **Impactos da Violência na Saúde**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. p. 57-77.

CANELA, G. Meios de comunicação e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. In: ANDI. Instituto Alana. **Infância e consumo**: Estudos no campo da comunicação. Brasília: ANDI. Instituto Alana, 2009. p. 73-87.

CHOO, W. Y. *et al.* Are malaysian teachers ready to assume the duties of reporting child abuse and neglect? **Child Abuse Review**, v. 22, p. 93–107, 2013.

COCCO, M. *et al.* Violência contra crianças: dimensões apreendidas nas falas de professoras de educação infantil e a articulação com o setor saúde. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 1–7, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed, 2010.

DESLANDES, S. *et al.* Indicadores das ações municipais para a notificação e o registro de casos de violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 8, p. 1633-1645, 2011.

FALEIROS, J. M.; BAZON, M. R. Prevalência de maus-tratos em crianças de 1ª a 4ª série da cidade de Ribeirão Preto-SP. **Paidéia**, v. 18, n. 40, p. 341-354, 2008.

FALEIROS, J. M.; MATIAS, A. S. A.; BAZON, M. R. Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: a prevalência dos maus-tratos calculada com base em informações do setor educacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 2, p. 337-348, 2009.

FALEIROS, V. DE P.; FALEIROS, E. S. **Escola que Protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007 p. 99.

FENG, J., HUANG, T., WANG, C. Kindergarten teachers' experience with reporting child abuse in Taiwan. **Child Abuse & Neglect**, v. 34, n. 2, p. 124-128, 2010.

FERRAZ, R. de C. S. N.; RISTUM, M. A violência psicológica na relação entre professor e aluno com dificuldades de aprendizagem. **Psicologia da educação**, v. 34, p. 104-126, 2012.

FERREIRA, A. L. *et al.* Crianças e adolescentes em situação de violência. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G. DE; CONSTANTINO, P. (Org.) **Impactos da Violência na Saúde**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. p. 127 - 148.

FERREIRA, A. L.; SCHRAMM, F. R. Implicações éticas da violência doméstica contra a criança para profissionais de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 6, p. 659 - 665, 2000.

FIGUEIREDO, M. C. T. **Percepções de educadores sobre seu papel frente à violência doméstica contra a criança**. 2011. 103 p. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 405.

GARBIN, C. A. S. *et al.* Formação e atitude dos professores de educação infantil sobre violência familiar contra criança. **Educar em Revista**, v. 2, p. 207-216, 2010.

GARCIA, I.; OLINGER, M.; ARAÚJO, T. **Pelo fim dos castigos físicos e humilhantes**. Manual para sensibilização de pais, mães e cuidadores de crianças. Rio de Janeiro: Promundo, 2013.

GARCIA, S. C.; BRINO, R. D. F.; WILLIAMS, L. C. A. Risco e Resiliência em escolares: um estudo comparativo com múltiplos instrumentos. **Psicologia da educação**, v. 28, n. 1993, p. 23-50, 2009.

GAWRYSZEWSKI, V. P. *et al.* Maus-tratos contra a criança e o adolescente no Estado de São Paulo, 2009. **Revista Associação Médica Brasileira**, v. 58, n. 6, p. 659-665, 2012.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 198.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 30º ed. Petropolis: Editora Vozes, 2011. p 79-108.

GOMEZ, V. R. V.; BAZON, M. R. Association between child maltreatment indicators and developmental problems in early childhood education. **Journal of Human Growth and Development**, v. 24, n. 2, p. 214–220, 2014.

GONTIJO, D. T. *et al.* Violência e saúde: uma análise da produção científica publicada em periódicos nacionais entre 2003 e 2007. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 20, n. 3, p. 1017-1054, 2010.

GUIMARÃES, J. A. T. L.; VILLELA, W. V. Características da violência física e sexual contra crianças e adolescentes atendidos no IML de Maceió, Alagoas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 8, p. 1647-1653, 2011.

HENRIQUES, R.; FIALHO, L.; CHAMUSCA, A. (Org.) **Proteger para Educar: a escola articulada com as redes de proteção de crianças e adolescentes**. Brasília: Cadernos SECAD. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

HORNOR, G. Child neglect: assessment and intervention. **Journal of Pediatric Health Care**, v. 28, n. 2, p. 186-192, 2014.

KAPPEL, V. B. **O significado da violência escolar na perspectiva de diferentes atores de uma comunidade escolar no município de Uberaba-MG**. 2012. 134 p. Dissertação (Mestrado em Atenção à Saúde) Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Uberaba, 2012.

KING, C. B.; SCOTT, K. L. Why are suspected cases of child maltreatment referred by educators so often unsubstantiated? **Child Abuse & Neglect**, v. 38, n. 1, p. 1-10, 2014.

KRUG, E. G. *et al.* **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LIMA, J. D. S.; DESLANDES, S. F. A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros. **Interface - Comunicação, saúde, educação**, v. 15, n. 38, 2011.

LISE, F.; MOTTA, M. D. G. C. Violência doméstica infantil: abordagem da enfermagem. **Acta Scientiarum. Health Science**, v. 34, n. 1, p. 53-58, 2012.

LOBATO, V. S.; PLACO, V. M. N. S. Concepções de professores sobre questões relacionadas à violência na escola. **Psicologia da educação**, v. 24, p. 73-90, 2007.

LOPES NETO, A. A. Bullying comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005.

LUNA, G. L. M.; FERREIRA, R. C.; VIEIRA, L. J. E. DE S. Notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes por profissionais da Equipe Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 2, p. 481-491, 2010.

MACHADO, T. B.; BOTTOLI, C. Como os professores percebem a violência intrafamiliar. **Barbarói**, n. 34, p. 38-59, 2011.

MAKHLOUF, F.; RAMBAUD, C. Child homicide and neglect in France: 1991-2008. **Child Abuse & Neglect**, v. 38, n. 1, p. 37-41, 2014.

MALTA, D. C. *et al.* Vivência de violência entre escolares brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 2, p. 3053-3063, 2010.

MARTINS, C. B. D. G. Maus tratos contra crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 4, p. 660-665, 2010.

MATOS, F. Z. Avaliação do conhecimento dos alunos de graduação em odontologia x cirurgia dentista no diagnóstico de maus-tratos a crianças. **Revista Odontologia Brasileira Central**, v. 22, n. 63, p. 153-157, 2013.

MELO, E. M. *et al.* A violência rompendo interações. As interações superando a violência. **Revista Brasileira Saúde Materno Infantil**, v. 7, n. 1, p. 89-98, 2007.

MELO, E. M. **Podemos Prevenir a violência**: Teorias e Práticas. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. p. 278.

MILOT, T. *et al.* Trauma-related symptoms in neglected preschoolers and affective quality of mother-child communication. **Child Maltreatment**, v. 15, n. 4, p. 293-304, 2015.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G. DE; CONSTANTINO, P. (Org.) **Impactos da Violência na Saúde**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009. p. 21-42.

MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2010. p 128.

MOURA, E. M. S. L; VASCONCELOS, P. A. C. A educação infantil e seu cotidiano. **Revista Diálogo Educacional**, v. 11, n. 32, p. 57-67, 2011.

NJAINE. K.; MINAYO, M. C. S. A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 201-211, 2004.

OLIVEIRA, E. C. S.; MARTINS, S. T. F. Violência , sociedade e escola : da recusa do diálogo à falência da palavra. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 90-98, 2007.

PEREIRA, M. I.; PEREIRA, F. G.; PEREIRA, M. N.; SOARES, R. E. Diagnóstico e prevenção do bullying no Instituto de Educação de Minas Gerais: um relato de experiência. In: MELO, E. M. **Podemos Prevenir a violência: Teorias e Práticas**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. p. 233 - 242.

PINHEIRO, F. M. F.; WILLIAMS, L. C. A. Violência intrafamiliar e intimidação entre colegas no ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 138, p. 995-1018, 2009.

PINHEIRO, P. S. **Relatório Mundial sobre violência contra a criança**. Organização das Nações Unidas, 2011. p. 387

PROMENINO. Fundação Telefônica. Violência psicológica cometida por familiares lidera ranking de violações a direitos infanto-juvenis. **Promenino**, 17 set. 2010 Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaseAdolescentes/tabid/77/ConteudoId/e92edf31-9bcf-43fe-a8ef8652af188971/Default.aspx>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

RAMOS, M. L. C. O.; SILVA, A. L. Estudo Sobre a Violência Doméstica Contra a Criança em Unidades Básicas de Saúde do Município de São Paulo – Brasil. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 20, n. 1, p. 136-146, 2011.

RISTUM, M. As marcas da violência doméstica e a identificação por professores do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 1, n. 1, p. 3–12, 2014.

ROCHA, P. C. X.; MORAES, C. L. Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF / Niterói (RJ , Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3285-3296, 2011.

RUSSO, G. Da omissão denunciada: negligência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no Creas/Mossoró-RN. **SER Social**, v. 16, n. 34, p. 65-90, 2012.

SALES, M. P.de; SOUSA, C. E. B. de. A manifestação da violência no espaço escolar. **Estação Científica (UNIFAP)**, v. 2, n. 2, p. 55–64, 2012.

SALIBA, O. *et al.* Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 3, p. 472-477, 2007.

SANTOS, L. E.; FERRIANI, M. G. C. A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, n. 5, p. 524-529, 2007.

SASS A. *et al.* Resultados perinatais nos extremos da vida reprodutiva e fatores associados ao baixo peso ao nascer. **Revista Gaúcha Enfermagem**, v. 32, n. 2, p. 352-358, 2011.

SCHOTTZ, E. de S.; SILVA, J. C. M. da. Histórico da agressividade e violência nas escolas públicas e particulares no Brasil. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 2, n. 2, p. 121–136, 2014.

SHAPERO, B. G. Stressful life events and depression symptoms: the effect of childhood emotional abuse on stress reactivity. **Journal of Clinical Psychology**, v. 70, n. 3, p. 209-223, 2014.

SILVA, V. F. A. *et al.* Violência doméstica contra crianças e adolescentes na rede pública de ensino. **Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 2, n. 1, p. 31–44, 2014.

SILVA, L. M. de C. **Concepções e práticas dos profissionais que atuam na educação infantil diante da violência doméstica contra crianças de zero a cinco anos**. 2011. 163 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

SILVA, L. M. P. da; FERRIANI, M. das G. C.; SILVA, M. A. I. Atuação da enfermagem frente à violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 5, p. 919-924, 2011.

SILVEIRA, A. M.; A prevenção comunitária da violência: uma proposta de trabalho In: MELO, E. M. **Podemos Prevenir a violência: Teorias e Práticas**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. p. 205 - 219.

SIQUEIRA, A. C.; ALVES, C. F.; LEÃO, F. E. A violação dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva de professores. **Psicologia: Teoria e prática**, v. 14, n. 1998, p. 62-71, 2012.

SOUZA, C. dos S. *et al.* Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes/ VIVA e a notificação da violência infanto-juvenil, no Sistema Único de Saúde/ SUS de Feira de Santana-Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 773–784, 2014.

STELKO-PEREIRA, A. C.; SANTINI, P. M.; WILLIAMS, L. C. A. Punição corporal aplicada por funcionários de duas escolas públicas brasileiras. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 4, p. 581-591, 2011.

STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 16, p. 45-55, 2010.

TONMYR, L.; OUIOMET, C.; UGNAT, A. A review of findings from the Canadian Incidence Study of Reported Child Abuse and Neglect (CIS). **Canadian Journal of Public Health**, v. 103, n. 2, p. 103-12, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 175.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Construção teórico-epistemológico, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012 crianças e adolescentes do Brasil**. 1º ed. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil/CEBELA, 2012. p. 84

WELCH, G. L.; BONNER, B. L. Fatal child neglect: Characteristics, causation, and strategies for prevention. **Child Abuse & Neglect**, v. 37, n. 10, p. 745-752, 2013.

WILLIAMS, L. C. A. *et al.* Efeitos a Longo Prazo de Vitimização na Escola. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 187-199, 2011.

WILLIAMS, L. C. A.; PEREIRA, A. C. S. A Associação entre Violência Doméstica e Violência Escolar : uma análise preliminar. **Educação: Teoria e Prática**, v. 18, n. 30, p. 25-35, 2008.



APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Caracterização dos sujeitos:

Entrevista nº ____ Data: __/__/__
 Instituição onde foi realizada a entrevista: () Pública () Privada
 Nome:
 Codinome:
 Idade: Sexo:
 Estado Civil: Nº de filhos:
 Formação:
 Nº de escolas onde trabalha:
 Instituição que ensina: () Pública () Privada () Ambos
 Tempo de atuação:
 Tempo de trabalho em educação infantil:
 Realizou algum curso e/ou treinamento sobre violência:

Questões norteadoras

1. O que é violência contra a criança?
2. O que é violência psicológica contra a criança?
 - Conceito
 - Locais onde ocorre
 - Agressores
 - Quais os sinais de violência psicológica que conhece
 - Conhece casos de violência psicológica na escola?
 - Quais os sinais de violência psicológica que mais percebe na escola?
 - Causas
 - Consequências
3. O que é negligência contra a criança?
 - Conceito
 - Locais onde ocorre
 - Agressores
 - Quais os sinais da negligência que conhece?
 - Conhece casos de negligência na escola?
 - Quais os sinais de negligência que mais percebe na escola?
 - Causas
 - Consequências
4. O que fazer ao se deparar com uma situação de violência psicológica ou negligência contra a criança?
 - Estratégias de enfrentamento já adotadas ou que poderiam ser adotadas.
 - Dificuldades encontradas no enfrentamento da violência.
 - Quais são os procedimentos realizados após a identificação de casos de violência psicológica ou negligência?

5. Como prevenir a violência psicológica e a negligência contra a criança?
 - O que pode ser feito para a prevenção deste tipo de violência?
 - Como a escola pode prevenir a violência psicológica e negligência contra a criança?
 - Qual o papel do educador na prevenção?

6. O que você pensa sobre a violência contra a criança que estuda em escolas públicas e privadas?
 - Acha que existe alguma diferença?
 - Quais seriam as diferenças e causas?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Para maiores de 18 anos ou emancipados – Resolução 466/12)

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa **Significados da violência psicológica e negligência contra a criança para educadores do ensino infantil de escolas públicas e privadas**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Joice Luiza Alves Cândido, endereçada na Rua Falcão de Lacerda, nº 90, Tejipió, Recife-PE, CEP: 50930-010, telefones para contato: (81)88524339/(81)99817081, e-mail: joice_candido@hotmail.com e está sob a orientação da professora Daniela Tavares Gontijo, telefones para contato: (81)97017096, e-mail: danielatgontijo@gmail.com.

Este Termo de Consentimento pode conter alguns tópicos que o/a senhor/a não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa a quem está lhe entrevistando, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar a fazer parte do estudo, rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa o(a) Sr.(a) não será penalizado(a) de forma alguma. O(a) Senhor(a) tem o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

A pesquisa tem o objetivo de compreender os significados da violência psicológica e da negligência contra a criança para os educadores do ensino infantil de escolas públicas e privadas, para isso, serão realizadas entrevistas individuais que serão gravadas para que não haja perda de nenhuma informação.

O risco desse estudo pode estar relacionado à sensação de constrangimento em responder alguma questão, o que garantimos que o Sr(a). poderá de deixar de responder qualquer questão se assim preferir, além disso a entrevista será realizada em um ambiente privado para que outras pessoas, além do senhor(a) e da pesquisadora não presenciem a entrevista. O Sr(a). poderá ser beneficiado, pois esta pesquisa pretende contribuir com a discussão acerca da prevenção e criação de estratégias para o enfrentamento da violência contra a criança por educadores.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. As gravações realizadas nesta pesquisa serão transcritas e posteriormente excluídas. As transcrições ficarão armazenadas em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora no endereço acima informado, pelo período de cinco anos.

Para participar dessa pesquisa a(a) senhor(a) não pagará nada e não receberá nenhuma quantia em dinheiro. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidos pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br.

Joice Luiza A. Cândido

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **Significados da violência psicológica e negligência contra a criança para educadores do ensino infantil de escolas públicas e privadas**, como voluntário(a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do voluntário em participar.

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:



ANEXOS

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos CEP - 003 - UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-	
--	--	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Significados da violência psicológica e negligência para educadores de ensino infantil de escolas pública e privada

Pesquisador: Joice Luiza Alves Cândido

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 24914713.8.0000.5208

Instituição Proponente: CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 521.935

Data da Relatoria: 05/02/2014

Apresentação do Projeto:

Projeto para fins de elaboração de dissertação-final de Joice Luiza Alves Cândido, do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, orientado pela Professora Daniela Tavares Gontijo. Currículos anexados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: Compreender os significados da violência psicológica e da negligência contra a criança para os educadores do ensino infantil de escolas pública e privada e como estes entendem seu papel frente a estas situações.

Objetivos específicos: 1)Compreender o conceito de violência psicológica contra a criança para os educadores do ensino infantil de escolas públicas e privadas; 2)Compreender o conceito de negligência contra a criança para os educadores do ensino infantil de escolas públicas e privadas; 3)Compreender as causas e consequências da violência psicológica e negligência contra a criança para educadores do ensino infantil de escolas públicas e privadas; 4)Conhecer as dificuldades relatadas pelos educadores diante dos casos de violência psicológica e negligência contra a criança; 5)Perceber como o educador reconhece seu papel no enfrentamento das situações de violência psicológica e negligência contra a criança.

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS		
Bairro: Cidade Universitária	CEP: 50.740-600	
UF: PE	Município: RECIFE	
Telefone: (81)2126-8588	Fax: (81)2126-8588	E-mail: cepccs@ufpe.br

Comitê de Ética
em Pesquisa
Envolvendo
Serres Humanos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-



Continuação do Parecer: 521.935

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: indicados como mínimos, a possibilidade de embaraço e constrangimento será minimizada assegurando-se a privacidade e sigilo, o direito de rejeitar ou retirar-se da pesquisa em qualquer momento que julgar necessário.

Benefício: considerado benefício direto aos sujeitos da pesquisa, por propiciar a discussão acerca da prevenção e criação de estratégias de enfrentamento da violência contra crianças por educadores. Como benefício indireto, tem-se que a comunidade se beneficiará na medida em que os profissionais de educação podem se tornar agentes de prevenção contra a violência contra a criança.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa, com referenciais teóricos, objetivos definidos e metodologia consistente. Parte da indagação sobre os significados da violência psicológica e da negligência contra a criança para os educadores do ensino infantil de escolas pública e privada, sendo assim, identificados os locais de realização de estudo e indicação dos sujeitos de pesquisa. As duas escolas, da rede pública e da rede privada, autorizaram realização de pesquisa, em anuência documentada. Os sujeitos que compõem a amostra são professores do ensino infantil das instituições selecionadas com tempo de serviço mínimo na instituição de seis meses que darão consentimento para participação e a quem serão devolvidos resultados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os currículos da pesquisadora e de sua orientadora, cartas de anuência das duas instituições de ensino, com identificação e autorização de dirigentes, termos de consentimento, orçamento detalhado (de responsabilidade da pesquisadora) e cronograma ajustado às atividades.

Recomendações:

Nenhuma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há inadequações.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2126-8588 Fax: (81)2126-8588 E-mail: cepccs@ufpe.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-



Continuação do Parecer: 521.935

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado aprova o parecer do protocolo em questão e o pesquisador está autorizado para iniciar a coleta de dados.

Projeto foi avaliado e sua APROVAÇÃO definitiva será dada, após a entrega do relatório final, na PLATAFORMA BRASIL, através de "Notificação" e, após apreciação, será emitido Parecer Consubstanciado.

RECIFE, 05 de Fevereiro de 2014

Assinador por:
GERALDO BOSCO LINDOSO COUTO
(Coordenador)

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600
UF: PE Município: RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 Fax: (81)2126-8588 E-mail: cepccs@ufpe.br